UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E
LINGUÍSTICA

MARIA CAROLINA PETERSEN

***O licenciamento do sujeito nulo em orações
subjuntivas no português brasileiro: contribuições
para a Teoria de Controle por Movimento***

São Paulo
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E
LINGUÍSTICA

**O licenciamento do sujeito nulo em orações subjuntivas do
português brasileiro: contribuições para a Teoria de Controle
por Movimento**

Maria Carolina Petersen

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Linguística. Exemplar original.

Área de concentração: Semiótica e Linguística Geral

Orientador: Prof. Dr. Jairo Nunes

São Paulo
2011

Nome: PETERSEN, Maria Carolina

Título: O licenciamento do sujeito nulo em orações subjuntivas do português brasileiro: contribuições para a Teoria de Controle por Movimento

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Semiótica e Linguística Geral

Orientador: Prof. Dr. Jairo Nunes

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jairo Nunes

Instituição: FFLCH-USP

Presidente

Prof. Dr. Marcelo Ferreira

Instituição: FFLCH-USP

Titular

Prof^a. Dr^a. Mary A. Kato

Instituição: UNICAMP – Externo

Titular

ESTA PESQUISA FOI FINANCIADA PELA FUNDAÇÃO DE AMPARO À
PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP)

PROCESSO NÚMERO 2009/03158-9

AGRADECIMENTOS

Estar grato é ser grato para o resto da vida. Por aquele espaço de tempo no passado, um abraço de conforto gravado e que nunca se apaga, seus ecos reagem em nós a cada amanhecer.

Quero dizer que sou feliz por ser tão intensamente grata. Sou grata, em primeiro lugar, pela Natureza, que nos possibilita estar aqui. E criar e questionar sobre o tudo, o nada, o desconhecido imerso em nós. Enxergamos tão pouco com nossos olhinhos de artistas, de cientistas, de apaixonados, de seres humanos. Mas, o amor e a energia são centelhas, fagulhas que nos impelem em busca de uma visão menos nebulosa. E que bom que PODE ser assim.

Agradeço a Jairo Nunes, por tudo que ele representou em meus sete anos enquanto aluna da USP. Jairo foi um maravilhoso orientador. Ele foi o grande incentivador do meu trabalho, confiando em mim e se dedicando ao meu aperfeiçoamento desde meu primeiro ano de graduação. Jairo contribuiu imensamente no meu amadurecimento acadêmico e pessoal, apresentando-me o lado mais bonito e prazeroso de fazer ciência. Seu entusiasmo pelo que faz é contagiante e me motivou a continuar pesquisando, espelhando-me nele. Sua postura intelectualmente crítica e séria frente ao conhecimento linguístico, bem como suas atitudes diante da vida em geral não me deixam dúvida de ter convivido com uma pessoa muito especial. Devo expressar minha imensa gratidão pela sua preciosa contribuição em todos os passos dessa pesquisa, sempre sabendo exigir o pouco a mais que eu podia dar. Por todas as sugestões dadas e pelas pacientes repostas aos inquietos e constantes e-mails de “fim-do-dia”, meu muito obrigada!

Agradeço aos professores do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo, que, de alguma maneira, contribuíram na minha formação. Em especial, àqueles mais próximos, os professores Marcelo Ferreira, Marcos Lopes, Esmeralda Negrão, Ana Müller e Elaine Grolla.

Meus agradecimentos aos funcionários do Departamento de Língua da USP: Érica Flávia, Bem Hur Eusébio e Robson Dantas, pela solicitude e presteza.

Agradeço à FAPESP, pelo financiamento dessa pesquisa.

Obrigada ao grupo de sintaxe dos orientandos de Jairo Nunes, Renato Lacerda, Leonor Simioni e Rerisson Cavalcanti, pelo apoio, sugestões e amizade. Meu obrigada também aos colegas e amigos de graduação e pós-graduação da USP, a todos os sorrisos e incentivos recebidos.

Agradeço pelas sugestões, comentários e contribuições pelos professores Marcelo Ferreira e Esmeralda Negrão no exame de qualificação. Vocês me inspiram muito e sou muito grata por ter sido aluna de ambos.

Agradeço ao professor Norbert Hornstein, pelas discussões sobre minha pesquisa. Algumas trocas de idéias foram essenciais para o amadurecimento dessa dissertação.

Eu agradeço ao professor Francisco Ordóñez, pelo incentivo e suporte que me deu em momentos decisivos do meu mestrado. Também a Merello Modesto, pela troca de idéias sobre o controle e infinitivos.

Professora Mary A. Kato: conversas e muita experiência. Muito aprendi com o menor de nossos contatos. Obrigada, companheira de LSRLs!

Meu obrigada à querida professora Arhonto Terzi, pela amizade que viemos a ter. Unidas pelos *subjuntivos*, foi um presente ter te conhecido. Obrigada pela discussão da minha pesquisa e pelo constante incentivo.

Serei eternamente grata aos amigos do Colégio Antônio Vieira, da minha linda cidade de Salvador: Ana, Talita, Mila, Félix. Minhas bandas, sim!, elas: Lucy in the Sky, Flauer, Projeto Alternativo. Ao **Magma**. Todos estes parte indispensável de mim.

Agradeço a minha mãe Maria Auxiliadora e a meu irmão Antônio Luis, por sempre me apoiarem, estando ao meu lado e torcendo por mim. Apesar da distância, nossa união só cresceu. Mãe, meu amor e gratidão são infinitos. Obrigada por ter me dado as oportunidades que me deu e ter confiado em mim acima de tudo. Obrigada pelos esforços em ter me possibilitado vir para São Paulo, só pelo meu desejo de estudar na USP. Hoje sabemos que foi a decisão certa e, por isso, hoje posso realizar meus sonhos e seguir em busca de novos desafios. Mãe e Tony: compartilho com vocês a minha felicidade!

E meu pai, Antônio Joaquim, pelo que foi e pelo que é, pela ausência e presença, pelo que contribuiu para eu ser quem eu sou: deixo aqui uma flor em seu nome. Obrigada.

Por último, agradeço a minha maravilhosa família de São Paulo: Rita Burgos, Maria Cecília Burgos, Patrícia Leite e Cleantho Leite. Essas criaturas maravilhosas me deram amor, carinho, compreensão, apoio e muita e muita alegria. Eles foram fundamentais em minha vida em São Paulo. Minha gratidão pelo que fazem e fizeram por mim é imensa. Nossa amizade é uma das coisas mais preciosas que tenho, verdadeira e perene. Amo vocês demais! Ritinha, prima-mãe-amiga-irmã, sabemos de nós!

RESUMO

PETERSEN, Maria Carolina. **O licenciamento do sujeito nulo em orações subjuntivas do PB: contribuições para a Teoria de Controle por Movimento**. 2011. XXf. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

Dentro dos estudos gerativos, é de consenso geral que o português brasileiro (PB) não se conforma à descrição de línguas conhecidas como tipicamente *pro-drop*, (Figueiredo Silva 1996, Kato 1999, Kato e Negrão 2000, entre outros). Ferreira (2000, 2009), Rodrigues (2004) argumentam que o sujeito nulo referencial do PB é uma cópia apagada resultante do movimento de um sintagma que originalmente ocupava esta posição, nos termos da Teoria de Controle por Movimento (Hornstein (2001)), e por isso o sujeito nulo mostra os diagnósticos de controle obrigatório (CO). Essa dissertação tem como objetivo principal investigar as restrições ao licenciamento e interpretação do sujeito nulo em orações subjuntivas do português brasileiro. Ao analisar o contraste no licenciamento de sujeito nulo em complementos subjuntivos do PB, tratamos também de contextos que apresentam obviação pronominal, típica de complementos subjuntivos nas línguas românicas (e eslavas).

A presente dissertação identifica e discute três tipos distintos de complementos subjuntivos, que se agrupam da seguinte forma: os Subjuntivos-L(ivres) e Subjuntivo-A(dverbiais), que permitem sujeitos nulos de CO, mas não impõem obviação a um pronome aberto; eles se mostram independentes quanto à oração matriz e se comportam como indicativos nos aspectos relevantes testados. Os Subjuntivos-R(estritos) mostram propriedades opostas, já que esse contexto impõe obviação e é exclusivo em não licenciar CO no PB; os Subjuntivos-R mostram dependência quanto à oração matriz e se comportam como infinitivos nos aspectos relevantes.

Para dar conta dos contrastes, adotamos a reinterpretação dos princípios A e B em termos de economia derivacional (Hornstein 2001, 2007), em que a possibilidade de uma derivação utilizar apenas movimento bloqueia, na mesma estrutura sintática, o uso de pronomes ligado.

É então proposto que subjuntivos-R competem com complementos infinitivos, por serem domínios temporais defectivos. A obviação pronominal e a ausência de CO em Subjuntivos-R é uma consequência direta dessa competição. No quadro do Programa Minimalista (Chomsky 1995, 2001, 2008), nós propomos que esses complementos não apresentam traço sintático de Tempo e precisam concordar com a oração matriz para receber o valor de tempo adequado. Isso explica o comportamento temporal defectivo desse domínio, bem como suas propriedades de fase fraca (Chomsky 2001, 2008). A possibilidade de movimento do sujeito depende da numeração inicial de cada derivação, que leva a diferentes resultados: quando há um DP para sujeito na numeração, o sujeito DP não recebe Caso e se move para oração matriz, gerando uma estrutura de CO com morfologia *default* de infinitivo. A valoração de Tempo se dá no componente coberto. Já quando há mais de um DP para as posições de sujeito, C –T da oração subordinada deve ser valorado no componente sintático, como mecanismo mais custoso para salvar a derivação. Assim, haverá a atribuição de Caso para o sujeito e a morfologia de subjuntivo como resultado. Essa dissertação discute vantagens de se adotar essa análise para os efeitos de obviação, bem como evidências adicionais de que ela pode estar no caminho correto.

Palavras-Chave: Subjuntivo, Modos Verbais, Controle Obrigatório, Movimento-A, Traços de Tempo, *Agree*, Sintaxe, Morfologia.

ABSTRACT

PETERSEN, Maria Carolina. **The licensing of null subjects in subjunctive clauses in BP: contributions to the Theory of Control as Movement**. 2011. XXf. Thesis (Master). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

Within the Generative framework, it is a consensus that Brazilian Portuguese (BP) does not conform to the description of typical *pro*-drop languages (Figueiredo Silva 1996, Kato 1999, Kato and Negrão 2000, among others). Based on Hornstein's (2001) Movement Theory of Control, referential null subjects in BP have been analyzed as traces (deleted copies) of A-movement (Ferreira 2000, 2009, Rodrigues 2004) and therefore they show all the diagnoses of obligatory control (OC). This thesis aims to investigate the restrictions on the licensing and interpretation of null subjects in subjunctive clauses in BP. By examining the contrast on the licensing of null subjects in subjunctive complements of PB, we also dealt with pronominal obviation effects, typical from subjunctive complements of volitional predicates in BP (and many other Romance and Slavic languages). In this thesis, we will propose that Tense defectiveness is responsible to both obviation and lack of OC in certain Subjunctive clauses.

This thesis discusses three distinct types of subjunctive complements, which are grouped as follows: the Free-Subjunctives and Adverb-Subjunctives, which allow OC null subjects, but do not impose obviation to an overt pronoun. They show syntactic independence with respect to the main clause and behave as indicatives in all relevant aspects. In contrast, the Restricted-Subjunctives show exactly the opposite pattern: this context is exclusively in not licensing OC in BP and triggers obviation effect. Additionally, Restricted-Subjunctives are dependent on the main clause and behave as infinitives in all the aspects tested here.

Here I follow Hornstein's (2007, 2010) approach to Principle A and B. In his terms, pronouns and reflexives are by-products of grammatical operations and are semantically inert. Movement is more economical than pronominalization and so trumps the application of the latter where Move suffices for convergence. More

generally, just as Merge is cheaper than Move, so Move (and Reflexivization, in the guise of Move) is cheaper than Construe (in the guise of Pronominalization). In this perspective, obviation is a consequence of economy of derivations. We argue that BP facts provide empirical evidence that obviative subjunctives are underlying infinitives for they derivationally compete.

In the Minimalist Program framework (Chomsky 1995, 2001, 2008), we propose that such complements do not have syntactic Tense feature and must *agree* with the matrix clause, which explains their temporal defectiveness, and their weak Phase behavior (Chomsky 2001, 2008). The unvalued embedded C-T in the relevant step of the derivation is not allowed to Case mark its subject, being a defective probe (Chomsky 2001), which allows the DP to move to the matrix clause for Case requirements. Thus, the movement alternative is the only convergent result starting from a numeration with a single DP for a subject and it surfaces as an infinitive. The same considerations hold for a derivation with two distinct DPs for subject positions, the only difference being that after getting valued by the matrix clause in the syntax component, the embedded C-T can value the Case of its subject, which leads to a nominative embedded subject and subjunctive morphology on the verb. The thesis discusses some advantages on adopting this analysis to obviation effects in Romance.

Keywords: Subjunctive, Verbal Moods, Obligatory Control, A-Movement, Tense features, *Agree*, Syntax, Morphology.

Sumário

1. INTRODUÇÃO,	14
1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA,	14
1.2 PANORAMA TEÓRICO,	16
1.2.1 Seleção e Distribuição do Modo Subjuntivo,	16
1.2.2 O sujeito nulo do modo indicativo,	18
1.3 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO,	24
2. CONTROLE NO MODO SUBJUNTIVO,	25
2.1 O SUJEITO NULO NO MODO SUBJUNTIVO: SELEÇÃO E CONTRASTES,	25
2.1.1 O estatuto do sujeito nulo de subjuntivos-L e subjuntivos-A,	30
2.1.2 Ausência de movimento e efeito de referência Disjunta,	37
2.1.3 Hipótese de trabalho: competição e convergência,	40
2.2 O EFEITO DE REFERÊNCIA DISJUNTA OU OBVIAÇÃO,	43
2.2.1 A ligação pronominal no subjuntivo,	44
2.2.2 A competição entre formas,	53
2.3 SUBJUNTIVO-L, SUBJUNTIVO-A E SUBJUNTIVO-R: MAIS CONTRASTES,	58
2.3.1 Itens de Polaridade,	59
2.3.1.1 Itens de Polaridade Negativa,	59
2.3.1.2 Itens de Polaridade Positiva,	61
2.3.2 Vacuidade temporal,	63
2.4 EXAMINANDO O TEMPO: INFINITIVOS, SUBJUNTIVOS E INDICATIVOS,	71
2.4.1 Infinitivo de reestruturação,	73
2.4.2 Complementos em futuro/ <i>irrealis</i> ,	75
2.4.2.1 Infinitivo,	75
2.4.2.2 Subjuntivo-R,	80
2.4.3 Infinitivos preposicionais e subjuntivos-L,	87
2.5 QUANDO SUBJUNTIVOS E INFINITIVOS SÃO IGUAIS,	94
2.5.1 A competição e os princípios A e B,	94
2.5.2 A competição no modelo de <i>Agree</i> ,	96
2.6 CONCORDÂNCIA DE TEMPO NO SUBJUNTIVO,	104
2.6.1 <i>Agree</i> temporal: uma abordagem,	114
2.6.2 Localidade,	123
2.7 O CONTROLE DE OBJETO,	128
2.8 OUTROS FATOS: MAIS EVIDÊNCIAS,	139
2.8.1 Itens de Polaridade,	139
2.8.2 Interpretação <i>de se</i> e <i>não-de se</i> ,	141
2.8.3 Infinitivos,	148
2.9 CONCLUSÃO,	152
3. O SUBJUNTIVO LICENCIADO POR ADVÉRBIOS,	154
3.1 O SUJEITO NULO,	154
3.2 O ADVÉRBO: CONSEQUÊNCIAS E SELEÇÃO,	156
3.3 OUTRO SUBJUNTIVO: MAS QUAL?,	160
3.4 CONCLUSÃO,	165

4. CONCLUSÃO GERAL, 165

5. REFERÊNCIAS, 168

1. INTRODUÇÃO

1.1. Apresentação do problema

Esta dissertação tem como objetivo principal investigar as restrições ao licenciamento e interpretação do sujeito nulo em orações subjuntivas do português brasileiro (PB)¹. Mais especificamente, enfocarei três grupos de subjuntivo: os subjuntivos licenciados com advérbios como *talvez*, como em (1); complementos subjuntivos selecionados por verbos factivos-emotivos e epistêmicos, como em (2); e complementos subjuntivos selecionados por verbos volitivos e diretivos, como em (3):²

- (1) O João acha que talvez CV vá no cinema hoje
- (2)
 - a. O João lamenta que CV tenha se atrasado pra reunião.
 - b. Pedro não acredita que CV tenha ganhado a aposta.
 - d. Pedro negou que CV tivesse participado do esquema ilícito.
 - e. Pedro duvida que CV consiga bons resultados no exame.
- (3)
 - a. *O João quer que CV ganhe a corrida
 - b. *João recomenda que CV participe da reunião

As sentenças em (1)-(3) mostram que o modo subjuntivo admite sujeito nulo quando associado a advérbios como *talvez* ou selecionado por predicados factivos-emotivos e epistêmicos, mas não quando selecionado por predicados volitivos e diretivos.

Como veremos em detalhe nesta dissertação, o subjuntivo de contextos como (3) tem de fato comportamento bastante diferente do subjuntivo encontrado em contextos como (1) e (2). Um contraste vai ser de especial relevância para a nossa discussão: somente o subjuntivo complemento de predicados volitivos e diretivos

¹ Serão considerados aqui apenas os dialetos do PB que apresentam consistentemente o modo subjuntivo nos contextos em que são canonicamente selecionados/observados. Dialetos do PB que atestam grande substituição do modo subjuntivo por formas indicativas não serão tratados diretamente aqui.

² Nos exemplos, a sigla CV abrevia *categoria vazia*, referindo-se ao sujeito nulo em questão.

exibe o chamado Efeito de Referência Disjunta (ERD), isto é, um pronome na oração encaixada subjuntiva não pode ser correferente ao sujeito da oração subordinante se o subjuntivo for selecionado por predicados volitivos e diretivos, como ilustrado pelo contraste abaixo:

- (4) João_i acha que *ele*_{i/j} talvez vá no cinema hoje.
- (5) a. João_i lamenta que *ele*_{i/j} tenha se atrasado para a reunião.
b. Pedro_i não acredita que *ele*_{i/j} tenha ganhado a aposta.
c. Pedro_i negou que *ele*_{i/j} tivesse participado do esquema ilícito.
d. Pedro_i duvida que *ele*_{i/j} consiga bons resultados no exame.
- (6) a. João_i quer que *ele*_{*i/j} ganhe a corrida
b. João_i recomenda que *ele*_{*i/j} participe da reunião

Tomando como base o quadro teórico do Programa Minimalista (Chomsky 1995, 2001, 2008), investigarei nos capítulos que se seguem o comportamento de complementos subjuntivos selecionados por diferentes predicados e o estatuto do sujeito nulo observado nesses contextos. Assumindo a Teoria de Controle por Movimento (Hornstein 2001, Boeckx, Hornstein e Nunes 2010) e sua aplicação à análise do sujeito nulo do PB (Ferreira 2000, 2009, Rodrigues 2004, Nunes 2008, 2010), minha hipótese inicial foi que os sujeitos nulos encontrados em orações completivas subjuntivas do PB deveriam se comportar como o sujeito nulo do indicativo, a saber, como vestígios de movimento-A. A análise que apresentarei aqui confirma essa hipótese e argumenta que a impossibilidade de sujeitos nulos em subjuntivos selecionados por predicados volitivos e diretivos e o ERD são consequência de economia derivacional.

Vejamos na próxima seção o quadro teórico geral em que este trabalho se insere.

1.2. Panorama teórico

1.2.1. Seleção e distribuição do modo subjuntivo

Subjuntivo é um dos possíveis valores da categoria gramatical de modo e aparece, na maioria dos casos, em orações subordinadas. A seleção do modo em orações subordinadas e sua interpretação constituem foco de grande debate na literatura (e.g. Kempchinsky (1986, 2009) e Giorgi (2009) para abordagens mais sintáticas e Farkas (1992), Portner (1997) e Quer (2001) para abordagens mais semânticas e/ou pragmáticas).

Siegel (2009) faz uma discussão bastante iluminadora sobre a ineficiência da tradicional distinção semântica que associa o modo indicativo a *realis* e o modo subjuntivo a *irrealis*³. Ela aponta, por exemplo, que há contextos de irrealidade que aparecem com o indicativo, como contextos de criação mental, como complementos dos verbos *sonhar*, *fantasiar*.

(7) Pedro sonha que vai ser astronauta.

Por outro lado, contextos *realis* aparecem também com o subjuntivo, em complementos de verbos factivos-emotivos, causativos e epistêmicos, como vemos respectivamente em (8)-(10):

(8) O diretor lamenta que os professores de Física não tenham participado da reunião.

(9) O escândalo contribuiu para que o povo não votasse mais naquele partido.

(10) A testemunha acredita que o acusado seja um assassino.

Siegel (2009) argumenta que há uma semântica específica associada ao modo indicativo, em contraste com o modo subjuntivo, e propõe que o subjuntivo funciona

³ Ver Palmer 2001 para uma visão geral do assunto.

como um modo *default* quando o indicativo não está disponível devido a restrições semântico-pragmáticas. Isso explica a distribuição do modo subjuntivo em ambientes bem diversificados, como em *realis*, imperativos e condicionais, que, de outra maneira, são difíceis de receber uma análise unificada. Partindo desta mesma observação, outros autores, como Portner (1997) e Schlenker (2005), também já argumentaram a favor do subjuntivo como modo *default*. Kempchinsky (2009), por exemplo, comenta que o subjuntivo é o modo “não-marcado” para orações completivas, de maneira geral, uma vez que, além de não apresentar uma caracterização unitária em sua distribuição, não se configura em orações matrizes.

Siegel revisa alguns contextos que admitem o uso de diferentes modos verbais para ilustrar a sua proposta quanto à distinção indicativo/subjuntivo. Ilustramos a seguir dois desses contextos.

É sabido que o indicativo está associado ao comprometimento do falante com relação ao conteúdo da oração (ver Palmer 2001, Quer 2001). A alternância dos modos como complementos de verbos de crença no italiano é ilustrativa deste fato⁴. Em (11) abaixo, o uso do verbo no indicativo expressa a crença do falante na verdade da proposição encaixada. Já o verbo no modo subjuntivo é incompatível com esse posicionamento, sendo associado a uma crença neutra do falante.

Siegel (2009:1865)

(11) Gianni crede che Mario {ha/ abbia} vinto Il premio.

Gianni believes that Mario {has (IND)/ has (SUBJ)} won the prize.

‘Gianni believes that Mario has won the prize.’

Giorgi e Pianesi (2004) discutem fatos semelhantes e associam o modo indicativo à assertividade da oração, ou seja, à condição de que o conteúdo da oração está sendo afirmado pelo falante. Com isso, os autores mostram que complementos de verbos de comunicação no italiano, apesar de em geral apresentarem o modo indicativo, podem aparecer no modo subjuntivo:

⁴ Ver Brugger e D’Angelo 1995, Giorgi e Pianesi 2004 e Giorgi 2009. Os dois últimos trabalhos discutem os efeitos na alternância de modos com verbos declarativos (*speech verbs*).

Giorgi e Pianesi (2004:205)

- (12) Dicono che sia una stupida.
say.PRS.3PL that be.SUB.3SG a stupid.FEM
'They say that she is (SUBJ) stupid.'

Para casos como (12) acima, o subjuntivo muda a força assertiva da sentença, que é "Eu digo 'Eles dizem que...'", para uma reprodução de uma fala feita pelo sujeito da matriz, com uma implicação pragmática de que o falante não se compromete com a verdade dessa asserção. Ou seja, o subjuntivo, nesses casos, marca a ausência de comprometimento do falante e o verbo de comunicação é interpretado como envolvendo modalidade evidencial.

Posto isso, nesta dissertação vou adotar uma perspectiva morfossintática na linha de Siegel (2006, 2009), assumindo que a realização morfológica de uma determinada oração como subjuntiva pode ser determinada em função da computação sintática. Em particular, vou defender que em determinadas configurações sintáticas um verbo pode se superficializar como subjuntivo ou infinitivo, a depender da derivação sintática.⁵

1.2.2. O sujeito nulo do modo indicativo

Diversos trabalhos com base em dados de língua oral (Duarte 1995) e de peças populares (Duarte 1993), entre outros, mostram que o preenchimento de sujeitos nominais no português do Brasil sofreu um aumento expressivo no último século e apresenta índices significativamente superiores aos de línguas tipicamente *pro-drop*.

⁵ Como nota Siegel 2009, é importante observar que esta proposta não exclui alternâncias em que o subjuntivo esteja associado a uma leitura semântica específica. Como modo *default*, a morfologia do subjuntivo não estará contribuindo semanticamente ou causando esta diferença, mas será o resultado morfossintático que está associado a qualquer que seja a interpretação que precise ser lida naquela estrutura.

Para além de uma questão de frequência, as características de interpretação e distribuição do sujeito nulo do PB divergem substancialmente das de *pro* referencial. Dentro dos estudos gerativos, tem-se assumido que, apesar de admitir sujeito nulo expletivo e sujeito nulo arbitrário de terceira pessoa, como exemplificado respectivamente abaixo (ver Nunes 1990, Kato 1999, Galves 2001), o português brasileiro não se conforma à descrição de línguas conhecidas como tipicamente *pro*-drop, como o espanhol e o italiano (vejam-se Figueiredo Silva 1996, Kato 1999, Kato e Negrão 2000, Ferreira 2000, 2009, Galves 2001, Modesto 2000, Rodrigues 2004, Martins e Nunes 2005, 2009 e Nunes 2008, a sair)

- (13) a. Trovejou ontem o dia inteiro.
b. Ligaram a televisão.

Em particular, o sujeito nulo referencial se mostra bastante restrito em sua distribuição e interpretação. A sentença em (14a) abaixo, por exemplo, aponta que o sujeito nulo precisa de um antecedente. Em (14b), por sua vez, notamos que o sujeito nulo deve ter seu antecedente na oração imediatamente mais próxima. Finalmente, (14c) mostra que o antecedente desta categoria vazia deve c-comandá-la e (14d), que o sujeito nulo não pode tomar um antecedente cindido⁶.

- (14) a. *Comprou um carro novo.
b. *João_i [disse que [Maria acha CV_i que é bonito]]
c. *A mãe do João_i acha [que CV_i é bonito]
d. *João_i disse [que Maria_j acha [que CV_{i,j} são bonitos]]

⁶ Esses dados foram previamente notados por Moreira da Silva 1983 e Figueiredo Silva 1996. Para discussões recentes, vejam-se Ferreira 2000, 2009, Modesto 2000 e Rodrigues 2004.

Quanto aos valores interpretativos, Ferreira (2000, 2009) aponta que o sujeito nulo no PB deve ter uma interpretação de variável ligada quando seu antecedente é do tipo “só-SN” (*only-DP*) (cf. (15a)) e conduz apenas a uma leitura imprecisa (*sloppy reading*) quando em elipse de VP (cf. (15b))⁷. Adicionalmente, como apontado por Rodrigues (2004), o sujeito nulo só admite uma leitura *de se* em contextos como “o infeliz”, como em (15c):

- (15) a. Só Maria acha que vai ser reprovada.
b. Maria está achando que vai viajar e Pedro também está.
c. O infeliz acha que devia receber uma medalha.

Tendo em vista estas restrições no licenciamento do sujeito nulo, pode-se assumir que *pro* referencial não pode ser a categoria vazia que ocupa a posição de sujeito destas sentenças.

Ferreira (2000, 2009) e Rodrigues (2004) argumentam que o comportamento exemplificado acima para o sujeito nulo de orações indicativas no PB é o mesmo do sujeito nulo de controle obrigatório. Partindo desta observação, assumem a análise de Hornstein (2001) que trata o controle obrigatório como instância de movimento sintático. A distribuição e interpretação de PRO de controle obrigatório são explicadas dentro deste quadro pela sua natureza de cópia apagada de movimento-A. Ferreira e Rodrigues propõem, portanto, que o sujeito nulo em orações indicativas do PB é uma cópia apagada deixada pelo movimento de um DP para a posição de sujeito da oração matriz, nos termos da teoria de controle por movimento (cf. Hornstein 2001, Boeckx, Hornstein e Nunes 2010).

Ferreira (2000, 2009), assumindo o quadro teórico de Chomsky (2000), propõe que o enfraquecimento da morfologia verbal do PB (ver Duarte 1995) inabilitou o licenciamento do *pro* referencial e o T finito desta língua se tornou opcionalmente especificado com um conjunto de traços- ϕ completo ou incompleto. Somente um conjunto de traços- ϕ completo pode checar Caso de um DP. Quando T finito é

⁷ Esses fatos foram notados pela primeira vez por Chao 1983 e Moreira da Silva 1983. Ver também Negrão & Viotti 2000.

especificado com um conjunto de traços- ϕ incompleto, o DP da oração encaixada pode se mover e participar de outras relações-A na matriz, gerando estruturas de controle obrigatório.

Nunes (2008, a sair) reelabora esta proposta, explicitando de que forma o T finito pode ser especificado quando à sua (in)completude. Partindo do paradigma de concordância verbal da morfologia do PB (em comparação com PE), o autor propõe que o T pode entrar na derivação associado a um traço de pessoa e número ou somente a um traço de número. Quando o T é associado somente a número na sintaxe, condições de boa-formação no componente morfológico desencadeiam a adição de traço de pessoa na morfologia.

Nesta abordagem, a ambiguidade de T finito no PB é capturada em termos de tempo derivacional, isto é, se os traços de pessoa são inseridos na estrutura na morfologia ou na sintaxe. A possibilidade de controle obrigatório em sentenças como (16) abaixo reflete o fato de que T pode estar associado apenas ao traço de número no componente sintático. Neste caso, T encaixado se comportará como um núcleo defectivo e não poderá valorar o Caso do DP que concorda com ele. Na morfologia, esse núcleo recebe traço adicional de pessoa. Já um T encaixado associado a traços de pessoa e número na sintaxe valoriza o caso do DP que concorda com ele, dando origem a sentenças como em (17). É importante notar que as derivações dessas sentenças não competem, por se tratar de numerações distintas.

(16) Ana_i acha que t_i vai viajar amanhã.

(17) Ana acha que ela vai viajar amanhã.

Questões emergem quanto à aquisição destas propriedades, a saber, quais evidências levaram a criança aprendendo PB a analisar o T finito dessa língua como ambíguo entre as versões completa e incompleta, uma propriedade pouco atestada nas línguas (Boeckx, Hornstein e Nunes 2010, Nunes a sair), e por que o enfraquecimento da concordância levou as crianças a reanalisarem o sujeito nulo desta forma e não de outra, simplesmente perdendo o sujeito nulo, por exemplo,

como aconteceu com o inglês e o francês. Nunes (2008, a sair) propõe que a resposta para estas questões está na existência do infinitivo flexionado no PB.

Os infinitivos no PB podem ser flexionados ou não, como no português europeu (Raposo 1987), e suas versões flexionada/não flexionada apresentam realizações idênticas em algumas formas:

(adaptado de Nunes a sair: Tabela 2 e 3, p. 8)

Figura 1.2 Infinitivos flexionados em PB	
1SG (<i>eu</i>)	<i>cantar</i>
2SG (<i>você</i>)	<i>cantar</i>
3SG (<i>ele</i>)	<i>cantar</i>
1PL (<i>a gente</i>)	<i>cantar</i>
2PL (<i>vocês</i>)	<i>cantarem</i>
3PL (<i>eles</i>)	<i>cantarem</i>

Figura 1.3 Infinitivos Flexionados em PE	
1SG (<i>eu</i>)	<i>cantar</i>
2SG (<i>tu</i>)	<i>cantares</i>
2SG (<i>você</i>)	<i>cantar</i>
3SG (<i>ele</i>)	<i>cantar</i>
1PL (<i>nós</i>)	<i>cantarmos</i>
1PL (<i>a gente</i>)	<i>cantar</i>
2PL (<i>vós</i>)	<i>cantardes</i>
2PL (<i>vocês</i>)	<i>cantarem</i>
3PL (<i>eles</i>)	<i>cantarem</i>

Para Nunes (2008, a sair), a aquisição do infinitivo leva as crianças a aprenderem que certas formas são ambíguas entre um conjunto de traços- ϕ completo (infinitivos flexionados) ou incompleto (infinitivos não-flexionados). Além disso, observando que o paradigma flexional dos infinitivos flexionados ficou bastante reduzido, em contraste com o do PE, mantendo apenas a marca de plural *-m* nas 2ª e 3ª pessoas, (ver Figuras 1.2 e 1.3), Nunes propõe que um T sintaticamente associado a um traço de número pode ser corrigido no componente morfológico com a adição de traços de pessoa. Nunes argumenta, então, que crianças adquirindo português brasileiro estenderam a Ts finitos a composição de traços- ϕ associada a T infinitivo. Em

outras palavras, com a redução no paradigma flexional do tempo finito no PB, as crianças passaram a analisar também o T finito como ambíguo, tendo um conjunto de traços- ϕ completo ou incompleto. Neste sentido, o surgimento do controle finito em PB não deve ser entendido como a aquisição de uma propriedade “marcada” no sistema, e sim a generalização de uma que já existia independentemente - uma ambiguidade entre formas ϕ -completas e incompletas.

Partindo desta perspectiva geral, que inclui as mudanças sofridas no sistema pronominal do PB e suas consequências, bem como e as respostas teóricas para o estatuto do sujeito nulo atual (Ferreira 2000, Rodrigues 2004) e sua aquisição (Nunes 2008, a sair), a previsão é de que o sujeito nulo em orações subjuntivas no PB tenha o mesmo comportamento que o das orações indicativas. Em princípio, não há evidências que indiquem que o T do modo subjuntivo tenha sido reanalisado de maneira distinta do T indicativo, ambos considerados tempos finitos⁸ e tendo sofrido reduções morfológicas de concordância similares, como pode ser observado pela comparação das Figuras 1.4 e 1.5 abaixo:

Figura 1.4 Presente do Subjuntivo em PB	
1SG (<i>eu</i>)	<i>fale</i>
2SG (<i>você</i>)	<i>fale</i>
3SG (<i>ele</i>)	<i>fale</i>
1PL (<i>a gente</i>)	<i>fale</i>
2PL (<i>vocês</i>)	<i>falem</i>
3PL (<i>eles</i>)	<i>falem</i>

Figura 1.5 Presente do Subjuntivo em PE	
1SG (<i>eu</i>)	<i>fale</i>
2SG (<i>tu</i>)	<i>fales</i>
2SG (<i>você</i>)	<i>fale</i>
3SG (<i>ele</i>)	<i>fale</i>
1PL (<i>nós</i>)	<i>falemos</i>
1PL (<i>a gente</i>)	<i>fale</i>
2PL (<i>vós</i>)	<i>faleis</i>
2PL (<i>vocês</i>)	<i>falem</i>
3PL (<i>eles</i>)	<i>falem</i>

⁸ A questão de “finitude” do modo subjuntivo será questionada nas seção 2.4 seguintes, ao discutirmos o estatuto do Tempo nesses complementos.

A distinção morfológica no paradigma do subjuntivo resultou em uma distinção binária (*fale/fale^m*), marcada apenas pelo plural *-m*. Note que este modo não carrega morfologia exclusiva de primeira pessoa do singular, que ainda permanece no modo indicativo (e.g. *falo*). Já a forma de primeira pessoa do singular no modo subjuntivo é a mesma também para segunda e terceira pessoas do singular e para a primeira pessoa do plural (cf. *fale* na Figura 1.4). Com isso, o resultado da redução morfológica do subjuntivo é similar ao paradigma do infinitivo flexionado (ver Figura 1.2). Ou seja, em termos de transparência morfológica, o paradigma verbal do modo subjuntivo é ainda mais opaco que o do modo indicativo.

Assumindo que a composição de subjuntivos e indicativos quanto aos seus traços- ϕ é a mesma, nos próximos capítulos discutirei o licenciamento do sujeito nulo do PB em diferentes complementos subjuntivos

1.3. Organização da dissertação

Esta dissertação está organizada da seguinte forma. No capítulo 2, explorarei o comportamento de complementos subjuntivos selecionados por diferentes predicados e o estatuto do sujeito nulo observado nesses contextos. Trataremos de grupos de predicados separadamente em busca de melhor compreender as propriedades sintáticas de seus complementos subjuntivos, e, em especial, revisitaremos o fenômeno do ERD. Para dar conta dos contrastes observados, adotaremos a reinterpretação dos princípios A e B em termos de economia derivacional (Hornstein 2001, 2007), em que a possibilidade de uma derivação utilizar apenas movimento bloqueia, na mesma estrutura sintática, o uso de pronomes ligados. Será então proposto que certos subjuntivos competem com complementos infinitivos, por serem domínios temporais defectivos. O ERD e a ausência de sujeito nulo nesses complementos subjuntivos serão analisados como consequência direta dessa competição. No capítulo 3, farei algumas observações sobre as propriedades dos complementos subjuntivos quando associado a advérbios e veremos uma possibilidade de capturar a exigência morfológica do subjuntivo nesse contexto. Finalmente, o capítulo 4 apresenta um resumo dos resultados obtidos nesta dissertação.

2. CONTROLE NO MODO SUBJUNTIVO

Neste capítulo, pretendo investigar os contextos de complementos subjuntivos a fim de encontrar uma explicação para o contraste no licenciamento de sujeito nulo observado para essas sentenças, tendo em vista os pressupostos da Teoria de Controle por Movimento (Hornstein 2001, Boeckx, Hornstein e Nunes 2010). Este capítulo tratará também do Efeito de Referência Disjunta (ou Obviação) e como ele pode ser analisado, considerando-se as restrições ao licenciamento de Controle Obrigatório no PB. A minha proposta para este ponto é uma consequência direta da análise de Hornstein (2001, 2007) para os princípios A e B.

2.1. O sujeito nulo no modo subjuntivo: seleção e contrastes

A fim de observar em quais contextos o sujeito nulo é licenciado em complementos subjuntivos no PB, e qual o estatuto deste sujeito, vejamos separadamente alguns dos contextos em que complementos subjuntivos são observados.

Vejamos primeiramente o comportamento dos complementos subjuntivos licenciados por advérbios epistêmicos, como *talvez*, *possivelmente* e *provavelmente*, que serão chamados daqui em diante de *Subjuntivos-A(dverbiais)*. Como verificamos em (1) abaixo, esses complementos licenciam sujeito nulo:

- (1) a. João acha que talvez CV vá no cinema hoje
 b. João acha que provavelmente CV tenha esquecido os óculos em casa.
 c. Maria acha que possivelmente CV viaje para o Japão ainda esse mês.

Nesse contexto sintático, o único modo aceito é o subjuntivo⁹, complementos indicativos e infinitivos são excluídos aqui, como vemos em (2) e (3), respectivamente.

⁹ Há dialetos no PB que aceitam sentenças como em (2). Ver nota 1.

Retomaremos os casos de subjuntivos licenciados por advérbios em mais detalhes no Capítulo 3.

- (2) a. *João acha que talvez CV vai no cinema hoje.
b. *João acha que provavelmente CV esqueceu os óculos em casa.
c. *Maria acha que possivelmente CV vai viajar para o Japão ainda esse mês.
- (3) a. *João acha talvez CV ir no cinema hoje.
b. *João acha provavelmente CV ter mais dias de férias no ano que vem.
c. *Maria espera possivelmente CV viajar para o Japão ainda esse mês.

Tornemos então para grupos de predicados que selecionam esse modo. Para facilitar a exposição, tratarei de algumas classes de verbos que selecionam complementos no modo subjuntivo em blocos. Retomando classificações e estudos da literatura que consideram as propriedades de seleção dos verbos (ver Raposo 1985, Marques 1995, Santos 1996), temos três grandes grupos.

Os predicados epistêmicos negados, verbos de negação e de dúvida permitem um sujeito nulo na oração completiva subjuntiva:

- (4) Pedro não acredita que CV tenha ganhado a aposta.
- (5) Pedro negou que CV tivesse participado do esquema ilícito.
- (6) Pedro duvida que CV consiga bons resultados no exame.

Estes verbos também selecionam complementos indicativos e infinitivos, como mostrado respectivamente pelos exemplos (a) e (b) baixo:

- (7) a. Pedro não acredita que ele ganhou a aposta.
b. Pedro não acredita ter ganhado a aposta.
- (8) a. Pedro negou que Ana participou do esquema ilícito.

b. Pedro negou ter participado do esquema ilícito.

(9) a. Pedro duvidou que Ana foi aprovada no exame.

b. Pedro duvida ter se saído bem no exame.

Deve também ser notado que estes mesmos verbos licenciam infinitivos flexionados¹⁰:

(10) Os alunos não acreditaram terem sido reprovados.

(11) Os réus negaram terem participado do assalto.

(12) Os alunos duvidam terem conseguido bons resultados no exame.

Como segundo grupo, temos certos predicados factivos que selecionam complementos subjuntivos. Eles também licenciam o sujeito nulo na oração encaixada:

(13) a. Pedro lamentou que CV tivesse chegado muito tarde na reunião.

b. Pedro achou uma pena que CV tenha esquecido de se despedir de Ana.

c. Pedro ignora que CV tenha ganhado na loteria.

Como o primeiro grupo de verbos, estes predicados também tomam complementos indicativos e infinitivos não-flexionados, como mostrado respectivamente a seguir:

(14) a. Pedro lamentou que Ana não participou da reunião.

¹⁰ Estes infinitivos flexionados devem ser de controle obrigatório, já que não permitem um sujeito lexical nem referência disjunta:

- (i) a. *Pedro não acredita ele/ Ana ter ganhado a aposta.
b. *Eu duvido os alunos terem se saído bem na prova .

Eles diferem, portanto, dos tradicionais *infinitivos flexionados* do português (Raposo 1987), que licenciam um sujeito com Caso nominativo. Esse tópico será retomado na [seção 2.8.3](#). Por enquanto usarei o termo *infinitivos flexionados de controle* para me referir a essas formas infinitivas que apresentam morfologia. Ver também Modesto 2010a,b para discussão de infinitivos flexionados e Controle Parcial no PB.

b. Pedro lamentou ter chegado atrasado na reunião.

- (15) a. Pedro achou uma pena Ana desistir da vaga.
b. Pedro achou uma pena ter manchado a camisa nova.

Adicionalmente, o infinitivo flexionado de controle também é observado nesse contexto:

- (16) a. Os professores lamentaram terem se atrasado para a reunião.
b. Os alunos ignoram terem sido reprovados.
d. Os alunos acharam uma pena terem se atrasado para a aula.

Os predicados *lamentar* e *achar uma pena* ainda parecem licenciar um sujeito expreso na oração infinitiva (ver Raposo 1987), portando, verdadeiros infinitivos flexionados (ver nota 10).

- (17) a. Ana lamenta Pedro estar trabalhando tanto.
b. O professor lamentou os alunos terem colado no exame.
c. Eu acho uma pena os políticos serem tão corruptos nesse país.
d. Ana achou uma pena sua vizinha ter se mudado dali.

Há um terceiro contexto a ser observado. Trata-se de verbos que selecionam exclusivamente o modo subjuntivo ou infinitivo. Estes verbos se dividem nas seguintes subclasses:

Predicados W (Raposo 1985):

- i. Emotivos não-factivos: rezear, temer
- ii. De necessidade subjetiva:
 - volitivos: querer, desejar, preferir
 - de influência/permissão: recomendar, exigir, ordenar
- iii. de necessidade objetiva: precisar, necessitar

Para este grupo de verbos, o sujeito nulo não é permitido em PB, como ilustrado pelos contrastes abaixo:

- (18) a. *Pedro quer/deseja que CV ganhe a corrida.
b. Pedro quer/deseja que Ana ganhe a corrida.
- (19) a. *Pedro exige/recomenda que CV participe da organização do evento.
b. Pedro exige/recomenda que Ana participe da organização do evento.
- (20) a. *Pedro precisa que CV chegue cedo na reunião.
b. Pedro precisa que Ana chegue cedo na reunião.

No entanto, parece haver um contraste dentro deste grupo de verbos, já que, apesar de não licenciarem o sujeito nulo em estruturas de controle de sujeito, como apontado acima, quando a oração matriz tem um objeto, opcionalmente selecionado por alguns desses verbos, a oração subjuntiva pode apresentar o sujeito nulo, como vemos nos exemplos abaixo¹¹:

- (21) Zé recomendou a/prá Ana que CV levasse o roteiro da viagem
- (22) Pedro sugeriu a/prá Ana que CV participasse da corrida

Quanto ao padrão de seleção desses predicados, podemos verificar que eles podem apenas ter complementos no subjuntivo (cf. (23)) e infinitivo (cf. (24)), excluindo complementos no modo indicativo (cf. (25)) e infinitivos flexionados (cf. (26))¹²:

¹¹ Retomaremos esses casos na seção 2.7, em que veremos que se tratam de estruturas de controle de objeto.

¹² Há dialetos no PB, no entanto, que admitem a forma verbal do presente do indicativo em complementos de predicados-R:

- (i) Quer que eu seguro sua bolsa pra você?

Estou colocando estes casos de lado (veja-se nota 1). Sobre a substituição de formas subjuntivas por formas indicativas, vejam-se Pimpão 1999 e Alves Neta 2000.

- (23) Pedro quer que Maria participe da corrida.
- (24) Pedro quer participar da corrida
- (25) *Pedro quer/queria que ele vai participar/participou da corrida
- (26) *Os garotos querem viajarem nas férias

Essas classes de predicado (predicados W, Raposo 1985), portanto, restringem a escolha morfológica de seus complementos, no que diz respeito à escolha do modo verbal.

Podemos separar, a partir destes primeiros dados, dois grandes grupos de predicados que se comportam de maneira distinta quanto à seleção de seus complementos e quanto ao licenciamento do sujeito nulo. O primeiro admite sujeitos nulos em seus complementos subjuntivos e mostra-se mais livre, selecionando complementos infinitivos (flexionados ou não), subjuntivos e indicativos. Ele é formado pelos dois primeiros grupos apontados acima, a saber, verbos de negação, dúvida, epistêmicos negados e factivos. Vamos chamar este conjunto de predicados e respectivas orações subjuntivas selecionadas por eles de *Predicados/Subjuntivos-L(ivres)*. Para o último grupo de verbos, vimos que a sua seleção é restrita a complementos infinitivos não-flexionados e subjuntivos. Estes verbos não possibilitam o sujeito nulo nos complementos subjuntivos (com exceção dos exemplos de controle de objeto, como em (21) e (22)). Chamaremos este outro grupo de *Predicados/Subjuntivos-R(estrictos)*. Retomaremos a comparação de propriedades destes predicados nas seções 2.4. Antes, pretendo discutir as características do sujeito nulo no subjuntivo nos casos em que é permitido, isto é, nos casos do subjuntivo-L e do subjuntivo-A.

2.1.1. O estatuto do sujeito nulo de orações Subjuntivas-L e Subjuntivas-A

De acordo com o quadro teórico já explicitado no Capítulo 1, em especial as análises de Ferreira (2000, 2009), Rodrigues (2002, 2004) para as orações indicativas, vimos que as propriedades relacionadas ao sujeito nulo do PB são as mesmas de PRO controlado que, interpretadas dentro do quadro teórico que assume que estruturas de controle obrigatório são instâncias de movimento-A (ver Hornstein 2001, Boeckx, Hornstein e Nunes 2010), indicam que esse sujeito nulo é uma cópia sintática apagada por propósitos de PF. Na análise de Ferreira assumida aqui, por exemplo, o esboço da derivação de uma sentença como em (27a) está em (27b):

(27) a. Pedro disse que vai viajar

b. [_{TP} [Pedro]_i T_φ-completo [_{VP} ~~Pedro~~ disse [_{CP} que [_{TP} ~~Pedro~~ T_φ-incompleto [_{VP} ~~Pedro~~ vai viajar]]]]]]

Abaixo serão aplicados testes relevantes (cf. Ferreira 2000, 2009, Hornstein 2001, Rodrigues 2004) a fim de se determinar qual o estatuto do sujeito nulo atestado nos subjuntivos-L e subjuntivos-A. Utilizarei, na maioria dos casos, os verbos *lamentar* ou *duvidar* como representante do grupo dos predicados-L para as sentenças a serem testadas. Como será mostrado, o sujeito nulo de sentenças subjuntivas encaixadas selecionadas por predicados-L e também o sujeito nulo de sentenças subjuntivas-A exibem os mesmos diagnósticos que PRO controlado, podendo ser analisados como cópias apagadas de movimento-A, à semelhança do sujeito nulo das orações indicativas. No que segue, os testes serão aplicados em subjuntivos-L e subjuntivos-A.

Abaixo, (28a) e (29a) mostram que o sujeito nulo precisa ter um antecedente local e (28b) e (29b) mostram que esse antecedente deve c-comandá-lo¹³.

(28) a. *Pedro_i disse que Ana duvida que CV_i tenha sido sorteado

¹³ A má-formação de (28a) contrasta com a sentença aceitável (i) abaixo. As duas sentenças diferem minimamente na concordância de gênero do particípio. A boa-formação de (i) pode ser explicada pelo mesmo princípio de localidade de movimento, visto que quando o particípio é marcado para feminino ele concorda com o sujeito local *Maria*:

(i) Pedro disse que Ana_i duvida que CV_i tenha sido sorteada

b. [A mãe de Pedro]_i_j lamentou que CV_{*i/j} tenha se atrasado para a reunião

- (29) a. *João_i disse que Maria acha que CV_i talvez ganhe a corrida
b. A mãe de João_i disse que CV_{*i} talvez compre um carro novo esse ano

O princípio da Restrição ao Pronome Lexical (*Overt Pronoun Constraint*), que regula a alternância sujeito nulo/sujeito lexical, diz que um pronome lexical não pode estar localmente ligado por uma variável, se um pronome nulo for possível na mesma posição (cf. Montalbetti 1984). Vejamos como esse princípio se aplica a partir das sentenças em espanhol abaixo:

(Montalbetti, 1984)

- (30) a. *[Todo chico]_i t_i dijo que Maria piensa que él_i es inteligente.
b. [Todo chico]_i t_i dijo que Maria piensa que *pro*_i es inteligente.

O antecedente mais próximo para o pronome *él* em (30a) é *t_i*, uma variável deixada pelo movimento de um sintagma quantificado (*todo chico*) em LF. De acordo com o princípio da Restrição ao Pronome Lexical, a má-formação de (30a) é explicada pela possibilidade de se substituir o pronome *él* por um pronome nulo nessa estrutura, como em (30b).

Consideremos agora o PB. As sentenças com o subjuntivo abaixo apresentam o mesmo resultado encontrado por Ferreira (2000) em sua análise das sentenças indicativas: há uma aparente violação do princípio da Restrição ao Pronome Lexical, que é apenas aparente se consideramos que não existe pronome nulo referencial em PB. Os dados abaixo em (31) para predicados-L e (32) para predicados-A apresentam resultados opostos ao do espanhol em (30) acima.

- (31) a. *[Todo mau aluno]_i t_i sabe que a mãe lamenta que CV_i estude pouco
b. [Todo mau aluno]_i t_i sabe que a mãe lamenta que *e/e_i* estude pouco
- (32) a. *[Todo mau aluno]_i t_i acha que a professora vai dizer que CV_i talvez tenha que refazer o trabalho

- b. [Todo mau aluno]_i t_i acha que a professora vai dizer que *e*/*e*_i talvez tenha que refazer o trabalho

Se o sujeito nulo presente nas orações encaixadas do PB é na verdade um vestígio de movimento de um sintagma, o resultado acima é esperado, visto que o movimento em (31a) e (32a) seria ilícito, pois viola a Condição de Menor Elo. Em contraste, um pronome lexical nesta posição pode ser licenciado (cf. (31b) e (32b)). Já as sentenças em (33) e (34), abaixo, são bem-formadas, pois o sintagma *nenhum menino* se move da posição CV até a posição ocupada pelo sintagma quantificado, cumprindo as exigências de c-comando e localidade. Estes resultados correspondem aos obtidos por Ferreira (2000, 2009) para as sentenças indicativas.

- (33) [Todo bom policial]_i lamenta que CV_i termine prendendo inocentes às vezes

- (34) [Nenhum bom aluno]_i acha que CV_i talvez reprove em muitas disciplinas

Quanto aos valores interpretativos, o sujeito nulo do subjuntivo-L deve ter uma leitura de variável ligada quando seu antecedente é do tipo “só-SN” (*only-DP*). A sentença em (35a) significa que Ana é a única pessoa que lamenta a própria ausência na reunião e é incompatível com uma situação em que outras pessoas também lamentem as suas próprias ausências. Já (35b), com o sujeito pronominal, é ambígua. Pode expressar a situação reflexiva, em que só Ana lamente a própria ausência, que seria incompatível com uma situação em que outra pessoa além de Ana também lamentasse sua própria ausência. Além dessa leitura, (35b) pode ter uma interpretação anafórica do pronome, fixado como *Ana*, cenário que pode ser falsificado se outras pessoas além de Ana lamentassem a ausência de Ana na reunião. Vale apontar ainda que apenas (35b) é compatível com uma leitura em que pronome encaixado faz referência a outra pessoa qualquer do discurso. Um padrão idêntico de interpretação é encontrado para os sujeitos dos subjuntivos-A, em (36).

- (35) a. Só Ana lamenta que CV tenha faltado à reunião.
b. Só Ana lamenta que ela tenha faltado à reunião.

- (36) a. Só João acha que CV talvez falte na reunião de amanhã.
b. Só João acha que ele talvez falte na reunião de amanhã.

O sujeito nulo do subjuntivo-L e subjuntivo-A conduz apenas a uma leitura imprecisa (*sloppy reading*) quando em elipse de VP. (37a) e (39a) só admitem a interpretação respectivamente parafraseada em (38a) e (40a), enquanto (37b) e (39b) admitem ambas as leituras imprecisa (*sloppy reading*) e estrita (*strict reading*) em (38) e (40):

- (37) a. Ana ‘tá duvidando que CV consiga chegar no horário e Pedro também ‘tá.
b. Ana ‘tá duvidando que *ela* consiga chegar no horário e Pedro também ‘tá.
- (38) a. Ana ‘tá duvidando que *ela* consiga chegar no horário e Pedro também ‘tá duvidando que *ele* consiga chegar no horário. (*leitura imprecisa*)
b. Ana ‘tá duvidando que *ela* consiga chegar no horário e Pedro também ‘tá duvidando que *ela* consiga chegar no horário. (*leitura estrita*)
- (39) a. João_i ‘tá achando que CV talvez viaje amanhã e Maria também ‘tá
b. João_i ‘tá achando que *ele* talvez viaje amanhã e Maria também ‘tá
- (40) a. João_i ‘tá achando que *ele* talvez viaje amanhã e Maria também ‘tá achando que *ela* talvez viaje amanhã. (*leitura imprecisa*)
b. João_i ‘tá achando que *ele* talvez viaje amanhã e Maria também ‘tá achando que *ele* talvez viaje amanhã. (*leitura estrita*)

Ainda sobre assimetrias interpretativas, o sujeito nulo de subjuntivos-L só admite a leitura *de se* em contextos como “o infeliz” (Castañeda 1966, Higginbotham 1992), assim como identificado por Rodrigues (2004) para o sujeito nulo do indicativo no PB. Considere o seguinte cenário em (41) (adaptado de Rodrigues 2004:149):

- (41) Por sofrer do Mal de Alzheimer, Ronald Reagan não lembra de quem ele foi. Um dia lê num jornal a manchete ‘Ronald Reagan foi o melhor presidente que os EUA já teve’. Depois de ler todo o artigo, Ronald Reagan não fica convencido pelos argumentos apresentados pelo autor. Em seu julgamento, Ronald Reagan não acha que uma pessoa chamada Ronald Reagan tenha sido o melhor presidente que os EUA já teve.

Diante desse cenário, a sentença em (42a) é falsa. Ela obriga a uma interpretação *de se*, em que Reagan tenha consciência de sua própria crença, que não é compatível com (41). Já a sentença em (42b) pode ser verdadeira diante da descrição em (41) já que o pronome na oração encaixada possibilita também a interpretação *não-de se*, além da leitura *de se*¹⁴.

- (42) a. Ronald Reagan não acredita que *CV* tenha sido o melhor presidente dos EUA.
b. Ronald Reagan não acredita que *e/e* tenha sido o melhor presidente dos EUA.

Se reformularmos o cenário (41) de forma que, após a leitura da manchete no jornal, o julgamento de Ronald Reagan seja “Ronald Reagan provavelmente deve ter sido o melhor presidente que os EUA já teve.”, as mesmas interpretações discutidas acima para (43) são replicadas para as sentenças abaixo, com o subjuntivo-A:

- (43) a. Ronald Reagan acha que provavelmente *CV* tenha sido o melhor presidente dos EUA.
b. Ronald Reagan acha que *e/e* provavelmente tenha sido o melhor presidente dos EUA.

Por fim, vemos aqui também que a topicalização de elementos na sentença encaixada pode induzir a um efeito de minimalidade, como notado por Ferreira (2000, 2009) para as orações indicativas. Quando o elemento que aparece na periferia esquerda não é argumental, como em (44a) e (45a), ele não bloqueia o movimento do

¹⁴ Retomaremos a discussão das interpretações *de se* e *não-de se* em mais detalhes na seção ???.

DP para a oração matriz e por isso o sujeito nulo é permitido. Diferentemente, quando um argumento é topicalizado, como em (44b) e (45b), a sentença é mal-formada¹⁵.

- (44) a. O professor lamenta [que amanhã CV tenha que corrigir as provas]
 b. *O professor lamenta [que as provas CV tenha que corrigir amanhã]
- (45) a. O professor acha [que amanhã talvez CV tenha que corrigir as prova]
 b. *O professor acha [que as provas talvez CV tenha que corrigir amanhã]

Assim, o sujeito nulo de subjuntivos-L e subjuntivos-A exibe os diagnósticos de controle obrigatório, da mesma forma que o sujeito nulo de orações indicativas no PB (ver Capítulo 1).

Lembremos que para explicar a possibilidade do controle obrigatório em sentenças indicativas do PB, Ferreira (2000, 2004), propõe que esse modo possui um T ambíguo entre uma versão com traços- ϕ completos e outra com traços- ϕ incompletos. Reelaborando esta proposta, Nunes (2008, a sair), aponta que o T pode entrar na derivação associado a um traço de pessoa e número ou somente a um traço de número. Esta particularidade do T finito do PB¹⁶ possibilita o movimento de um DP dessas orações, já que quando associado a um T defectivo, não checa o seu Caso e continua disponível para entrar em outras relações sintáticas.

Tendo em vista as propostas para dar conta das características de T finito (Ferreira 2000, 2009, Rodrigues 2004, Nunes 2008, 2010) e infinitivo (Nunes 2010) no PB, não surpreende que o sujeito nulo de orações subjuntivas seja também do mesmo tipo (cf. seção 1.2). Em outras palavras, uma sentença como (46), por exemplo, deve ser derivada nos moldes de (47):

- (46) João duvida que consiga chegar no horário
- (47) $[_{TP} [_{i} \text{João}] _{T\phi\text{-completo}} [_{VP} t_i \text{ duvida } [_{CP} \text{ que } [_{TP} t_i _{T\phi\text{-incompleto}} [_{VP} t_i \text{ consiga chegar ...}]]]]]$

¹⁵ Ver Nunes 2010 para uma revisão destes casos numa abordagem de minimalidade relativizada.

¹⁶ Nunes 2008, a sair também caracteriza infinitivos flexionados em PB dessa forma.

2.1.2. Ausência de movimento e o Efeito de Referência Disjunta

Com isso em mente, voltemos então aos fatos do licenciamento do sujeito nulo de controle obrigatório¹⁷ nas orações subjuntivas. Vamos lembrar que foi observado um contraste quando comparados o subjuntivo-L e subjuntivo-R. O primeiro licencia sujeito nulo, bem como um sujeito expreso, como vemos abaixo em (48), mostrando-se compatível com a análise do núcleo T no PB como podendo portar traços- ϕ completos ou incompletos.

- (48) a. Pedro_i não acredita que t_i vá no aniversário de Ana
b. Pedro não acredita que ele/Ana vá no aniversário de Ana

Já o subjuntivo-R não licencia sujeitos nulos, apenas os expressos:

- (49) a. *Pedro_i quer/deseja que $t_{i/j}$ ganhe a corrida
b. Pedro quer/deseja que a Ana ganhe a corrida

O exemplo em (49a) sugere que o movimento do DP sujeito da oração subjuntiva encaixada para a oração matriz não é possível. Qualquer outra interpretação referencial do sujeito nulo em (49a) é banida, tendo em vista a extinção de *pro* (desse tipo) na língua.

Dentro das abordagens teóricas expostas nas seções anteriores, esse fato parece imprevisto. Considerando a reanálise dos Ts (finitos e infinitivos flexionados) no PB como sistematicamente ambíguos entre versões com um conjunto de traços- ϕ completo (capaz de atribuir Caso ao DP) ou incompleto (permitindo o movimento do DP), como explicar que apenas esta classe de predicados que seleciona complementos no modo subjuntivo não possibilita o sujeito nulo de controle obrigatório? Em outras palavras, o que exclui uma derivação de (49a) com T encaixado portando um conjunto incompleto de traços- ϕ ?

¹⁷ A partir deste ponto, ao me referir a sujeito nulo em PB, estarei sempre me referindo a estruturas de controle obrigatório via movimento, nos termos das análises adotadas aqui.

Outro fato paralelo também carece de explicação: essa mesma classe de predicados, apesar de não permitir o controle obrigatório de sujeito, permite o controle de objeto. Em (50) abaixo, o sujeito nulo da oração subjuntiva é controlado pelo objeto da matriz:

(50) Pedro_i recomendou pra Ana_j que t_{*i/j} participasse da organização do evento

Neste ponto, é interessante adicionar dados de outras línguas para concebermos uma visão comparativa das questões aqui levantadas. Línguas balcânicas, como o grego, albanês, búlgaro bem como línguas românicas, como o romeno, apresentam controle obrigatório de sujeito em construções envolvendo alguns verbos que tomam complementos subjuntivos¹⁸. Estas línguas não possuem uma forma verbal flexionada para *modo*; antes possuem uma partícula marcadora de modo subjuntivo (algumas línguas possuem também um complementizador distinto daquele regular de orações indicativas) que introduzem as sentenças subjuntivas. Estas apresentam forma verbal idêntica à forma indicativa, que carrega flexão de concordância com o sujeito e de Tempo. Na sentença em (51) abaixo, por exemplo, o sujeito nulo da oração subjuntiva é obrigatoriamente correferente com o sujeito na matriz *I Maria*.

Grego (Terzi 1997:342):

(51) I Maria₁ prospathise Pro_{1/*2} na divasi
the Maria tried-3SG PRT(Subj) read-3SG
'Maria tried to read'

Crucialmente, o controle obrigatório nestas línguas é observado apenas em orações subjuntivas, nunca em construções indicativas. A literatura tem atribuído a dependência referencial nessas orações subjuntivas à deficiência temporal que elas apresentam, por serem dependentes temporalmente das orações matrizes (ver Landau 2004 e referências lá citadas). Isso ilustra que, sendo o controle finito um

¹⁸ Ver Iatridou 1993, Terzi 1997, Landau 2004, Alboiu 2007 entre outros para os diagnósticos de controle e discussão relevante.

fenômeno pouco atestado nas línguas, os casos mais claros descritos na literatura reportam o fenômeno em sentenças subjuntivas.

Assim, o PB impõe um cenário interessante na medida em que, apesar de apresentar controle obrigatório em orações indicativas, impõe uma restrição quanto ao licenciamento de controle obrigatório em certos predicados subjuntivos, mas não em outros. Deve-se, assim, investigar com mais cuidado os complementos no modo subjuntivo dos predicados-L e predicados-R a fim de encontrar outros contrastes que possam iluminar e justificar a impossibilidade de movimento constatada no último contexto. Na seção 2.1. um primeiro contraste já foi apontado, a saber, o fato de que os predicados-L selecionam complementos variados, tanto indicativos quando subjuntivos e infinitivos com ou sem flexão. Já os predicados-R só aceitam complementos subjuntivos ou infinitivos não-flexionados.

Estes dados podem ser combinados com mais uma particularidade do subjuntivo-R, o chamado Efeito de Referência Disjunta, também conhecido como *obviação* (*obviation*), que consiste na impossibilidade de um pronome (realizado ou nulo) na oração encaixada subjuntiva ser correferencial ao sujeito da oração matriz, como já comentado na seção 1.1.

Raposo (1985) nota que o ERD em PE ocorre com os subjuntivos complementos de verbos de volição (*querer, desejar*) e verbos de influência (*ordenar, aconselhar*), enquanto os subjuntivos selecionados por predicados factivos-emotivos (*lamentar*)¹⁹, epistêmicos (*acreditar*) e verbos de dúvida e negação (*duvidar, ignorar, negar*) não exibem este mesmo efeito. O comportamento do subjuntivo no PB parece seguir este mesmo padrão (cf. Santos 1996), como observamos no contraste abaixo:

- (52) a. Pedro_i não acredita [que ele_i ganhe a corrida]
b. Pedro_i lamentou que [ele_i tivesse se atrasado para a reunião]
- (53) a. Pedro_i quer [que ele*_{i/j} ganhe a corrida]
b. Pedro_i pediu para que ele*_{i/j} participe do evento

¹⁹ Kempchinsky (1986) e Constantini (2005) registram o ERD também em complementos de verbos correspondentes a *lamentar* no espanhol e italiano, respectivamente. Há, portanto, certa variação quanto aos verbos que mostram ERD nas línguas. Voltaremos a esta questão na seção 2.2.

Os verbos em (52) permitem a correferência entre um pronome na encaixada e o sujeito da matriz, em contraste com o verbo *querer*, que não permite a mesma ligação neste mesmo contexto (cf. (53)), apresentando o ERD.

Para os predicados que exibem o ERD, é possível manter uma interpretação de correferência semelhante apenas quando a oração encaixada está no infinitivo:

(54) João_i quer [*t_i* ganhar a corrida]

O ERD não é exclusivo do português nem das línguas românicas, é observado também em línguas eslavas. Ele não está, portanto, associado a uma particularidade do PB, mas a uma conjunção de elementos que caracterizam estes contextos. Revisarei algumas linhas já propostas na literatura para dar conta do ERD na seção ???

Antes disso, vejamos a seguir como pensar nos fatos até aqui levantados para o subjuntivo e a principal hipótese desse trabalho.

2.1.3. Hipótese de trabalho: competição e convergência

Tratar do sujeito nulo, ou melhor, de sua ausência, em complementos subjuntivos-R no PB nos levou ao fenômeno da obviação. Esses fenômenos parecem estar relacionados e a perspectiva teórica deste trabalho propicia uma origem unificada para a explicação dos fatos.

De maneira descritiva, o ERD é uma evidência de que o domínio de ligação dos pronomes foi estendido para a oração superior. Seguindo a abordagem de Hornstein (2001, 2007), esse dado indica que estruturas de controle devem ser possíveis neste mesmo contexto e, por isso, a opção de pronominalização com a mesma referência é banida, visto ser uma derivação mais custosa para a computação sintática.

Nesse sentido, devemos assumir que exista outra derivação convergente a partir da mesma numeração que resulta nas orações subjuntivas com ERD que leve à interpretação de correferência em termos de controle obrigatório gerado por movimento-A. Essa derivação pode então excluir a pronominalização, causando o ERD.

Seguindo essa lógica, poderíamos esperar que o PB gerasse estruturas de

controle obrigatório nessas estruturas obviativas, dada a possibilidade de T do PB em licenciar movimento do sujeito. Concretamente, a sentença em (49a), repetida abaixo em (55), deveria ser gramatical, contrário ao presente fato. Os subjuntivos-R, além de apresentarem ERD, são também opacos ao movimento do sujeito.

(55) *Pedro_i quer/deseja que t_i ganhe a corrida

Neste ponto, lembremos que o ERD é um problema independente e atestado em deferentes línguas. Não foi apontado pela literatura a esse respeito línguas que possuam características similares ao PB, isso é, que apresentem tanto o ERD quando casos de controle finito. O PB, portanto, pode revelar mais sobre o fenômeno na medida em que, apesar de permitir o controle finito, são os contextos em que o ERD é atestado, a saber, subjuntivos-R, os exclusivos em apresentar resistência ao movimento/controle do sujeito.

Com base nisso, seguindo as questões levantadas em Hornstein (2001, 2007) e Hornstein e Pietroski (2010), a hipótese a ser explorada neste trabalho será que as orações subjuntivas que apresentam o Efeito de Referência Disjunta em PB competem com derivações que geram orações infinitivas naquele mesmo contexto, ou seja, as orações infinitivas de controle obrigatório (cf. (56)) são mais econômicas em termos derivacionais que as orações subjuntivas com pronomes ligados, i. e., em correferência com o sujeito da matriz (cf. (57)).

(56) João_i quer [t_i ganhar a corrida]

(57) *João_i quer [que ele_i ganhe a corrida]

Para isso, devemos encontrar argumentos que justifiquem que elas possam ser comparáveis, apesar das diferenças morfológicas e mostrar como, derivacionalmente, elas podem ser comparadas. Adicionalmente, uma questão fundamental a ser resolvida e que pode iluminar os outros pontos é o fato de que PB, apesar de licenciar controle em orações finitas (e infinitivas), não permitir o movimento do sujeito os contextos de obviação (subjuntivos-R).

Uma primeira evidência de que esta hipótese pode estar no caminho correto é o fato de que somente línguas que apresentam formas infinitivas e subjuntivas, isto é, a alternância mostrada acima em (56) e (57), apresentam o ERD²⁰. Os verbos obviativos selecionam apenas por infinitivos e subjuntivos, excluindo complementos indicativos. As línguas balcânicas anteriormente mencionadas, por exemplo, perderam as suas formas infinitivas. O modo subjuntivo nestas línguas é usado nos contextos em que as línguas românicas empregam o infinitivo. O exemplo (58) abaixo do romeno mostra essas línguas não apresentam o ERD (veja-se que o verbo em questão é ‘querer’, um dos verbos que induz mais fortemente o ERD nas línguas que o apresentam)²¹.

Romeno (Kempchinsky, 1986:162)

- (58) Ana vrea să meargă.
Ana quer PRT(SUBJ) (ela) ir
‘Ana wants to go’

Abaixo, temos um quadro comparativo das propriedades até aqui levantadas para os diferentes subjuntivos em PB²²:

²⁰ Veremos as propostas com base na complementariedade infinitivo-subjuntivo na seção 2.4.

²¹ Romeno é uma língua *pro-drop*, portanto não há um pronome foneticamente realizado na sentença. Nesse sentido, (58) contrasta com o exemplo do espanhol:

(i) *Ana_i quiere que [pro]_i venga con nosotros.

²² O símbolo ‘*’ nos quadros nessa dissertação significará ‘não se aplica’, já que certos testes não puderam ser estendidos para os predicados-A.

QUADRO 2.1

Propriedades	Subjuntivo-A	Subjuntivo-L	Subjuntivo-R
Seleção	*	Indicativo, Subjuntivo, Infinitivo não-flexionado, Infinitivo flexionado de controle, infinitivo flexionado	Subjuntivo, Infinitivo não-flexionado
Controle obrigatório	+	+	-
ERD	-	-	+

Continuaremos investigando outras propriedades nas seções 2.3 e 2.4. Na seção seguinte, veremos algumas das propostas feitas na literatura para dar conta do ERD.

2.2. O Efeito de Referência Disjunta ou obviação

Existem duas principais linhas de investigação sobre o ERD, ilustrado abaixo com o francês. A primeira, que tem ganhado maior suporte na literatura, considera que o ERD é consequência da interação dos Princípios de Ligação e de propriedades interpretativas dos complementos subjuntivos, a saber, seu caráter “defectivo” ou anafórico (Picallo 1985, Rizzi 1986, Raposo 1985, Kempchinsky 1986, Progovac 1993, 1994, Tsoulas 1996 e Avrutin-Babyonyshev 1997, Manzini 2000). A segunda linha de investigação é baseada na complementariedade de complementos infinitivos e subjuntivos (Bouchard 1983, 1984, Farkas 1992 e Schlenker 2005).

(Szabolsci, 2010):

- (59) a. Je veux partir. (INFINITIVO)
I want to leave.
b. *Je veux que je parte. (SUBJUNTIVO)
I want for me to leave.

Abaixo apresento brevemente essas duas abordagens.

2.2.1. A ligação pronominal no subjuntivo

Muitas propostas para explicar o ERD dentro do quadro teórico de GB são baseadas em propriedades temporais do subjuntivo, em contraste com o modo indicativo (cf. Raposo 1985 e Picallo 1985, Rizzi 1986, Progovac 1993 Manzini 2000). De acordo com essas análises, o subjuntivo apresenta um tempo anafórico ou dependente. A agramaticalidade das sentenças em (60) abaixo, que se repete de maneira consistente nas línguas que apresentam obviação²³, mostra que um passado (forma imperfectiva do subjuntivo) não é admitido quando encaixado em uma matriz no presente²⁴:

²³ Terzi 1997:348 aponta que, no grego, há complementos subjuntivos que não são de controle obrigatório, mas que exibem restrição temporal semelhante com um verbo correspondente a *querer*, apesar de esta língua não apresentar ERD (nem infinitivo). Assim, um verbo principal no presente licencia complementos subjuntivos apenas no presente (cf. (i)). Observe-se ainda que essa restrição temporal não se estende aos complementos indicativos (cf. (ii)), nem aos complementos subjuntivos de controle obrigatório (cf. (iii)). Para Terzi 1992, 1997, as sentenças como em (i) são ambíguas entre envolverem orações completivas com um pronome nulo (*pro*) e envolverem construções de controle, tendo PRO como sujeito.

- (i) O Yiannis theli na doulevo/*douleva mazi sou.
The Yiannis want.3SG PRT work.1SG/worked.1SG with you
'John wants that I work/worked with you'.
- (ii) O Yiannis kseri/legi oti doulevo/douleva mazi sou.
The Yiannis know.3SG/say.3SG that work.1SG/worked.1SG with you
'John knows/says that I work/worked with you'.
- (iii) O Yiannis elpizi na erthi/irthe
John hope-3SG PRT come-3SG/came-3SG

As questões temporais associadas a subjuntivos serão discutidas em mais detalhes na seção ???

²⁴ Como veremos, essa dependência temporal será contestada em trabalhos posteriores. Kempchinsky (1986:75), por exemplo, aponta que o subjuntivo passado do francês moderno não é mais usado em contextos volitivos, sendo o presente do subjuntivo usado em seu lugar. O presente do subjuntivo encaixado em uma matriz no passado não precisa ser interpretado com relação ao tempo de fala (deiticamente), podendo ser interpretado como subsequente ao intervalo denotado pelo tempo da matriz, assim como o subjuntivo passado nas demais línguas românicas, como em (i) abaixo:

- (i) Je veux/voulais que Marie aille au cinema avec moi.
'I want/wanted that Marie go (PRES SUBJ) to the movies with me.'

(Terzi, 1992:78)

(60) a. *Italiano*

*Gianni vuole che io lavorassi con voi.

John wants that I worked(SUBJ) with you

'John wants me to work with you.'

b. *Espanhol*

*Juan quiere que yo trabajara contigo.

John wants that I worked(SUBJ) with you

'John wants me to work with you.'

c. *Português*

*O Manel deseja que o filho fosse o melhor aluno.

Manel wishes that his son was-SUBJ the best student

'Manel wants his son to be the best student.'

Com base nas restrições temporais desse modo, a idéia principal dos trabalhos de Raposo (1985), Picallo (1985) e Rizzi (1986) é propor que o ERD é consequência da extensão do domínio de ligação de orações subjuntivas dependentes temporalmente de suas matrizes. Picallo (1985) reformula os Princípios de Ligação de forma a inserir a dependência temporal a partir de definições como “regente-temporal” e “cadeia-temporal”: orações indicativas são domínios temporais independentes, enquanto os complementos subjuntivos formam uma “cadeia temporal” com a matriz por serem anafóricos:

Binding domain

β is a binding domain for α iff β is the minimal subchain of the T-governor of α containing an argument accessible to α , if there is one. If there is no accessible argument, the T-governor is the binding domain.

A proposta de Picallo (1985) consegue capturar por que objetos de complementos subjuntivos podem ser correferentes aos sujeitos das orações

principais. Em (61), oração subordinada é a mínima subcadeia do regente T a conter um sujeito acessível, isto é, *en Jordi*.

Catalão Picallo(2005:33):

- (61) [En Joan]₁ esperava que [en Jordi]₂ $l_{1/*2/3}$ invités a la reunió.
[The Joan]₁ hoped that [the Jordi] $him_{1/*2/3}$ invited(subj) to the meeting.
'Joan₁ hoped that Jordi would invite $him_{1/*2/3}$ to the meeting'.

No entanto, a proposta da autora não consegue explicar os seguintes dados:

Catalão Picallo (1985):

- (62) En Pere va convèncer [en Jordi]₁ que *pro*₁ anés a Nova York.
The Pere persuaded [the Jordi]₁ that *pro*₁ went(subj) to New York
'Pere persuaded Jordi to go to New York'

Em (32), *pro* pode ser ligado pelo objeto da matriz, o que mostra que seu domínio de ligação é a oração encaixada. Se o domínio subjuntivo aqui é opaco, o fato de que *pro* não pode ser ligado pelo sujeito da matriz é inesperado:

Catalão Picallo (1985):

- (63) *[En Pere]₁ va convèncer en Jordi que *pro*₁ anés a Nova York.
[The Pere]₁ persuaded the Jordi that *pro*₁ went(subj) to New York

Para resolver este ponto, Picallo (1985) recorre a posição estrutural em que a oração encaixada está em estrutura-S. Mais especificamente, ao *Case Resistance Principle* (Stowell 1981), que previne complementos sentenciais de ocuparem posições de Caso. Por não poderem permanecer em posição de objetos de V, os complementos sentenciais se adjungem à VP. Com esse movimento, apenas o sujeito matriz c-comanda *pro*. Por isso, o domínio de ligação de *pro* vai incluir o sujeito da matriz, mas não o objeto, por este não ser um argumento acessível.

Raposo (1985) também propõe uma reformulação na definição do domínio de ligação, de forma que este contemple os casos de ERD. Para caracterizar a ausência de referência temporal independente no modo subjuntivo, Raposo postula a existência de um operador [TENSE] em C. Somente orações indicativas são capazes de denotar referência temporal autônoma, portanto orações indicativas possuem um operador [+TEMPO] em C, enquanto orações subjuntivas possuem um operador [-TEMPO].

Para Raposo (1985), o domínio de ligação para as línguas românicas depende de um operador verbal c-comandante, que pode ser [+TEMPO] em C de uma oração indicativa, ou ainda auxiliares e modais.

A observação de que auxiliares e modais podem funcionar como operadores [+TEMPO] capazes de ligar um pronome vem da discussão de casos de “melhoramento” do ERD (como notado por Ruwet 1984 para o francês). De acordo com Raposo (1985), para estes casos, a oração subjuntiva não é dependente do operador em C da oração matriz e por isso a correferência entre os sujeitos é permitida^{25,26}.

Português Europeu (Raposo, 1985:97)

- (64) a. [O Manel]₁ deseja que *pro*_{1/2} seja admitido no concurso.
b. [O Manel]₁ exige que *pro*_{1/2} possa ver o seu advogado.
c. [A Maria]₁ preferia que *pro*_{1/2} não tivesse encontrado o Manel.

²⁵ Apesar dos julgamentos apresentados por Raposo 1985 para o PE, em paralelo aos exemplos de Ruwet 1984 para o francês, os julgamentos do PB para as sentenças em (64a) (64b) não são tão claros. Kempchinsky 2009 comenta que dados análogos no espanhol apresentam variação idioletal, sendo os prototípicos verbos volitivos *querer* e *desejar* aqueles que se mostram mais resistentes a superar o efeito obviativo.

²⁶ A sentença em (64c) parece ser perfeita em PB, com a única interpretação possível de sujeitos correferentes:

- (i) [A Maria]₁ preferia que *CV*_{1/*2} não tivesse encontrado o Manel.

Deve-se apontar, no entanto, que o (i) pode apresentar outro fator que interfere no seu julgamento, a saber, a presença da negação na oração encaixada. Veja que (ii) abaixo, similar a (i), porém sem a negação, é mal formada.

- (ii) *[A Maria]₁ preferia que *CV*_{1/2} tivesse falado com o Manel pessoalmente.

Com isso, a proposta de Raposo é a única entre as teorias baseadas nos Princípio de Ligação que consegue dar uma explicação para a marginalidade de sentenças com certos auxiliares, como em (64).

Diferentemente de Picallo (1985), no entanto, Raposo (1985) diferencia os subjuntivos que levam ao ERD e aqueles que se mostram independentes quanto ao domínio de ligação. O autor propõe que isso se dá devido a diferentes classes de verbos selecionarem subjuntivos com propriedades temporais distintas. A classe dos Predicados-E, que inclui verbos epistêmicos e declarativos, s-seleciona subjuntivos com o traço [+TEMPO]. Assim, o domínio de ligação de *pro* é a oração encaixada, portanto, esses subjuntivos não induzem o ERD. Ao contrário, os já mencionados Predicados-W, que incluem verbos emotivos não-factivos, volitivos e verbos de influência, s-selecionam subjuntivos com o traço [-TEMPO], que precisa ser ligado ao operador temporal em C da matriz. Assim, o domínio de ligação dessas orações subjuntivas é estendido para a oração indicativa matriz, e por isso um *pro* sujeito na oração encaixada não pode ser correferente ao sujeito da oração subordinante.

Raposo propõe ainda uma forma de capturar a assimetria entre a possibilidade de correferência entre sujeitos e objetos da oração matriz. O autor argumenta que os objetos opcionais dos predicados-W de influência, como *recomendar* e *sugerir*, são complementos indiretos e estão dentro de PPs. Por isso, não c-comandam o sujeito do complemento subjuntivo. Assim, eles estão livres para serem correferentes:

Português Europeu (Raposo 1985)

(65) O Manel₁ recomendou ao Luis₂ que (ele)_{*1/2} trouxesse o livro.

Negrão (1986) aponta que as propostas de Picallo (1985) e Raposo (1985) não dão conta o comportamento dos complementos subjuntivos do PB, quando comparados em distribuição com os infinitivos flexionados, infinitivos simples, e indicativos. As propriedades temporais do subjuntivo variam com os predicados que o selecionam e não necessariamente apresentam a dependência temporal, como previsto por Picallo (1985). Por exemplo, o subjuntivo em (66a) deve ser interpretado como presente com relação ao tempo de fala, enquanto em (66b), o complemento subjuntivo expressa passado com relação ao tempo de fala:

Negrão (1986:17):

- (66) a. Não importa que eles estejam atrasados.
b. Não importa que eles estivessem atrasados.

A ausência da interpretação de sequência temporal²⁷ em (66) não é capturada pela proposta de Picallo em que orações subjuntivas nas línguas românicas não apresentam um T regente e, portanto, não denotam um tempo independente ao da matriz. Por isso, complementos subjuntivos não se constituem como domínios de ligação independentes e levam ao ERD. Como notamos abaixo em (67), essa expectativa nem sempre se concretiza. Os complementos do predicado ‘não importar’, além de possibilitarem diferentes leituras temporais, como visto em (66), parecem licenciar um sujeito de controle obrigatório no PB, a par dos predicados-L, portanto não induzem o efeito de obviação.

- (67) [Os advogados]_i não se importam que *t_i* estejam atrasados para a audiência.

Negrão observa também que, no PB, se o subjuntivo e o infinitivo flexionado fossem ambos complementos [-Tempo,+AGR], eles deveriam estar em distribuição complementar, por serem a realização de um mesmo contexto, seguindo a proposta de Raposo (1985). Porém, essa regra nem sempre é respeitada. A proposta de Raposo explica a ausência de infinitivos flexionados como complementos de verbos volitivos, que só permitem complementos subjuntivos ou infinitivos simples (cf. (68))²⁸, mas não explica a alternância do infinitivo flexionado com complementos subjuntivos de verbos epistêmicos, como mostrado em (69)²⁹:

²⁷ A observação de que os eventos denotados pelos complementos subjuntivos devem ser subsequentes temporalmente ao evento da matriz (*consecutio temporum*) foi feita por Picallo (1985). Veremos na seção 2.3.2 detalhes sobre esse fenômeno, aqui retomado como *Sequence of Tenses* (SOT).

²⁸ Estes predicados subcategorizam complementos [-Tempo] e por isso não permitem o indicativo (cf. (68d)).

²⁹ As sentenças em (69b) e (69c) podem não soar naturais a alguns falantes, mas sentenças como (i), que recebem julgamentos mais sólidos por parte dos falantes, corroboram o argumento de Negrão:

- (i) a. Os professores lamentaram os alunos terem se atrasado pra prova.

Negrão (1986:13-14):

- (68) a. Nós tentamos acabar o trabalho.
b. Nós tentamos que eles acabassem o trabalho.
c. *Nós tentamos eles acabarem o trabalho.
d. *Nós tentamos que eles acabaram o trabalho
- (69) a. Nós acreditamos ter acabado o trabalho
b. Nós acreditamos que eles acabassem o trabalho
c. Nós acreditamos eles terem acabado o trabalho
d. Nós acreditamos que eles acabaram o trabalho

Kempchinsky (1986) também recorre ao Princípio de Ligação para sua análise do ERD, porém, juntamente com Suñer & Padilla-Rivera (1987), não atribui o ERD às propriedades temporais do modo subjuntivo, em contraste com o modo indicativo. Um dos motivos é que essas propostas são muito restritivas, na medida em que o comportamento temporal dos complementos subjuntivos é diversificado. Em particular, esses autores mostram que os complementos subjuntivos podem apresentar tempo independente do valor temporal do verbo matriz em alguns casos.

Kempchinsky (1986) e Suñer & Padilla-Rivera (1987) mostram que o ERD no espanhol ocorre com os subjuntivos complementos de verbos de volição (*querer, desear*), verbos de influência (*ordenar, aconselhar*) e também em subjuntivos selecionados por predicados factivos-emotivos (*lamentar*), enquanto verbos epistêmicos (*acreditar*) e verbos de dúvida e negação (*duvidar, ignorar, negar*) não exibem este mesmo efeito.

Kempchinsky (1986) propõe que o ERD, característico de complementos subjuntivos selecionados por verbos volitivos e de influência, pode ser explicado assumindo a existência de um operador abstrato que nucleia estes complementos e que precisa ser identificado em LF para satisfazer os requerimentos de seleção do verbo da matriz. Em LF, este operador é coindexado com o verbo da matriz. Em espanhol, em que o modo subjuntivo é marcado por um paradigma verbal distinto do

b. Os professores lamentaram que os alunos tivessem se atrasado pra prova.

indicativo, Kempchinsky assume que INFL se move para C da oração subjuntiva para que o operador seja reconhecido. A posterior coindexação deste INFL ao verbo da matriz é responsável pela extensão do domínio de ligação do sujeito regido por este INFL para a oração matriz, fazendo com que um sujeito subordinado nestas orações viole o Princípio B ao ser coindexado com o sujeito da matriz.

Para explicar a variação linguística observada para o subjuntivo do romeno, que não apresenta ERD, Kempchinsky (1986) propõe que essa língua marca suas orações subjuntivas com uma partícula verbal *să* (seguindo Farkas 1985) e somente esta partícula precisa ser coindexada com o verbo da matriz. O INFL, nestes casos, não está coindexado com o verbo da matriz e por isso a própria oração subjuntiva encaixada conta como o domínio de ligação para o seu sujeito.

Os dados de Terzi (1992, 1997) discutidos acima na nota 23 fornecem contra-argumentos para essa proposta: a interpretação temporal de orações subjuntivas nas línguas balcânicas também apresenta restrições similares às línguas românicas, como ilustrado novamente em (70) abaixo, apesar desses complementos não apresentarem obviação, veja (71) abaixo.

Grego (Terzi 1997:348)

- (70) O Yiannis theli na doulevo/*douleva mazi sou.
The Yiannis want.3SG SUBJ.PRT work.1SG/worked.1SG with you
'John wants that I work/worked with you'.

Grego (Alboiu 2009, ex.(3))

- (71) O Kostas theli na odhiji.
the Kostas want.3S SUBJ.PRT drive.3S
'John wants (him) to drive.'

Como notado pela própria Kempchinsky (1986:164), romeno é como o francês, em que o subjuntivo aparece quase que exclusivamente no tempo presente, com o passado subjuntivo reservado para contextos de contrafactualidade. A autora assume que o tempo nas orações subjuntivas deve ser ligado pelo tempo da oração matriz, nos termos de Enç (1985). No entanto, como muitos trabalhos recentemente vêm

apontando (ver nota ??? 18), a interpretação do sujeito nulo nessas línguas é de controle obrigatório precisamente nos casos em que o tempo nos complementos subjuntivos é radicalmente restrito, como em (72b) abaixo. Nesta sentença, ao contrário do previsto por Kempchinsky (1986), o sujeito da oração subjuntiva não está livre para correferir ao sujeito da matriz, mas DEVE ter este como seu antecedente. Esses contrastes interpretativos dos sujeitos de orações subjuntivas nessas línguas não podem ser explicados assumindo-se que o domínio de ligação das orações subjuntivas é independente para, determinado pela partícula subjuntiva, *na* em Grego, por exemplo.

Grego (Varlokosta 1993, ex. (43))

(72) a. *tora, o Yanis elpizi/theli na figi avrio.*

Now, the John hopes/wants SUBJ.PRT leave.3sg tomorrow

‘Now, John hopes/wants to leave tomorrow’

b. **tora, o Yanis kzeri/ arxizi na kolimbai avrio*

Now, the John knows-how/begins SUBJ.PRT swim.3sg tomorrow

‘Now, John knows how/begins to swim tomorrow’

Santos (1996) estuda o subjuntivo do PB e chega a conclusões similares a Kempchinsky (1986). Ambos os autores analisam o tempo desse modo e mostram que o comportamento temporal do modo subjuntivo no PB e no espanhol não é tão restrito e que a leitura de duplo acesso (*Double Access Reading* – DAR)³⁰, por exemplo, pode ser conseguida também no modo subjuntivo com alguns verbos.

Kempchinsky (1986) e Santos (1996) vão apontar que a classe de complementos subjuntivos de predicados volitivos é a que apresenta as maiores restrições temporais, porque os seus complementos são interpretados como subsequentes às orações principais. Mesmo com a morfologia no passado, a leitura da oração subjuntiva em (73) abaixo é de futuro em relação ao tempo da oração indicativa principal. Em (74), temos um presente do subjuntivo encaixado em um passado, mostrando que para estes predicados, a oração encaixada pode ser sempre interpretada como futuro:

³⁰ Esse fenômeno será tratado na seção seguinte.

(73) A Maria desejava que o João viajasse.

(Santos, 1996:44)

(74) Eu desejava que você participe do grupo, e continuo desejando.

Apesar de Kempchinsky (1986) e Santos (1996) apontarem que exemplos como em (74) são perfeitamente aceitáveis. Aparentemente, os julgamentos vão divergir para estes casos, já que a sentença pode não soar natural para todos (para mim, por exemplo). Voltaremos a discutir exemplos semelhantes nas seções 3.3.2 e 3.4. ???

Em suma, as propostas baseadas só em propriedades temporais e seletivas dos predicados (Piccolo 1985, Raposo 1985, Kempchinsky 1986, 2009, Rizzi 1986) não dão conta de casos de obviação em predicados que não sejam volitivos/desiderativos e exigem uma constante revisão de exceções e condições especiais em que a obviação pode ou não aparecer para dar conta dos dados, uma vez que a obviação se restringiria a requerimentos do predicado matriz para o tipo de complemento. Por exemplo, em línguas como o italiano, a obviação é observada em verbos factivos-emotivos e epistêmicos, como em (75)³¹:

Italiano (Constantini, 2005:25)

(75) a. Gianni₁ pensa che *pro*_{*1/2} legga molti libri.

Gianni₁ thinks that *pro*_{*1/2} reads (SUBJ) many books

‘Gianni₁ thinks that he_{*1/2/she} reads many books’.

b. Gianni₁ si rammarica che *pro*_{*1/2} legga pochi libri.

Gianni₁ regrets that *pro*_{*1/2} reads (SUBJ) few books

‘Gianni₁ regrets that he_{*1/2/she} reads few books’.

³¹ Ver Kempchinsky 1986 para verbos factivos no espanhol e Constantini 2005 para verbos epistêmicos e factivos no italiano.

Não fica claro, na proposta de Raposo (1985) e Kempchinsky (1986) por que isso pode ocorrer, já que a ausência de um operador temporal, isto é, a propriedade de ter um T[-Tempo], no caso do primeiro autor, e o movimento em LF de INFL para C matriz, no caso da segunda autora, só ocorrem em complementos de verbos volitivos e de influência.

As propostas baseadas na extensão do domínio de ligação, em geral, postulam a introdução de operadores semânticos para dar conta do contraste na interpretação de pronomes nas orações subjuntivas, i. e., da deflagração ou não do efeito obviativo. Mas, como vem sendo apontado nesta dissertação, o modo subjuntivo tem uma distribuição bem diversificada nas línguas, o que impõe dificuldade para muitas dessas análises. Além disso, há contextos subjuntivos que mostram propriedades sintáticas opostas (Subjuntivo-R e Subjuntivo-L), como se tornará mais claro ao longo deste capítulo. Por isso, parece ser difícil capturar tais propriedades somente a partir de imposições semânticas.

2.2.2. A competição entre formas

Bouchard (1983, 1984) propõe que o *Elsewhere Principle* regula a distribuição entre anáforas e pronomes nas línguas:

Elsewhere Principle

In two closely related constructions, do not put a pro-noun in a position in one construction where an anaphor is possible in the same position in the other closely related construction, that is, in a position where the pronoun will be interpreted as coreferential with an NP that can bind that position. [Bouchard 1984:475]

Bouchard (1983, 1984) argumenta que este princípio é aplicado também em sentenças subjuntivas com ERD, tendo em vista que a coreferencialidade entre os argumentos relevantes pode ser obtida por uma estrutura análoga no infinitivo:

(75) a. Pedro quer sair

b. *Pedro_i quer que ele_i saia.

Para isso, assume que, em casos de controle obrigatório, PRO de controle obrigatório é uma anáfora, já que pode (e deve) ser ligada pelo sujeito da oração matriz. Em outros contextos de uso de PRO, como em orações infinitivas de controle não-obrigatório, PRO é considerado pronominal, excluindo a complementariedade das sentenças por não haver competição³².

Farkas (1992) também propõe que o ERD se segue da competição entre os modos subjuntivo e infinitivo.³³ Sua proposta parte da observação que em línguas que não apresentam infinitivo, o fenômeno não é obtido em sentenças subjuntivas. A autora chega ao seguinte cenário:

- (76) . O ERD ocorre entre sujeitos de verbos volitivos e desiderativos e o sujeito de seus complementos;
. O sujeito da oração encaixada recebe papel temático de agente.

Para dar conta da competição entre os modos, Farkas assume que verbos volitivos e directivos selecionam complementos dependentes quanto à avaliação/referência de mundo; ou seja, estes complementos têm seu conteúdo semântico avaliado com relação ao mundo real, contrastando com orações indicativas, que apresentam conteúdo semântico “independente” do mundo real.³⁴ Farkas propõe ainda que um indivíduo (*i*) pode ter uma relação de responsabilidade (*RESP*) com respeito a certas situações (*s*) do mundo, segundo a definição:

³² A proposta de Bouchard 1983, 1984 antecipa elementos da teoria de Controle por Movimento, na medida em que considera instâncias de controle de PRO como anáforas não-lexicalizadas (atendem aos mesmos requerimentos que uma anáfora lexical), divergindo do Teorema PRO e do Módulo de Controle (Chomsky 1981, 1986). A realização ou não de uma anáfora em PF segue o Princípio de Lexicalização, que depende de sua especificação em traços- ϕ e, crucialmente, de Caso.

³³ Ver Farkas 2003 para uma proposta mais recente de acordo com os pressupostos da Teoria da Optimalidade.

³⁴ Ver também Portner 1997 para uma proposta fundamentada na semântica situacional e semântica de mundos para explicar a distribuição dos modos nas línguas.

“(RESP(*i,s*) holds between an individual *i* and a situation *s* just in case *i* brings *s* about, i.e. just in case *s* is the result of some act performed by *i* with the intention of bringing *s* about. If so, *s* is called the (possibly) intentional situation and *i* its initiator. The initiator is similar but not identical to an agent.” [Farkas 1988: 36]

Um argumento é sujeito-dependente se ele herda a referência do sujeito da matriz e, nos casos de canônicos de controle, como os infinitivos em (75a) acima, o sujeito-dependente da oração encaixada carrega a relação de responsabilidade com a situação denotada pelo complemento.

A partir dessas considerações, Farkas (1992) propõe o seguinte princípio para dar conta do cenário descrito em (76):

“In world-dependent complements [subjunctives] that conform to the canonical control case [have RESP], the form used to mark Su[bject] dependency [infinitive, if there is one] blocks the form used for world-dependency.” [Farkas 1992:102-104]

Em resumo, Farkas argumenta que nos contextos de controle canônico, se uma forma infinitiva e outra subjuntiva são possíveis, a forma infinitiva, que marca dependência de sujeito, bloqueia a forma subjuntiva, que marca dependência de mundos. O conceito *bloquear* é usado no sentido da semântica lexical e da morfologia, em que formas mais específicas bloqueiam formas mais gerais, assim o modo infinitivo é mais específico que o subjuntivo, pois o primeiro marca dependência de sujeito e de mundo, enquanto o segundo marca apenas a dependência de mundo.

Como o princípio regulador desta distribuição entre infinitivos e subjuntivos recorre à atribuição da relação de responsabilidade entre os sujeitos, é difícil precisar quais contextos podem ou não levar à obviação em cada língua. Constantini (2005) aponta que um potencial problema também para a análise de Farkas (1992) é o fato de que em algumas línguas românicas, verbos factivos-emotivos e epistêmicos, que não deveriam apresentar obviação por selecionarem complementos que denotam situações independentes do mundo “real” (proposições), se comportam à maneira dos

verbos de volição, induzindo à obrigatoriedade da referência disjunta, como vemos em (77) abaixo, repetidos de (75):

Italiano (Constantini 2005:30)

- (75) a. Gianni₁ pensa che *pro*_{*1/2} legga molti libri.
Gianni₁ thinks that *pro*_{*1/2} reads (SUBJ) many books
'Gianni₁ thinks that he_{*1/2/she} reads many books'.
b. Gianni₁ si rammarica che *pro*_{*1/2} legga pochi libri.
Gianni₁ regrets that *pro*_{*1/2} reads (SUBJ) few books
'Gianni₁ regrets that he_{*1/2/she} reads few books'.

Schlenker (2005) também explora a idéia de competição entre formas infinitivas e subjuntivas, tomando o subjuntivo como modo semanticamente *default*³⁵ (sua vacuidade semântica advém do fato de o modo subjuntivo não desencadear nenhuma pressuposição). Levando em conta alguns reguladores pragmáticos, Schlenker propõe que o subjuntivo deve ser usado quando o infinitivo ou imperativo resultarem em má-formação semântica. Por outro lado, o infinitivo é semanticamente não-nulo por carregar PRO, que é sempre interpretado como *de se*. Essa propriedade de PRO introduz uma pressuposição nos complementos infinitivos. Seguindo o seu princípio pragmático *Maximize Presupposition!* (Maximizar Pressuposição), o subjuntivo, sendo semanticamente vácuo, deve ser usado somente quando a pressuposição embutida no infinitivo induzir uma interpretação semântica errônea, isto é, em contextos não- *de se*.

Um problema geral levantado por Constantini (2005) para teorias baseadas na competição entre formas infinitivas e subjuntivas é que elas não são capazes de dar conta de pares como em (78) e (79) abaixo, em que verbos de negação e de dúvida, por exemplo, selecionam por ambos os complementos sem que o ERD seja atestado nas sentenças subjuntivas:

Espanhol (Suñer 1986):

- (76) a. Pedro₁ negó que *pro*_{1/2} supiera la verdad.

³⁵ Linha similar foi explorada por Siegel 2006, 2009. Ver [seção 1.2.1 para](#) mais detalhes.

Pedro₁ denied that *pro*_{1/2} knew (SUBJ) the truth

‘Pedro₁ denied that he_{1/2/she} knew the truth’.

b. Pedro negó *PRO*₁ saber supiera la verdad.

Pedro₁ denied *PRO*₁ know (INF) the truth

‘Pedro₁ denied knowing the truth’.

(77) a. *Pro*₁ dudo que *pro*_{1/2} lo hubiera pagado.

*Pro*₁ doubt that *pro*_{1/2} him had. 1/3sg (SUBJ) paid

‘I doubt having that I/he/she had paid them’.

b. *Pro*₁ dudo *PRO*₁ haberlo pagado.

*Pro*₁ doubt have (INF)-him paid

‘I doubt having paid him’.

As observações de Schlenker (2005) são exploradas por Constantini (2005), que, apesar de não recorrer explicitamente à competição entre formas infinitivas e subjuntivas em sua análise, busca justificar a obviação pela imposição de um princípio restritivo a essas formas na interface sintático-semântica. Em linhas bem gerais, Constantini (2005) argumenta que a obviação em orações subjuntivas ocorre devido à impossibilidade de uma leitura de correferência *de se e não-de se* se estabelecer entre o sujeito da oração subjuntiva encaixada e o argumento detentor de atitude proposicional da oração superior, pois esse é um contexto exclusivo de interpretação *de se*³⁶, realizado na interface como PRO.

Em suma, às propostas baseadas na competição de formas, parece faltar uma explicação mais estrutural para as diferentes propriedades temporais do modo subjuntivo e, em particular, as restrições temporais observadas nos complementos subjuntivos obviativos (casos de Subjuntivos-R), como ilustrado em (70)³⁷:

(78) *Pedro quer que Maria participasse da corrida.

³⁶ Retornaremos a discussão das interpretações *de se* e *não-de se* na [seção 2.8.8.2](#).

³⁷ A discussão sobre propriedades temporais dos complementos subjuntivos será feita adiante nas [seções 2.3.2 e 2.4](#).

Os pontos mais contundentes mostrados nos trabalhos que tratam sobre o ERD são as diferenças temporais entre (alguns) complementos subjuntivos e indicativos e a observação da complementariedade infinitivo-subjuntivo. No entanto, esses trabalhos não investigam em mais detalhes as diferentes propriedades temporais (tais como SOT, DAR e o licenciamento de leituras eventivas) do modo subjuntivo, em comparação com o comportamento temporal dos complementos infinitivos e indicativos que os predicados selecionam nas línguas em questão.

Neste trabalho, utilizarei o *insight* das propostas de competição entre os modos infinitivo e subjuntivo, sob o ponto de vista colocado por Hornstein (2001, 2007), buscando determinar, em uma abordagem minimalista, como subjuntivos-R e infinitivos análogos podem ser derivacionalmente comparáveis. Para isso, será necessário estender o paradigma comparativo de propriedades temporais e sintáticas discutidas na literatura para incluir também os complementos infinitivos, além dos indicativos e subjuntivos. Assim, tendo uma visão mais ampla das características seletivas dos predicados em estudo, poderemos conseguir uma pista para explicar o papel do Tempo, por exemplo, no fenômeno do ERD.

Veremos mais contrastes entre estes predicados na seção seguinte.

2.3 Subjuntivos-L, Subjuntivos-A e Subjuntivos-R: mais contrastes

Vejamos nessa seção a comparação entre subjuntivos-R, subjuntivos-L e subjuntivos-A quanto a suas propriedades temporais e quanto ao licenciamento de itens de polaridade. De acordo com a hipótese levantada neste trabalho, esperamos que o subjuntivo-L e subjuntivo-A manifestem diferentes resultados quando a estas propriedades quando comparados aos subjuntivos-R. Especificamente, se o subjuntivo-R é comparável ao infinitivo, há chances de que ele apresente características sintáticas típicas deste. Por outro lado, se os subjuntivos-L e subjuntivos-A não apresentam nenhuma das propriedades “especiais” apontadas até aqui (rever quadro na seção 3.1.3), a saber, a impossibilidade de controle do sujeito, o ERD e a alternância exclusiva com o infinitivo, é de se esperar que eles tenham um comportamento sintático mais próximo do indicativo, todos sendo representantes de “tempos” finitos.

2.3.1 Itens de Polaridade

2.3.1.1 Itens de Polaridade Negativa

Os itens de polaridade negativa (IPN) e positiva (IPP) são itens que apresentam restrições quanto ao seu licenciamento e interpretação. Progovac (1993) defende que os IPN estão sujeitos ao Princípio A da Teoria de Ligação (semelhante ao comportamento das anáforas), ou seja, requerem um licenciador local para ligá-lo. Assim, os IPNs, em orações indicativas, requerem um licenciamento de um operador negativo na própria oração, que constitui o seu domínio mínimo³⁸, como vemos pelo contraste apresentado abaixo:

(79) *Ana *não* sabe [que Pedro encontrou *ninguém*]

(80) Ana sabe [que Pedro *não* encontrou *ninguém*]

Já as orações infinitivas encaixadas possibilitam o aparecimento de um IPN quando há uma negação na oração matriz (81):

(81) Pedro *não* tentou agredir *ninguém*

Muitos trabalhos assumem que a negação sentencial é representada por uma projeção funcional em nível de sentença (NegP) acima de VP (cf. Pollock 1989, Belletti 1990, Zanuttini 1991). Em vista disso, alguns autores atribuem essa “transparência” como evidência para reestruturação em orações infinitivas, em que as últimas não constituem um domínio independente para a negação (Haider 1993). Outros autores também propuseram que a negação sentencial deve ser licenciada por tempo (cf. Zanuttini 1991, 1996, Kayne 1989, Haegeman 1995). Por ora, é suficiente que observemos o contraste entre infinitivos e indicativos quanto ao licenciamento de IPN.

Ao testarmos subjuntivos-R quanto a esta característica, notamos que a negação na oração matriz licencia o IPN no complemento:

³⁸ Progovac 1993 utiliza a extensão da Teoria de Ligação em termos de relações A e A' como proposta por Aoun 1985, 1986. IPN são, portanto, tratados como anáforas do tipo A'.

(82) Maria *não* quer [que Pedro converse com *ninguém*]

O efeito de transparência à negação da oração principal é uma característica dos complementos subjuntivos, como já observado em diversas línguas (cf. Raposo 1985, Kempchinsky 1986, Miotto 1992, Progovac 1993, Santos 1996, Manzini 2000, San-Martin 2004 entre outros). Porém, como apontado por Santos (1996), os verbos que selecionam complementos no modo subjuntivo não possuem um comportamento uniforme quanto ao licenciamento de IPN no PB, já que orações encaixadas subjuntivas selecionadas por predicados factivos (83) e de dúvida (84) (incluídos nos predicados-L), por exemplo, não exibem essa propriedade:

(83) a. * Maria *não* lamentou [que Pedro tivesse visto *ninguém*]

b. Maria lamentou [que Pedro *não* tivesse visto *ninguém*]

(84) a. * Maria *não* duvida [que Pedro conheça *ninguém*]

b. Maria duvida [que Pedro *não* conheça *ninguém*]

De maneira similar, quando testamos as orações subjuntivas com advérbios, notamos que estas são opacas à negação da oração matriz, se alinhando ao comportamento de orações indicativas:

(85) a. * Maria *não* disse [que Pedro talvez encontre *ninguém*]

b. Maria disse [que Pedro talvez *não* encontre *ninguém*]

Assim, a transparência à negação da oração matriz reforça o contraste entre subjuntivos-R de um lado, e subjuntivos-L e subjuntivos-A de outro, confirmando o padrão em que o primeiro grupo apresenta comportamento similar ao infinitivo (transparência), enquanto o outro repete o padrão do modo indicativo (opacidade).

3.1.2 Itens de Polaridade Positiva

Os IPPs, seguindo Progovac (1993), apresentam um comportamento semelhante ao de um elemento pronominal e estão sujeitos aos efeitos de localidade do Princípio B da Teoria de Ligação. As suas possíveis leituras são sensíveis a contextos afirmativos/negativos da seguinte forma: um IPP não precisa de um licenciador; ele não pode ser ligado por uma negação na mesma sentença.

Detalhes à parte, a computação destes requisitos implica que um IPP como *alguém* tem necessariamente uma interpretação de escopo largo (*wide-scope*) quando está na mesma oração que uma negação (cf. (86)). Assim, as orações completivas indicativas mostram-se independentes da matriz, já que *alguém* pode ter tanto escopo estreito (*narrow-scope*) quanto largo na presença de uma negação na oração subordinada, como vemos pelo contraste apresentado entre (86) e (87) abaixo:

(86) Maria *não* contou para *alguém* sobre o acidente. (escopo largo/*escopo estreito)

(87) Maria *não* acha [que precisa de *alguém* para ajudar ela] (escopo largo/escopo estreito)

Ao testarmos o comportamento do infinitivo quanto a esta propriedade, notamos que ele se apresenta como um domínio transparente, na medida em que a negação da oração matriz restringe a interpretação do IPP apenas à leitura de escopo largo.

(88) Ana *não* conseguiu encontrar com *alguém* na festa. (escopo largo/*escopo estreito)

Os contextos de subordinação com subjuntivo-R demonstram o mesmo efeito: um IPP apenas pode ter a leitura de escopo largo devido à transparência da oração encaixada quanto à negação da oração principal:

- (89) a. Maria *não* quer [que o Pedro veja *alguém*] (escopo largo/ *escopo estreito)
b. Maria *não* pediu [que o Pedro trouxesse *alguém*] (escopo largo/ *escopo estreito)

Em contraste, ao observarmos o complemento de verbos epistêmicos e de dúvida, vemos que as orações encaixadas subjuntivas-L apresentam um padrão distinto. Nestes contextos, os IPPs, semelhante ao que ocorre nas orações indicativas, mostram-se fora ou dentro do escopo da negação da oração matriz, como ilustrado abaixo:

- (90) a. Maria *não* acreditou [que Pedro tivesse discutido com *alguém*] (escopo largo/ escopo estreito)
b. Maria *não* duvida [que Pedro tivesse discutido com *alguém*] (escopo largo/ escopo estreito)

Ao testar o licenciamento de IPP em orações subjuntivas com advérbios, notamos que estas também não apresentam o efeito de transparência, típico das orações subjuntivas-R neste contexto. *Alguém*, nas sentenças em (91) abaixo, pode ter um interpretação de escopo largo ou estreito:

- (91) a. Maria *não* disse [que possivelmente *alguém* chegue cedo]
b. Maria *não* disse [que Pedro possivelmente encontre com *alguém*]

Em resumo, os itens de polaridade não são interpretados de uma maneira uniforme em orações do modo subjuntivo no PB, já que se mostram sensíveis ao tipo de predicado que seleciona este complemento. Novamente, o padrão obtido para as assimetrias anteriores se repete: subjuntivos-R se comportam como infinitivos, enquanto subjuntivos-L e subjuntivos-A mostram-se semelhantes aos complementos indicativos.

2.3.1.3 Vacuidade temporal

Como largamente tratado na literatura (ver Raposo 1985, Picallo 1985, Kempchinsky 1986, Santos 1996 e referências lá citadas³⁹), os complementos no modo subjuntivo mostram uma série de restrições temporais que as orações indicativas não apresentam. A necessidade de concordância temporal entre a oração subjuntiva e a oração matriz constatada em diversas línguas levou alguns autores a considerar que o subjuntivo tem um tempo anafórico em relação ao da matriz, em contraste com uma independência temporal dos complementos no modo indicativo. Compare com (92) e (93) abaixo (ver Raposo 1985, Picallo 1985, por exemplo⁴⁰):

Português Europeu (Meireles e Raposo: 1992)

(92) *Manel deseja que o filho fosse o melhor aluno.

(93) Manel disse/diz/dirá que Maria chegou/chega/chegará tarde.

Podemos notar que a restrição morfológica se mantém em complementos subjuntivos de predicados-R, mas não em subjuntivos-L, como ilustrado abaixo em (94) e (95) respectivamente:

(94) a. Pedro deseja que Maria *ganhasse/ganhe a corrida

b. O professor exige que os alunos *participassem/participem do congresso.

c. O diretor pede que todos *chegassem/cheguem cedo

(95) a. Pedro lamenta que Ana trabalhasse/trabalhe de madrugada

b. Pedro duvida que Ana estivesse/esteja grávida

c. O deputado nega que sua esposa soubesse/saiba o esquema

³⁹ Para estudos semelhantes do subjuntivo das línguas balcânicas e eslavas, vejam-se Iatridou 1993, Varlokosta 1993, Avrutin-Babyonyshev 1997, Terzi 1997, Krapova 2001 e Landau 2004.

⁴⁰ A divisão em diferentes classes de subjuntivo nas línguas balcânicas (entre outras que não apresentam ERD) também é atribuída a diferentes propriedades temporais destes complementos. Para detalhes, ver referências na nota 18.

Complementos subjuntivos-A também não mostram as restrições morfológicas aqui discutidas:

- (96) a. Pedro disse que talvez *conversasse/converse* com Maria mais tarde
b. Pedro acha que Ana talvez *estivesse/esteja* com Maria mais tarde

O contraste parece ser claro, na medida em que o subjuntivo-L e o subjuntivo-A têm maior variedade de interpretação de sequências e formas temporais em relação à matriz, enquanto são expressivas as restrições nos predicados de volição, em que a morfologia é anafórica ao tempo da matriz na maioria dos casos e indica futuro ou *irrealis*, como veremos em mais detalhes na seção 2.4.

Giorgi (2006) argumenta que a interpretação temporal do modo subjuntivo deve ser de simultaneidade ao tempo do evento da oração principal.⁴¹ Segundo a autora, o uso de perífrases verbais pode mudar a interpretação temporal destas orações, porém isso é conseguido de modo derivativo, devido ao aspecto da oração, e não advém diretamente da interpretação da morfologia do subjuntivo. Giorgi (2006) considera que a possibilidade de se alterar o valor temporal da sentença encaixada por meio de modificadores temporais confirma a vacuidade temporal da morfologia do subjuntivo, como vemos em (97). Já o modo indicativo exige que o advérbio temporal seja coerente com o tempo verbal (98):

- (97) Maria queria que Pedro viajasse (*Imperfeito do Subjuntivo*) amanhã/ ontem/ agora
- (98) a. Maria disse que Pedro viajou ontem/*amanhã/*no próximo sábado
b. Maria disse que Pedro vai viajar semana que vem/*ontem

Giorgi (2006) conclui que os complementos no modo subjuntivo não apresentam um valor temporal próprio e, por isso, não permitem a sua leitura independentemente do T matriz (passado do passado, por exemplo), exibindo

⁴¹ Ver seção 2.2.1 para referências adicionais. Seguirei Giorgi 2006, que retoma a maioria dos argumentos apresentados pela literatura.

necessariamente SOT (*Sequence of Tenses*) (Hornstein 1990, Ogihara 1996). Esta regra foi proposta para dar conta da interpretação temporal que tempos iguais encaixados podem ter: o C encaixado pode ter seu valor temporal independente a partir do momento da fala (tempo dêitico, leitura *shifted*) ou pode ter seus traços ancorados no tempo da matriz (quando a regra SOT se aplica). Ogihara (1996) aborda o ancoramento temporal numa perspectiva de apagamento de traços temporais em LF. A generalização da regra SOT é formalizada pelo autor da seguinte forma:

The SOT rule

If a tense feature B is the local tense feature of a tense feature A at LF, and A and B are occurrences of the same feature (i.e., either [+past] or [+pres]), A and the tense associated with A (if any) are optionally deleted. N.B.: (i) The tense features include [+past] and [+pres] and nothing else. (ii) A tense feature A is “in the scope” of a tense feature B iff B is associated with a common noun and asymmetrically c-commands A, or B is associated with a tense or a perfect and asymmetrically commands A. (iii) A tense feature B is the local tense feature of a tense feature A iff A is “in the scope” of B and there is no tense feature C “in the scope” of B such that A is “in the scope” of C. [Ogihara 1996:134]

O passado do modo indicativo sempre exhibe as duas possibilidades:

- (99) Pedro descobriu que Ana estava grávida
- i. período de gravidez é anterior ao momento da descoberta – T encaixado PASSADO
 - i'. [*Pedro* PASS *descobrir* [*que Ana* PASS *estar* grávida]]
 - ii. período de gravidez coincide com o momento da descoberta – T encaixado não-PASSADO (SOT)
 - ii'. [*Pedro* PASS *descobrir* $\lambda 0$ [*que Ana* 0-*estar* grávida]] (0 = relativo ‘agora’ a partir de T matriz)

Por outro lado, segundo Giorgi⁴², o tempo do modo subjuntivo é sempre dependente do tempo da matriz:

(100) Pedro quis que Ana estivesse grávida

i. *período de gravidez é anterior ao momento do desejo – T encaixado
PASSADO

i'. *[Pedro PASS *querer* [*que Ana* PASS *estar grávida*]]

ii. período de gravidez coincide com o momento do desejo – T encaixado não-
PASSADO (SOT)

ii'. [*Leo* PAST *querer* $\lambda 0$ [*que Ana* 0-*estar grávida*]] (0 = relativo 'agora' a partir de T matriz)

Esses dados mostram que a interpretação temporal da morfologia do subjuntivo é, portanto, uma leitura (*default*) de simultaneidade com relação ao evento da matriz⁴³. Vejamos abaixo mais um contraste no comportamento dos subjuntivos-R, subjuntivos-L e subjuntivos-A⁴⁴. Quando o imperfeito do subjuntivo é usado isoladamente, ele não gera uma leitura de anterioridade (não-SOT) com relação à matriz em subjuntivos-R:

(101) a. Pedro exigiu que Ana chegasse cedo.

b. Pedro desejou que seus pais participassem da festa.

c. Pedro recomendou que Ana viajasse para o congresso.

⁴² Ver também Picallo 1985.

⁴³ Pirvulescu 2009 mostra que a realização morfossintática do subjuntivo em línguas românicas não apresenta traços específicos para Tempo ou condicionados por esta categoria.

⁴⁴ Utilizarei aqui somente sentenças com tempo Passado para facilitar a exposição. Resultados análogos podem ser obtidos com o tempo Presente encaixado em uma oração que expresse futuro (ver Ogihara 1996).

Já subjuntivos-L e subjuntivos-A permitem uma leitura de Passado, ou seja, de anterioridade com relação ao tempo da matriz, como vemos em (102)/(103) e (104)/(105) respectivamente⁴⁵:

- (102) Pedro lamentou que Ana acordasse tão cedo naquela época (SOT/não-SOT)
- i. período em que Ana acorda cedo coincide com o momento do lamento – T encaixado não-PASSADO (SOT)
- i'. [*Pedro PAST lamentou [que Ana ~~PAST~~ acordar ...]*] (SOT)
- ii. *período em que Ana acorda cedo é anterior ao momento do lamento – T encaixado PASSADO
- ii'. [*Pedro PAST lamentou [que Ana PAST acordar ...]*] (Tempo Absoluto)

Mais alguns exemplos de subjuntivos-L:

- (103) a. Ana não acreditou que Pedro dormisse cedo até ano passado
b. A testemunha negou que encontrasse com o suspeito diariamente
- (104) O professor disse que talvez Maria escrevesse as redações de sua colega no semestre passado (SOT/não-SOT)
- i. período em que Maria escreve as redações coincide com o momento do fala do professor – T encaixado não-PASSADO (SOT)
- i'. [*o professor PAST dizer [que Ana ~~PAST~~ escrever ...]*] (SOT)
- ii. período em que Maria escreve as redações é anterior ao momento da fala do professor – T encaixado PASSADO
- ii'. [*o professor PAST dizer [que Ana PAST escrever ...]*] (Tempo Absoluto)

Mais um exemplo de subjuntivo-A:

⁴⁵A impossibilidade de se obter uma leitura eventiva para estes complementos subjuntivos e uma possível explicação para este ponto serão dadas na [seção 2.4.](#)

(105) O professor disse que talvez o aluno estivesse muito gripado pra ir pra aula naquele dia.

A forma do *imperfeito do subjuntivo*, tratada também como forma de *passado*, parece realmente ser esvaziada de traços temporais. Dependendo das modificações adverbiais que as orações venham a ter, essas formas mostram uma interpretação muito variada. Para o Subjuntivo-R, por exemplo, expressam futuro ou *irrealis* com relação ao tempo da oração matriz:

(106) Maria queria que Pedro viajasse amanhã/ ontem/ agora

Já nos subjuntivos-L e subjuntivos-A, o imperfeito possibilita uma interpretação de anterioridade e também de tempo habitual (ver nota 45), quando encaixado em uma matriz no presente:

(107) a. Pedro lamenta que Ana acordasse tão cedo diariamente
b. Pedro duvida que Ana estivesse doente na semana passada
c. O deputado nega que sua esposa soubesse do esquema ilícito quando ele veio à mídia

(108) a. Pedro acha que semestre passado talvez Ana estudasse muito pouco pra passar no vestibular
b. O professor acha que talvez Ana escrevesse as redações por sua colega no semestre passado

É importante assinalar que estamos olhando aqui para complementos subjuntivos com formas imperfectivas. O uso do presente do subjuntivo e a introdução de auxiliares mudam as possibilidades de interpretação temporal, como veremos na seção 3.4.

Por fim, observemos o comportamento dos grupos de subjuntivo quanto à Leitura de Duplo Acesso (daqui em diante, DAR (*Double Access Reading*)). Nas línguas

que apresentam DAR, como o espanhol, o italiano, o português e o inglês, o tempo da oração encaixada é avaliado com relação ao tempo da matriz e ao momento da fala no modo indicativo. Considere o seguinte exemplo:

(109) Pedro disse que Ana está grávida.

Esta sentença só pode ter uma leitura DAR, em que o estado de gravidez se mantém tanto no momento da fala de *Pedro* quando no tempo de fala “agora” da sentença. Isso mostra a independência temporal da oração encaixada indicativa. O subjuntivo, por outro lado, não apresenta DAR:

(110) *Pedro quis que Ana *esteja* grávida.

A má-formação de (110) mostra que o a oração expressa pelo presente do subjuntivo não pode ser avaliada a partir do “agora” (tempo da fala). Apenas a forma do imperfeito do subjuntivo é licenciada com o verbo da matriz no passado, como vemos em (111) abaixo. Crucialmente, a gravidez não necessariamente se estende até o presente, como é o caso da sentença indicativa em (109):

(111) Pedro quis que Ana estivesse grávida.

Giorgi (2006) atribui a ausência de DAR no modo subjuntivo também à sua vacuidade temporal. No entanto, vemos aqui que crucialmente essa propriedade se mantém para os complementos dos predicados-R, mas não para os predicados-L e subjuntivos-A. Note que as sentenças em (112) e (113) abaixo, com complementos no subjuntivo-L e subjuntivo-A, respectivamente, possibilitam uma leitura DAR: a gravidez coincide com o tempo do evento da matriz, ou seja, do lamento ou fala de Pedro, bem como deve se estender até o momento de asserção da sentença.

(112) Pedro lamentou que Ana *esteja* grávida.

(113) Pedro disse que talvez Ana *esteja* grávida.

Como vimos até aqui, o estatuto temporal dos complementos subjuntivos não é uniforme. Já numa primeira aproximação, notamos que as restrições temporais são mais expressivas nos predicados-R, em que a morfologia subjuntiva de seus complementos é anafórica ao tempo da matriz e indica futuro ou *irrealis*. Estes mesmos predicados são aqueles que invariavelmente desencadeiam obviação nas línguas. Os predicados-L podem ter interpretações temporais variadas, possibilitando, inclusive, uma leitura DAR.

Na seção seguinte, tentarei encontrar uma resposta sintática para a interpretação de futuro/*irrealis* dos subjuntivos volitivos/desiderativos (predicados-R). Trarei, para isso, as propostas de Wurmbrand (2001, 2006, 2008) para complementos infinitivos, e buscarei acomodar os predicados que selecionam complementos subjuntivos, isto é, os predicados R(estritos) e L(ivres) nesta classificação. A classificação apurada dos diferentes complementos infinitivos nas línguas pode chegar a muitas subdivisões. Para os propósitos deste trabalho, bastará identificarmos três padrões de seleção dos predicados.

Termino esta seção adicionando algumas informações ao quadro geral das propriedades dos subjuntivos no PB:

QUADRO 2.2

Propriedades	Subjuntivo-A	Subjuntivo-L	Subjuntivo-R
Seleção	*	Indicativo, Subjuntivo, Infinitivo não-flexionado, Infinitivo flexionado de controle e infinitivo flexionado	Subjuntivo, Infinitivo não-flexionado
Controle obrigatório	+	+	-
ERD	-	-	+
Transparência em relação aos IPs	-	-	+
Tempo morfológico	Livre	Livre	Anafórico
DAR	+	+	-

2.4. Examinando o Tempo: infinitivos, subjuntivos e indicativos

Nesta seção, me detenho a explorar as linhas gerais propostas por Wurmbrand (2001, 2006, 2008) para os valores temporais, suas possíveis interpretações e correspondentes sintáticos em complementos infinitivos. Irei abordar apenas os pontos relevantes para a minha análise. Este quadro geral possibilitará testarmos o comportamento dos complementos dos predicados-R e predicados-L, ambos contemplados pela proposta de Wurmbrand por possibilitarem complementos infinitivos e subjuntivos. Como iremos verificar, o comportamento dos complementos subjuntivos no PB pode ser explicado a partir das propriedades de seleção do predicado matriz⁴⁶.

Por meio dessa abordagem, poderemos também avaliar em que medida as orações subjuntivas que apresentam ERD e orações infinitivas de controle obrigatório

⁴⁶ A partir deste ponto, deixo de lado os subjuntivos-A, por não se tratar de complementos selecionados pelo predicado matriz e, portanto, não serem comparáveis nestes pontos aos subjuntivos-R e subjuntivos-L. Retomaremos a discussão sobre o subjuntivo-A no Capítulo 3.

equivalentes podem ser comparáveis derivacionalmente. Seguindo a hipótese deste trabalho e a proposta de Hornstein (2001, 2007), apesar de roupagens morfológicas distintas, orações infinitivas e subjuntivas devem partir de uma mesma numeração e apresentarem a mesma estrutura sintática. Uma avaliação mais próxima do comportamento temporal desses complementos pode revelar mais sobre sua estrutura.

Desde Stowell (1982), há na literatura a tentativa de classificar os infinitivos entre aqueles que possuem tempo e aqueles que não possuem, e relacionar este aspecto dos complementos infinitivos às suas propriedades sintáticas e estruturais⁴⁷. Nesta dissertação, exploraremos a classificação proposta por Wurmbrand (2008), que se encontra esquematizada no quadro abaixo:⁴⁸

QUADRO 2.3 (Adaptado de Wurmbrand 2008)

Tipo de INF	Exemplos	Tempo semântico	Estrutura	Eventivo
Futuro <i>irrealis</i>	Decidir/prometer	Nenhum ou Tempo Zero ⁴⁹	WolIP/TP	OK
Implicativos	Conseguir	Nenhum	vP	OK :matriz PASS
Aspectuais	Começar, Tentar			* :matriz PRES
Proposicionais	Acreditar, alegar	Tempo Zero	TP/CP	*

Nas seções que se seguem vamos comentar cada subtipo de infinitivo que a autora observa e a sua caracterização.

⁴⁷ Ver Pesetsky 1992, Bošković 1996, 1997, Martin 2001, Pesetsky e Torrego 2004, 2006 para algumas abordagens.

⁴⁸ O quadro está simplificado. Serão omitidas informações irrelevantes das análises de Wurmbrand para o presente estudo.

⁴⁹ Wurmbrand se refere à noção de Tempo Zero, como proposto por Kratzer 1998.

2.4.1. Infinitivos de Reestruturação

Os complementos de verbos aspectuais, implicativos e modais como *tentar*, *começar*, *conseguir*, *poder* constituem um tópico de grande discussão na literatura, principalmente no que concerne as suas propriedades de reestruturação (ver Rizzi 1978, 1982, Cinque 2001, 2004, Wurmbrand 2001 e referências lá citadas). Em diferentes graus, essas classes de verbos⁵⁰ têm complementos infinitivos em que propriedades sentenciais estão ausentes. Detalhes à parte, a reestruturação pode ser analisada como a união de duas orações em uma estrutura monoclausal, isto é, com apenas uma camada de projeções funcionais vinculadas à interpretação das orações.

As propriedades de transparência tipicamente atestadas pela ausência de estruturas sentenciais envolvem, por exemplo, alçamento de clíticos, anteposição de objeto e inversão de auxiliar, para as línguas Românicas; e *scrambling* de longa distância, passivas de longa distância e alçamento de verbo para as línguas germânicas. A ausência de projeções temporais se reflete na simultaneidade temporal destes infinitivos com relação à oração matriz. Estes infinitivos não podem ter uma interpretação futura (cf. (114)), ao contrário dos infinitivos futuros/*irrealis*, como veremos a seguir. A única interpretação temporal possível é de simultaneidade com relação à matriz:

- (114) a. Maria tentou/conseguiu ligar o forno (*amanhã)
b. *Semana passada, Maria tentou ligar para Ana ontem

Wurmbrand (2001, 2006, 2008) defende que estes infinitivos apresentam apenas o nível do vP:

⁵⁰ A definição das classes de verbos que admitem reestruturação é foco de grande debate na literatura e mostra algumas variações entre as línguas. Ver Wurmbrand 2001 para um panorama geral sobre o assunto.

Na estrutura em (115), um único domínio temporal é compartilhado pelos verbos matriz e subordinado. Daí se segue a simultaneidade obrigatória dos tempos dos eventos. A estrutura truncada explica também a possibilidade de complementos eventivos para estes predicados. Seguindo Enç (1991) e Pesetsky (1992) entre outros, Wurmbrand (2006, 2008) assume que predicados eventivos apresentam uma variável que precisa ser ligada por um operador modal ou temporal diferente de Presente, veja o contraste abaixo:

(116) a. *Ana escova os dentes agora.	PRES: *eventivo
b. Ana escovou os dentes uns minutos atrás	PASS: OK eventivo
c. Ana vai escovar os dentes já já	FUT: OK eventivo

Assim, a ausência de projeções funcionais põe a variável de evento da oração encaixada sob o escopo direto do Tempo da matriz, podendo ser ligada por ele. Isso explica a inaceitabilidade de uma leitura eventiva deste tipo de infinitivo quando a matriz está no Presente:

- (117) a. #Ana tenta ligar o forno
 b. #Ana consegue abrir a porta

No PB, esses predicados parecem sempre selecionar complementos infinitivos, não correspondendo, portanto, aos predicados-R e predicados-L. Nas seções seguintes, nos deteremos nos dois tipos de infinitivo relevantes para essa comparação, na medida em que alternam com o modo subjuntivo.

2.4.2.1 Infinitivo

(118) a. Ana decidiu escovar os dentes [+tempo] OK eventivo
b. *Ana lamenta atrapalhar a reunião (agora) [-tempo] *eventivo

(119)

```
graph TD
    TP --> T[T[PRES]]
    TP --> WollP[WollP]
    WollP --> Woll[Woll]
    WollP --> vP[vP]
```

⁵² Este é também um argumento para a teoria de Caso Nulo, que relaciona a presença de PRO em estruturas de controle a infinitivos com Tempo, atribuidor de Caso Nulo, enquanto infinitivos desprovidos de Tempo geram estruturas de alçamento ou ECM já que esses infinitivos não licenciam PRO. A esse respeito, ver Martin 1996, 2001.

Morfologicamente, no inglês, por exemplo, PRES+Woll é pronunciado como *will*. As propriedades de *will* e do tempo futuro, portanto, advêm de sua estrutura composicional. Em especial, Wurmbrand (2006, 2008) aponta que é a existência do tempo Presente na composição do futuro que explica a sua natureza dêitica e absoluta, bem como sua interpretação na computação das sequências temporais.

Como argumentado por diversos autores (Enç 1987, Abusch 1985 *et seq.*, Ogihara 1996, Schlenker 1999), o tempo Presente é absoluto já que ele precisa ser avaliado com relação ao tempo da fala.⁵³ Isso é observado pela Leitura de Duplo Acesso (DAR), já ilustrada na seção 2.3.1.3 acima, que atesta que o tempo Presente encaixado em tempo Passado deve ser avaliado pelo tempo da oração matriz e pelo tempo “agora” de fala. O tempo futuro se comporta de maneira similar ao Presente (cf. (120)), já que precisa ter uma interpretação futura tanto em relação ao tempo da oração matriz quanto em relação ao tempo de fala, como podemos observar em (121) abaixo:

(120) Pedro soube que Ana está internada.

(PRES – **Absoluto**)

(121) Pedro soube que Ana vai estar internada (a partir de amanhã) (FUT – **Absoluto**)

A atuação do futuro como tempo absoluto (DAR) é capturado diretamente se é assumido que ele pode ser decomposto sintaticamente e semanticamente em um elemento modal e Presente.

O segundo argumento para a presença de Presente na composição do futuro vem do fenômeno SOT, como mencionado na seção 2.3.1.3. SOT se refere a um contexto em que um tempo morfologicamente realizado é deletado para propósitos interpretativos, quando sob escopo local de um tempo idêntico⁵⁴. Ogihara (1996)

⁵³ Isso é verdadeiro para línguas como o inglês, francês, italiano, português, entre outras. No entanto, há línguas como japonês e russo que não apresentam estas propriedades (Giorgi e Pianesi 2001).

⁵⁴ Ver formulação da regra SOT segundo Ogihara 1996 na seção 2.3.1.3.

observa que o futuro licencia uma leitura SOT para um Presente subordinado. Os dados estão em (122) abaixo⁵⁵:

(Ogihara, 1996:82)

(122) John will see the unicorn that is walking.

i. time of walking is UT PRES (*momento do andar é o momento da fala, [Presente]*)

i'. [PRES *woll see* [NP PRES *walk*]

ii. time of walking is the time of seeing non-PRES (SOT) (*momento do andar é momento de observação, T não-PRES*)

ii''. [PRES *woll see* [NP ~~PRES~~ *walk*]

A interpretação em (122i') é obtida se o verbo da oração encaixada é interpretado como Presente. Já (122ii') mostra que o tempo do evento encaixado não é semanticamente interpretado como Presente, mas como um tempo zero ou nulo (o “agora” é relativo ao tempo da ação da matriz). Assumindo que o futuro é um tempo composto de Woll+Presente, pode-se explicar que a sentença em (122) constitui-se um contexto de aplicação da regra SOT, ou seja, que há um tempo Presente sob o escopo de outro tempo Presente.

A partir dessas considerações, Wurmbrand (2006, 2008) mostra que os infinitivos futuros se diferenciam com relação ao futuro finito. Enquanto o último é um

⁵⁵ Uma sentença semelhante em PB parece desencadear o futuro do subjuntivo para a leitura SOT (cf. (i)), enquanto o presente do indicativo deve ser interpretado como tempo absoluto (cf. (ii)):

(i)	Pedro vai ver o unicórnio que estiver andando	
	a. *momento do andar é o momento da fala	(T [Presente])
	a'. *[Pedro PRES <i>woll</i> ver o unicórnio [que PRES andar]	(Absoluto)
	b. momento do andar é momento de observação	(T não-PRES - SOT)
	b'. [Pedro PRES <i>woll</i> ver o unicórnio [que PRES andar]	(SOT)
(ii)	Pedro vai ver o unicórnio que está andando	
	a. momento do andar é o momento da fala	(T [Presente])
	a'. [Pedro PRES <i>woll</i> ver o unicórnio [que PRES andar]	(Absoluto)
	b. *momento do andar é momento de observação	(T não-PRES (SOT)
	b'. *[Pedro PRES <i>woll</i> ver o unicórnio [que PRES andar]	(SOT)

Esse contraste parece reforçar o estatuto do subjuntivo como uma forma que pode não apresentar tempo independente, aparecendo em contextos de concordância temporal (morfológica) e SOT quando disponível. Fatos semelhantes são observados também com subjuntivos com advérbios, como veremos na seção 3.2.

tempo absoluto (deve ocorrer depois do momento de fala), o infinitivo futuro é relativo, isto é, o evento da oração encaixada pode se passar anteriormente ao momento da fala, desde que seja posterior ao evento da matriz, como o contraste em (123) mostra:

- (123) a. Semana passada, Pedro decidiu que vai na festa (*ontem/*de ontem à noite).
b. Semana passada, Pedro decidiu ir na festa (ontem/de ontem à noite).

A autora propõe que os diferentes comportamentos do futuro finito e infinitivo advêm da presença do tempo Presente (absoluto) no primeiro e da sua ausência no segundo, o que leva o infinitivo a uma interpretação relativa.

Há outra assimetria apontada pela autora quanto ao futuro finito e o infinitivo que novamente diz respeito aos seus efeitos em contexto de SOT. Seguindo Ogiwara (1996), a regra SOT pode se aplicar seguindo condições de localidade, que exigem c-comando e respeito à minimalidade. A intervenção de outro tempo causa um efeito de minimalidade, como observamos a partir da seguinte sentença:

(Wurmbrand, 2006:5)

- (124) a. John promised me yesterday that he will tell his mother tomorrow that they were having their last meal together (when...).
b. [PAST *promise* [PRES *woll tell* [PAST *meal*

A sentença em (124) não permite uma leitura não-Passado da oração encaixada “that they were having their last meal...”, portanto (124) não pode significar: João me prometeu dizer amanhã à mãe dele “nós estamos (agora) tendo nosso último jantar juntos”. Isso mostra que a regra SOT não pode se aplicar, pois o tempo Passado não está sob o escopo direto de outro tempo Passado, já que o tempo Presente da oração intermediária no futuro finito (composto de Woll+PRES) intervém entre eles.

Wurmbrand (2006, 2008) mostra então que o futuro infinitivo diverge do futuro finito neste ponto. Ela aponta que (125) abaixo, que difere de (124) acima apenas por ter a oração intermediária no infinitivo, permite uma leitura simultânea de não-

(125) a. John promised me yesterday to tell his mother tomorrow that they were having their last meal together.
b. [PAST *promise* [Infinitive $\emptyset$ *woll tell* [PAST *meal*

(126) a. Ana decidiu/quer escovar os dentes [+tempo] OK eventivo
b. *Ana lamenta reclamar com Pedro (agora) [-tempo] *eventivo

(127) a. Ana escova os dentes agora. PRES: *eventivo
b. Ana escovou os dentes uns minutos atrás. PASS: OK eventivo
c. Ana vai escovar os dentes já já. FUT: OK eventivo

79

no futuro infinitivo. O que pode ser estabelecido é que estes infinitivos apresentam [WollP] capaz de licenciar o evento encaixado. A distinção entre futuro infinitivo e futuro finito não é somente notacional, ela implica em diferenças interpretativas que, como foi mostrado acima, correspondem à ausência de valor de Tempo sintático no infinitivo.

3.4.2.1 Subjuntivos-R

Gostaria de propor que predicados-R fazem parte da classe de verbos que selecionam infinitivo futuro *irrealis*, por apresentarem propriedades semânticas e sintáticas semelhantes. Como vimos na seção 2.1, verbos como *querer*, *desejar*, *preferir*, *recomendar* selecionam complementos no infinitivo e também no modo subjuntivo. Os complementos no modo subjuntivo mostram restrições morfológicas e de leitura temporal: devem sempre levar a uma leitura SOT e não apresentam DAR. Esses complementos mostram, portanto, os mesmos diagnósticos que o infinitivo *irrealis*.

Assim como argumentado por Wurmbrand (2006, 2008) para o infinitivo futuro/*irrealis*, a presença da projeção *Woll* pode ser considerada responsável pelo licenciamento de leituras eventivas dos complementos dos predicados-R, infinitivos e subjuntivos, como vemos em (128) abaixo, bem como pode explicar sua interpretação de futuro e/ou irrealidade^{56,57}.

⁵⁶ Nos trabalhos em inglês aqui reportados, os verbos canonicamente usados nos paradigmas para tratar do complemento infinitivo futuro/*irrealis* são *decide*, *plan*, *promisse*, *expect* e *hope*. Observando os correspondentes destes verbos em português, temos que:

- (i) a. *Decidir*, *prometer*, *planejar*: selecionam complementos infinitivos ou indicativos
- b. *Esperar*: seleciona complementos no infinitivo e subjuntivo

Não abordarei os verbos em (ia) por não serem predicados que selecionam subjuntivo e infinitivo. O verbo *esperar* mostra comportamento distinto dos verbos selecionadores de subjuntivo-R no PB. Wurmbrand (2008) também nota que o verbo *expect* no inglês tem características mistas.

⁵⁷ Há algumas distinções quanto às propriedades do verbo *esperar* e dos predicados-R. Alguns autores tratam este verbo no conjunto daqueles que exibem ERD, como Constantini (2005) para o italiano. No PB, este não parece ser o caso:

- (i) O João_i espera que ele_i ganhe a corrida

- (128) a. Ana quer viajar para o Egito (FUT: OK eventivo)
 b. Ana quer que Maria participe da festa (FUT: OK eventivo)

Gostaria de adicionar um teste ainda não aplicado em complementos subjuntivos nas seções anteriores. Trata-se de observar se o subjuntivo cria um efeito de minimalidade para a aplicação da regra SOT. Como vimos, Wurmbrand (2006, 2008) nota um contraste entre o futuro finito e infinitivo. O primeiro tem tempo (Woll+PRES) e impossibilita a leitura SOT da oração mais encaixada, isto é, (129) abaixo não pode ter a leitura em que Pedro disse que a irmã vai contar à mãe deles no dia seguinte “estamos jantando pela última vez juntos”.

- (129) a. Pedro disse que a irmã vai contar pra mãe deles amanhã que eles jantaram juntos pela última vez.

b. *[PAST *dizer* [PRES *woll contar* [~~PAST~~ *jantar* (SOT)

Ao contrário dos predicados-R, *esperar* exige sujeito nulo de controle obrigatório, como vemos em (ii).

- (iii) a. Pedro_i **espera** que *t_i* ganhe a corrida
 b. *Pedro_i **quer** que *t_i* ganhe a corrida

No entanto, *esperar*, assim como os predicados-R, seleciona sempre complementos subjuntivos ou infinitivos, excluindo o indicativo (cf. (iv)). Ele também parece oferecer restrições temporais semelhantes aos predicados-R: tempo “anafórico” interpretado como futuro, como vemos em (v):

- (iv) *Pedro espera que a Maria ganhou a corrida
 (v) a. Pedro esperava que Ana participasse da reunião
 b. * Pedro esperava que Ana participe da reunião

Deve ser notado ainda que o verbo *esperar* é ambíguo: além de significar ‘ter esperança’ e ter o comportamento acima mostrado, *esperar* pode significar ‘aguardar’, em que apresenta obrigatoriamente complementos infinitivos flexionados “verdadeiros”, nos termos de Raposo (1987):

- (vi) O professor esperou os alunos chegarem.

Em contraste, *esperar* ‘ter esperança’ pode selecionar um complemento infinitivo não-flexionado e no caso de selecionar infinitivo flexionado, um sujeito lexical não é permitido e o sujeito nulo deve ser de controle obrigatório:

- (vii) a. *Os professores esperavam os alunos terem sido aprovados.
 b. [Os candidatos]_i esperavam *ec_{i/*j}* terem sido eleitos

Devido ao seu comportamento ambíguo, deixarei o verbo *esperar* fora do grupo dos predicados-R. Na seção 2.8.3 retomaremos algumas discussões a respeito do(s) infinitivo(s) no PB.

c. [PAST *dizer* [PRES *woll contar* [PAST *jantar* (não-SOT- Passado)

A única interpretação possível é a de Passado absoluto (cf. (129c)) para a oração mais encaixada, em que o evento de jantar se deu em algum momento no passado, anterior ao tempo de fala. Essa leitura fica mais evidente se continuarmos a sentença:

(130) Pedro disse que a irmã vai contar pra mãe deles amanhã que eles jantaram pela última vez juntos naquele dia em que eles foram ver a peça de teatro.

O infinitivo futuro/*irrealis* permite a leitura descrita acima, já que, por ser desprovido de tempo (apresenta WollP apenas), cria contexto para a aplicação da regra SOT:

(131) a.(Durante o jantar) Pedro decidiu contar pra mãe dele amanhã que eles estavam jantando juntos pela última vez.

b. [PAST *decidir* [Infinitivo *woll contar* [~~PAST~~ *jantar* (SOT)

c. [PAST *decidir* [Infinitivo *woll contar* [PAST *jantar* (não-SOT/ Passado)

Para o subjuntivo-R, temos um resultado semelhante ao infinitivo, possibilitando as duas leituras, SOT e não-SOT:

(132) a. Pedro pediu que a irmã contasse pra mãe deles amanhã que eles se encontraram todos pela última vez.

b. [PAST *pedir* [Infinitivo *woll contar* [~~PAST~~ *encontrar* (SOT)

c. [PAST *pedir* [Infinitivo *woll contar* [PAST *encontrar* (não-SOT/ Passado)

Esse dado corrobora a deficiência temporal dos subjuntivos-R, aproximando-os dos infinitivos futuros, em contraste com o tempo finito do indicativo. Pode-se pensar que os complementos selecionados por predicados-R, por apresentarem WollP e

ausência de Tempo, exibem as características de anaforacidade morfológica e interpretação futura/*irrealis*, como recorrentemente apontado pela literatura⁵⁸.

Vamos retomar o caso da ausência do efeito DAR em orações subjuntivas-R, como vemos em (133). Lembremos que, como vimos em 2.3.2, complementos de subjuntivos-L possibilitam uma leitura DAR, como o contraste abaixo ilustra:

(133) *Pedro quis que Ana *esteja* grávida.

(134) Pedro lamentou que Ana *esteja* doente.

A sentença em (134) acima mostra que o subjuntivo presente pode e deve ser avaliado com relação ao momento da fala; portanto, a ausência de DAR em (133) não pode ser atribuída exclusivamente a uma propriedade morfológica do subjuntivo. Antes, a agramaticalidade de (133) parece uma consequência direta do que foi discutido acima a respeito da obrigatoriedade da aplicação de SOT e da dependência temporal que os predicados-R impõem aos seus complementos.

Tendo em vista que estes predicados selecionam “tempos dependentes”, a agramaticalidade de (133) se dá justamente porque a forma *esteja* é marcada com Presente, que, portanto, deve ser interpretada deiticamente, a par de (134) acima, o que é incompatível com os requerimentos seletivos do verbo-R matriz.

Assim, apenas a forma do imperfeito do subjuntivo é licenciada neste contexto, como vemos em (135) abaixo, cumprindo os requerimentos temporais do verbo matriz⁵⁹.

(135) Pedro quis que Ana *estivesse* grávida.

Retomemos então a discussão a respeito da anaforacidade morfológica, também apontada na seção 2.3.2. Nessa perspectiva, a má-formação de sentenças em

⁵⁸ Para Wurmbrand 2001, a interpretação temporal dos infinitivos futuros é estabelecida por uma projeção de Aspecto [+irrealidade]. Já Wurmbrand 2006, 2008 deixa em aberto se a interpretação de futuro e irrealidade vem exclusivamente da projeção Woll ou se está embutida na semântica dos predicados seletivos destes complementos.

⁵⁹ Lembremos que o imperfeito do subjuntivo é esvaziado de tempo, como comentado na seção 2.3.2.

(136) pode ser atribuída à necessidade que os complementos dos predicados-R têm de estabelecer um tempo relacional com a oração matriz, ou seja, em “concordar”. A interpretação de futuro vem da presença de Woll, como já discutido na seção 2.4.2. Veremos na seção 2.6.1. como isso pode ser capturado em termos mais técnicos.

- (136) a. Pedro deseja que Maria *ganhasse/ganhe a corrida
b. O professor exige que os alunos *participassem/participem do congresso.
c. O diretor precisa que todos *chegassem/cheguem cedo

Note que apenas com a introdução do verbo auxiliar *ter* se consegue uma leitura de anterioridade. Também nestes casos, o contraste quanto à morfologia verbal se mantém:

- (137) a. Pedro deseja que Maria tenha/*tivesse ganhado a corrida ontem
b. O professor exige que os alunos tenham/*tivessem participado de congressos (para que eles se inscrevam no doutorado)
c. O prefeito precisa que todos os secretários tenham/*tivessem apresentado o resumo de suas atividades

Podemos notar que a restrição morfológica se mantém quando temos uma matriz no passado e o complemento no presente⁶⁰, tanto para verbos matriz na forma

⁶⁰ A explicação para uma possível leitura para a sequência temporal Passado-Presente em sentenças como (i) abaixo pode ser atribuída a diferentes interpretações dos verbos matriz, que, para estes casos, deixam de ser desiderativos/directivos para funcionarem como verbos de comunicação. A esse respeito, ver também Giorgi e Piansesi 2001, 2004 e Giorgi 2009.

- (i) a. Pedro recomendou que Maria chegue cedo pra a reunião.
b. O professor exigiu que os alunos participem do congresso.

Nessa perspectiva, note ainda que a escolha do presente ou imperfeito do subjuntivo traz consequências: em (iia), o evento encaixado deve ocorrer no futuro também com relação ao tempo da fala, já em (iib), com o verbo no imperfeito, o evento pode sempre ser interpretado no passado, conquanto seja posterior ao evento da matriz:

- (ii) a. O professor exigiu que os alunos *participem* do congresso *ontem/ amanhã
b. O professor exigiu que os alunos *participassem* do congresso ontem/ amanhã

Note ainda que, ao modificarmos o aspecto da oração matriz, como ilustrado em (iii) abaixo, as sentenças em (i) tornam-se inaceitáveis. Isso parece indicar que uma possível interpretação destes

de passado perfeito ou imperfeito, como as sentenças em (138) e (139) respectivamente mostram:

- (138) a. Pedro desejou que Maria recebesse/*receba muitos presentes de aniversário
b. O professor quis que os alunos participassem/*participem do congresso.
c. O diretor precisou que todos chegassem/*cheguem cedo amanhã

- (139) a. Pedro desejava que Maria recebesse/*receba muitos prêmios durante sua carreira
b. O professor queria que os alunos participassem/*participem do congresso.
c. O diretor precisava que todos chegassem/*cheguem cedo

Para essas sequências, a leitura temporal dos complementos subjuntivos é de futuro a partir do tempo da matriz. Como ilustrado em (140) abaixo, esses complementos podem expressar um evento no passado, desde que seja posterior ao tempo da matriz:

- (140) a. O diretor exigiu que ontem todos participassem da reunião
b. Maria quis que eu chegasse ontem cedo pra festa dela

Finalmente, se a matriz está no passado e o complemento subjuntivo apresenta um verbo auxiliar, como em (141) abaixo, estes complementos são interpretados como anteriores ao evento da matriz, podendo ter interpretação *irrealis* (cf. (141a) e (141c)):

- (141) a. Pedro desejou que Maria tivesse recebido muitos presentes de aniversário
b. O professor exigiu que os alunos tivessem participado do congresso.
c. Pedro queria que Ana tivesse viajado para o Rio na segunda.

Em resumo, temos as seguintes possibilidades:

verbos matrizes como 'atos de fala' não é permitido quando eles estão na forma imperfectiva, o que consequentemente impossibilita o uso do presente do subjuntivo nas orações completivas.

- (iii) a. *Pedro recomendava que Maria chegue cedo pra a reunião.
b. *O professor exigia que os alunos participem do congresso.

QUADRO 2.4

Matriz	Subjuntivo-R	Interpretação ⁶¹
PRESENTE	Presente	Futuro
	<i>ter</i> Presente	Anterioridade/Passado

PASSADO	Passado (Imperfeito)	Futuro
	<i>ter</i> Passado (Imperfeito)	<i>Irrealis</i> / Anterioridade

Estes dados podem ter uma explicação direta se assumirmos que nestes contextos, a projeção WollP contribui para a leitura modal, de futuro ou irrealidade desses complementos. Apresento abaixo um quadro com as principais características dos predicados/subjuntivos-R a que chegamos até aqui:

QUADRO 2.5

Propriedades	Subjuntivo-R
Seleção	Subjuntivo, Infinitivo não-flexionado
Controle obrigatório	-
ERD	+
Transparência aos IPs	+
Tempo semântico	Futuro/ <i>irrealis</i>
SOT obrigatório	+
DAR	-

⁶¹ A interpretação do subjuntivo aqui apontada é relativa ao evento matriz. O tempo presente e passado (imperfeito) do subjuntivo-R podem também expressar contemporaneidade com o evento da matriz, em casos de verbos estativos, por exemplo:

- (i) a. Pedro deseja que Maria esteja grávida.
- b. Pedro desejava que Maria estivesse grávida.

Eventivo	+
Estrutura	WolIP

Veremos na seção seguinte as propriedades de infinitivos proposicionais e como elas podem também descrever os complementos de predicados-L.

3.4.3 Infinitivos Proposicionais e Subjuntivos-L

Os infinitivos proposicionais são identificados por Wurmbrand (2006, 2008) como desprovidos de tempo semântico, pois não envolvem um traço verdadeiro de tempo (como Presente/Passado). Adaptarei os testes e exemplos de Wurmbrand para versões em PB que usem verbos representantes dos predicados-L, mostrando que os predicados-L se aproximam dos predicados proposicionais em suas propriedades de seleção. No entanto, como veremos, obteremos diferentes comportamentos ao testarmos complementos infinitivos e subjuntivos desses predicados, ao contrário da uniformidade de comportamento mostrada na seção anterior para os complementos infinitivos *irrealis* e subjuntivos-R.

Como os infinitivos *irrealis*, os infinitivos proposicionais não induzem à leitura de duplo acesso (DAR), em contraste com o presente do indicativo:

(142) #Há cinco anos atrás, Ana lamentou que está grávida. **(Indicativo/DAR)**

(143) Há cinco anos atrás, Ana lamentou estar grávida. **(INF/DAR não-obrigatório)**

Já o subjuntivo-L neste contexto induz DAR, como previamente apontado na seção 3.3.2. A oração em (144) deve ser interpretada como Presente em relação ao tempo da matriz e de fala:

(144) Pedro lamentou que Ana esteja doente.

Assim, a má-formação do exemplo abaixo pode ser explicada, de maneira similar aos complementos indicativos:

(145) #Há cinco anos atrás, Ana lamentou que esteja grávida. **(Subjuntivo-L/DAR)**

Também como o infinitivo futuro/*irrealis*, a regra SOT pode se estabelecer através de um infinitivo proposicional, que não induz minimalidade por não apresentar tempo, ao contrário de um Presente indicativo:

(146) *Há um ano atrás, Ana lamentou que sabe que estava grávida. **(Indicativo)**
[PAST *lamentar* [PRES *saber* [PAST *estar grávida*]]

(147) Há um ano atrás, Ana lamentou saber que estava grávida. **(Infinitivo)**
[PAST *lamentar* [INF Ø *saber* [~~PAST~~ *estar grávida*]]

Ao observar o subjuntivo neste contexto, vemos que ele se comporta como o indicativo, bloqueando a regra SOT entre a oração matriz e a oração mais encaixada:

(148) *Há um ano atrás, Ana lamentou que saiba que estava grávida. **(Subjuntivo-L)**

Os infinitivos proposicionais contrastam com o infinitivo de reestruturação e o infinitivo futuro/*irrealis* por não licenciar complementos eventivos:

- (149) a. *Pedro lamentou ligar para Ana tão cedo.
b. *Ana duvidou ganhar a corrida.

Os complementos subjuntivos-L se comportam de maneira similar aos infinitivos proposicionais nesse ponto, na medida em que não licenciam complementos que denotam eventos pontuais, a não ser em presença de um auxiliar. Isso pode ser visto no contraste entre (150) e (151):

(150) a. *Pedro lamentou que Paulo agredisse Ana.

b. *O competidor não acreditou que ganhasse a corrida.

(151) a. Pedro lamentou que Paulo tivesse/tenha agredido Ana.

b. O competidor não acreditou que tivesse/tenha ganhado a corrida.

Esses dados, no entanto, não são conclusivos para se considerar que os complementos proposicionais, infinitivos e subjuntivos, não apresentam Tempo⁶². Como um tempo “simultâneo”, Wurmbrand (2008) considera que estas características podem ser explicadas por infinitivos proposicionais apresentarem um tempo Nulo ou tempo Zero (cf. Kratzer 1998). Seguindo Abuch (2004), o tempo Nulo é interpretado como relativos ao tempo da matriz (*contemporary now*) por funcionar como uma variável ligada. A sua representação na sintaxe enquanto categoria de tempo pode existir, de forma que estes complementos funcionem como detentores de tempo para operações sintáticas, mas de valor temporal semanticamente vazio. Wurmbrand (2008) segue esta proposta para diferenciar este infinitivo (cf. (152)), que não licencia eventos como complementos, do infinitivo de reestruturação (vP) e do infinitivo futuro/*irrealis*, respectivamente em (153) e (154) abaixo, que licencia complementos eventivos:

(152) *Pedro lamentou [ligar para Ana tão cedo]

(153) Pedro começou a [tomar banho]

(154) Pedro quer [telefonar para a mãe dele]

⁶² A inaceitabilidade de leitura eventiva foi a principal evidência para a literatura argumentar a favor da ausência de Tempo nestes infinitivos, em contraste com o infinitivo futuro (Pesetsky 1992, Bošković 1996, 1997 e Martin 1996, 2001). Assim, para licenciar um evento, estas orações necessitam de um verbo auxiliar ou modal que funcione como operador para ligar o evento do verbo:

(i) a. Pedro lamentou ter ligado para Ana tão cedo.

a'. *Pedro PASS lamentar* [Aux_i [e_i *ligado para Ana ...*]_{eventivo}]

b. Ana duvidou estar ganhando a corrida.

b'. *Ana PASS duvidar* [Aux_i [e_i *ganhando a corrida*]_{eventivo}]

Segundo a autora, a explicação para a boa-formação de (153) é que complementos de verbos aspectuais sofrem reestruturação, instanciando uma união com a oração matriz, de forma que a ausência de projeções funcionais (de Tempo, inclusive) possibilita que o evento da oração subordinada seja licenciado pelo Tempo da matriz. Mostramos também que o evento do infinitivo futuro/*irrealis* em (154) é licenciado pela projeção modal Woll, não por Tempo. Já para os complementos dos infinitivos proposicionais, Wurmbrand assume que eles apresentam sintaticamente tempo Nulo que envolve projeções funcionais acima de vP. As camadas funcionais bloqueiam a ligação entre o evento da matriz e o tempo da oração encaixada, impossibilitando o licenciamento da variável *evento*. Por isso, a expressão de valor temporal deve ser dada internamente à oração, com a inserção de um auxiliar ou modal. Evidências adicionais para isso são discutidas por Wurmbrand (2001) (ver Rochette 1988, 1990, Pesetsky 1992, Cinque 2001), que mostra que os complementos proposicionais não apresentam os aspectos de transparência típicos das estruturas de reestruturação e são tomados como estruturas expandidas, possivelmente TPs ou CPs.

Como podemos notar, os complementos subjuntivo e infinitivo dos predicados-L apresentam propriedades distintas entre si quanto à interpretação temporal, mostrando que envolvem possivelmente diferentes estruturas. O comportamento temporal dos complementos subjuntivos aponta que estes podem ser interpretados como tempos independentes da matriz. Isso é evidenciado também pela liberdade de uso das formas presente/imperfeito como complementos independentemente do tempo na matriz, como ilustrado em (156)-(158). Quando a matriz está no passado, as interpretações podem ser de passado (cf. exemplos em (a)), presente (cf. exemplos em (b)) e até mesmo futuro (cf. exemplos em (c)), de acordo com a morfologia e modificações temporais:

- (156) a. Pedro lamentou que Ana trabalhasse tanto naquela época.
b. Pedro lamentou que Ana trabalhe tanto.
c. Pedro lamentou que Ana viaje amanhã.

- (157) a. Pedro duvidou que Ana estivesse grávida no ano passado.
b. Pedro duvidou que Ana esteja grávida.

c. Pedro duvidou que Ana viaje amanhã.

- (158) a. O deputado negou que sua esposa soubesse do esquema ilícito.
b. O deputado negou que sua esposa saiba do esquema ilícito.
c. O juiz negou que a testemunha presencie o depoimento do réu amanhã.

Quando a matriz está no presente, os complementos subjuntivos podem ter uma interpretação de passado (cf. exemplos em (a)), de presente (cf. exemplos em (b)) e também de futuro (cf. exemplos em (c)), a depender da morfologia e de modificações temporais e obedecem, como vimos, as possibilidades interpretativas de tempo absoluto⁶³:

- (159) a. Pedro lamenta que Ana trabalhasse tanto naquela época.
b. Pedro lamenta que Ana trabalhe tanto.
c. Pedro lamenta que Ana viaje na semana que vem.
- (160) a. Pedro duvida que Ana estivesse doente semana passada.
b. Pedro duvida que Ana esteja grávida.
c. Pedro duvida que Ana viaje na semana que vem.
- (161) a. O deputado não acredita que sua esposa soubesse do esquema ilícito
b. O deputado não acredita que sua esposa saiba do esquema ilícito
c. Ana não acredita que sua filha continue na equipe de volley no semestre que vem.

Com *ter*, temos a interpretação de anterioridade com relação ao evento da matriz, sendo possíveis tanto sua forma no presente quanto no imperfeito:

⁶³ Uma ressalva deve ser feita a respeito do imperfeito do subjuntivo, que pode ser sempre interpretado a partir do tempo da matriz, como comentado na seção 2.3.2. O imperfeito do subjuntivo encaixado em uma matriz no passado, por exemplo, pode ter uma interpretação de que a atividade ou estado se estende até o momento da fala:

- (i) a. Pedro lamentou que Ana trabalhasse tanto
b. Pedro duvidou que Ana estivesse grávida

- (162) a. Pedro lamentou que Ana tivesse/tenha acordado tão cedo
b. O deputado negou que sua esposa tivesse/tenha participado do esquema ilícito

- (163) a. Pedro lamenta que Ana tivesse/tenha acordado tão cedo
b. O deputado nega que sua esposa tivesse/tenha participado do esquema ilícito

Somado a isso, a impossibilidade da leitura eventiva para complementos no presente do subjuntivo-L pode se explicar justamente pela restrição que há para o licenciamento de eventos em contexto de Tempo Presente, como discutido acima. Na sentença encaixada em (164a) abaixo, o verbo no presente não licenciam a leitura eventiva e, por ser o subjuntivo-L um domínio independente/opaco, não permite que o tempo da matriz licencie a sua variável *evento*. Por isso, uma opção para se conseguir a leitura eventiva é a introdução de verbos auxiliares (cf. (164b)).

- (164) a. Maria duvidou que Ana tome banho. (**Presente: *eventivo/OK habitual**)
b. Maria duvidou que Ana esteja tomando banho. (**Auxiliar: OK eventivo**)

Para concluir, a respeito dos predicados-L, notamos que seus complementos subjuntivos apresentam uma interpretação temporal independente que difere da interpretação dos complementos infinitivos. Estes fatos se adicionam às evidências já discutidas na seção 2.3.2, e mostram que os complementos subjuntivos-L apresentam propriedades sintáticas semelhantes ao indicativo, em contraste com os infinitivos. Abaixo, atualizo o quadro de resumo das características do Subjuntivo-L:

QUADRO 2.6

Propriedades	Subjuntivo-L
Seleção	Indicativo, Subjuntivo, Infinitivo não-flexionado, infinitivo-flexionado
Controle obrigatório	+
ERD	-
Transparência aos IPs	-
Tempo semântico	Livre
SOT obrigatório	-
DAR	+
Eventivo	- /Aux: OK
Estrutura	CP/TP

É válido comentar que estes predicados selecionam também o indicativo, outro complemento com tempo finito. Podemos, portanto, amalgamar os complementos subjuntivos destes predicados com os seus indicativos análogos, por apresentarem propriedades semelhantes.

2.5 Quando subjuntivos e infinitivos são iguais

Na seção 2.4 vimos que os subjuntivos-R e subjuntivos-L mostram características opostas: os subjuntivos-R se agrupam com os seus pares infinitivos, enquanto os subjuntivos-L com seus pares indicativos. Esse é um resultado positivo, na medida em que possibilita aproximar e comparar o subjuntivo-R aos infinitivos, seguindo a hipótese levantada nesse trabalho, com o intuito de argumentar que eles são instâncias de estruturas sintáticas idênticas. Para isso, vejamos abaixo o quadro teórico em que essa análise pode ser formulada.

2.5.1 A competição e os Princípios A e B

Hornstein (2007) propõe que os princípios A e B da Teoria de Ligação (Chomsky 1981, 1986) devem ser revistos dentro do Programa Minimalista. Uma vez que se assume que estruturas reflexivas são instâncias de movimento/cópia (Lidz e Idsardi 1997, Hornstein 2001, Grohmann 2003 e Zwart 2003), o Princípio A deve ser dispensado. Tendo em vista a complementariedade entre pronomes e reflexivos, Hornstein também dispensa o Princípio B e propõe uma reanálise do módulo de Ligação na Gramática Universal a partir de princípios de economia derivacional. Mais especificamente, o autor propõe que distribuição entre reflexivos e pronomes ligados se explica pelo uso de mecanismos de “*last resort*”, reavivando a abordagem de Lees e Klima (1963).

Hornstein (2007) argumenta que o uso de pronomes e anáforas se dá em consequência da (im)possibilidade de uma operação de movimento ocorrer naquele contexto. A operação de movimento é mais econômica que pronominalização e triunfa enquanto opção ótima sempre que possível. Para isso, deve-se assumir que sentenças com pronomes (ligados) e anáforas são comparáveis derivacionalmente entre si e com construções de controle. Para garantir isso, as sentenças precisam ter uma numeração em comum. Assim, devemos assumir com Hornstein (2007) que pronomes e reflexivos não fazem parte da numeração. Se os pronomes ligados e os reflexivos não são elementos na numeração, então, pela Condição de Inclusividade (*Inclusiveness Condition*), eles não podem ter traços interpretativos, pois do contrário não poderiam ser adicionados durante a computação sintática. Portanto, seus traços- ϕ não podem ser interpretáveis.

Como a numeração contém apenas itens lexicais, as derivações como (155) abaixo podem ser comparadas em termos de economia derivacional, por partirem de uma mesma numeração.

Hornstein (2007:382)

(165) a. John₁ saw himself₁

b. *John₁ saw him₁

Para Hornstein (2007), casos de obviação entre pronomes ligados e instâncias de movimento são evidência de que movimento é a operação mais econômica. O autor mostra também que a competição entre estruturas de controle e pronomes existe, independentemente de anáforas poderem ser licenciadas naquele contexto. Hornstein (2007) traz como exemplo os infinitivos marcados com Caso no basco, em que temos um efeito de obviação semelhante àquele visto em orações subjuntivas nas línguas românicas:

Basco (Hornstein, 2007:375)

- (166) Nik [*ec*/John joate]-A nahi dut
 I go-Nom-det-ABSOL want 3ABSOL-1ERG
 'I want him/her/you/they/John to go'

O infinitivo em (166) é marcado com Caso estrutural. Ele pode apresentar um sujeito nulo ou expresso, desde que não seja correferente ao sujeito da matriz. Isso é ilustrado em (167) abaixo, em que um pronome expresso ou nulo não pode ser interpretado como *Nik*:

Basco (Hornstein, 2007:375):

- (167) Nik₁ [*ec*/hura*_{1/2} joate]-A nahi dut
 I pronoun go-Nom-Det-ABSOL want 3ABSOL-1ERG
 'I want someone else to go'

Hornstein (2007) atribui este efeito à existência de uma derivação convergente via movimento-A a partir da mesma estrutura/numeração. Para isso, assume que a sentença no particípio em (168) abaixo, caracterizada pelo controle obrigatório de sujeito (i.e. movimento), bloqueia a leitura ligada do pronome em (167):

Basco (Hornstein, 2007:376):

- (168) Nik [*ec*/*John joan] nahi dut
 I go want 3ABSOL-1ERG
 'I want to go'

Em um nível abstrato, estas formas devem ser comparáveis, em especial, considerando que a diferença entre as estruturas vem da marcação de Caso para o sujeito e para a própria oração infinitiva em (166) e (167), mas não na estrutura de controle em (168). Para isso, Hornstein assume que a marcação de Caso estrutural não é contabilizada na determinação de classes de comparação, podendo ocorrer ou não ao longo da derivação.

Vejamos a seguir como uma proposta nessa linha foi implementada por Pires (2001, 2006) para dar conta derivacionalmente de fatos semelhantes em orações gerundivas do inglês, com base no modelo Agree (Chomsky 2001)

2.5.2 Competição no modelo de Agree

De acordo com Chomsky (2001) um item lexical possui traços formais interpretáveis e não-interpretáveis. Nesse modelo, a interpretabilidade dos traços é determinada no léxico e a distinção entre os traços é estabelecida em termos de valor: os traços não-interpretáveis entram na derivação sem valor enquanto os traços interpretáveis possuem seus valores especificados. Entre os traços interpretáveis encontram-se os traços- ϕ dos nomes, como número e pessoa. O Caso e os traços- ϕ de categorias funcionais que entram em checagem com os nomes são não-interpretáveis. Os traços formais não-interpretáveis precisam ser valorados e assim eliminados antes de *Spell-Out* para que a derivação convirja em Forma Lógica (*Logical Form*).

O mecanismo de concordância proposto por Chomsky (2000, 2001) consiste na operação *Agree*, que se estabelece entre dois elementos quando uma sonda (*probe*) que tem traços não-interpretáveis ($[[u]]$) e um alvo (*goal*) que tem traços interpretáveis ($[[i]]$). A operação *Agree* está sujeita às seguintes condições:

- (i) combinação sonda-alvo, em que haja identidade de tipos de traço;
- (ii) o alvo deve estar no domínio de c-comando da sonda, ou seja, no seu domínio de complemento;
- (iii) não deve haver um alvo alternativo que satisfaça a condição de c-comando mais próximo;

- (vi) o alvo deve estar ativo para o sistema, ou seja, deve ter um traço não-chechado.

A derivação da sentença em (169) ilustra a operação *Agree*: em (a), o verbo e o nome se combinam (*merge*). No passo (b), a sonda T, possui traços- ϕ não-interpretáveis, entra na derivação. O alvo *a menina* possui traços- ϕ interpretáveis e um traço de Caso não valorado, além de estar no domínio de c-comando da sonda. Esses ingredientes permitem que o alvo entre em relação de concordância com a sonda. No passo (c), os traços- ϕ não-interpretáveis da sonda são valorados e apagados e o traço de Caso (não-interpretável) do alvo também é valorado e apagado. Em (d), o sintagma *a menina* se move para a posição de especificador de TP, satisfazendo EPP⁶⁴.

(169) A menina chegou.

- a. [VP chegar [DP a menina]_{[P:3]/[G:FEM]/[N:SG]/[Caso:?]]}
- b. [TP T_{[P:u]/[N:u]/EPP} [VP chegar [DP a menina]_{[P:3]/[G:FEM]/[N:SG]/[Caso:u]}]]
- c. [TP T_{[P:3]/[N:PL]/EPP} [VP chegar [DP a menina]_{[P:3]/[G:FEM]/[N:SG]/[Caso:NOM]}]]
- d. [TP [DP a menina]_{[P:3]/[N:PL]/EPP} [VP chegar [~~DP a menina~~]_{[P:3]/[G:FEM]/[N:SG]/[Caso:NOM]}]]

Com base no modelo de *Agree*, Pires (2001, 2006) propõe uma análise da sintaxe da construção do inglês referida como oração gerundiva (*clausal gerund*, daqui em diante CG), cujo sujeito pode ser um PRO ou um DP marcado com Caso acusativo ou nominativo⁶⁵. É sabido também que um pronome na posição de sujeito de um CG desencadeia um efeito obviativo similar ao do subjuntivo nas línguas românicas, como vemos pelo contraste entre (159) e (160) abaixo:

Pires (2006:39):

(170) a. Sue prefers [John/him swimming]

⁶⁴ O Traço EPP deve ser satisfeito pela concatenação de um elemento nominal na posição de especificador do núcleo que apresenta esse traço.

⁶⁵ Pires (2006:58) discute a realização morfológica do Caso atribuído por AGR ao DP da oração gerundiva e a dificuldade de estabelecer o que define a sua forma *default* de Acusativo, apesar de se tratar de um Caso estrutural (possivelmente Nominativo), como veremos em sua proposta.

b. John prefers [swimming]

(171) *John_i prefers him_i swimming

Vários testes demonstram que os CGs são semelhantes a orações, e diferentemente de DPs e construções *poss-ing*, aceitam advérbios de sentença e deslocamento QU- longo, como exemplificado em (172) e (173) respectivamente:

Pires (2006:18):

(172) Mary(*'s) probably being responsible for the accident was considered
by the DA.

(173) a. What did everyone imagine Fred(*'s) singing?
b. Who did you defend Bill(*'s) inviting?

Por outro lado, os CGs, assim como os DPs, podem apenas aparecer em posição de Caso, ao contrário de outras sentenças declarativas e de orações infinitivas. CGs podem aparecer como o complemento de preposições (cf. (174)), e não permitem extraposição associada ao expletivo *it*, um teste usado para identificar elementos que precisam de Caso, que, neste contexto, não podem ser extrapostos (cf. (175)).

Pires (2006:21,22)

(174) a. * Mary talked about [(that) John moved out/ John to move out].
b. Mary talked about [John moving out].

(175) a. It was tragic that Paul lost the elections.
b. *? It was tragic Paul losing the elections.
c. * It surprised me Mary's leaving town. (Williams 1975 (76)).
d. * It surprised me Paul's loss.

A partir destes dados, Pires conclui que os CGs projetam um TP que carrega um traço de Caso não-interpretável/não-valorado que precisa ser checado ao longo da

computação. Pires adota a teoria de controle por movimento (Hornstein 2001) e defende que o sujeito PRO do CG deve ser analisado como vestígio de movimento sintático do DP para a oração matriz. Os dados empíricos apresentados pelo autor, diagnósticos já discutidos aqui na seção 2.1.1, comprovam que o sujeito nulo dos CGs apresenta as propriedades de controle obrigatório. Pires também argumenta que os CGs têm o traço [+tempo], o que pode ser mostrado pela presença de especificações temporais distintas da oração matriz. Apesar disso, ter [+tempo] não é suficiente para explicar o fato de que o sujeito de controle obrigatório pode alternar com um sujeito explícito nos CGs.

Para Pires, a distribuição entre sujeitos em CGs será dependente diretamente de requerimentos de Caso. Seguindo (Reuland 1983), o autor considera que o núcleo dos CGs (T) são instrumentais em atribuir Caso para os seus DPs sujeitos, como em geral é assumido para o Caso estrutural de sujeitos de infinitivos não-ECM (*Exceptional Case Marking complements*). O ponto crucial de sua análise é que o CG que tem sujeito expresso e o CG que tem sujeito nulo de controle obrigatório apresentam as mesmas propriedades sintáticas e valores temporais, isto é, não podem ser distinguidas estruturalmente, o que dá suporte a uma análise comum para ambas.

Sua análise baseia-se nos seguintes pressupostos:

- (i) O núcleo T do CG apresenta traços- ϕ defectivos e traço não-interpretável/valorado de Caso⁶⁶
- (ii) Uma sonda não pode valorar o traço não-interpretável/não-valorado de seu alvo se ela mesma tem traços não-interpretáveis/não-valorados do mesmo tipo.

Nessa abordagem, a propriedade em (ii) é motivada pelo fato de que o núcleo T de um CG só pode valorar o traço de Caso de um DP depois de ter seu traço de Caso valorado por uma sonda relevante (isto é, v ou T da matriz). Vejamos como a sua proposta em termos de movimento-A dá conta do sujeito nulo nos CGs.

⁶⁶ Pires 2006 segue as análises em geral propostas para a checagem de traços- ϕ em infinitivos no inglês (Chomsky 2000, 2001). Seguindo a proposta de Reuland 1983, o Caso é um requerimento do núcleo AGR, daí a necessidade de CGs de estarem em posição de Caso, como mostrado pelo autor. O uso de T(ense) nos exemplos é para fins de simplificação.

A derivação de (176) começa com um AGR defectivo com traço de Caso não-valorado. Em (176a), *John* entra na derivação e concorda com AGR, valorando seu conjunto de traços- ϕ e depois se move para TP1 para satisfazer EPP em (176b). Para o autor, é crucial que a valoração dos traços- ϕ neste ponto pelo DP elimine a defectividade de AGR⁶⁷. No entanto, AGR ainda tem um traço não interpretável de Caso, e por isso não pode valorar o Caso do DP encaixado. O verbo matriz é inserido na derivação e o CG encaixado recebe um papel- θ do verbo. Ao entrar na derivação, o verbo atrai o DP *John* para seu especificador, onde pode atribuir papel- θ de experienciador para ele. Em (176c), o verbo entra em relação de sondagem com AGR do CG e valora seu traço de Caso. Por fim, em (176d), *John* se move de [Spec,vP] da matriz para [Spec,TP2], onde pode valorar seu traço de Caso e checar o EPP e traços- ϕ de T2.

Pires (2001: 57)

(176) John prefers swimming.

- a. [_{T'}AGR [_{VP} John swimming]]]...
 ϕ /Case_{AGR} θ /Case
- b. [_{TP1} John [_{T'}AGR [_{VP} John swimming]]]...
~~EPP/ ϕ~~ Case_{AGR} θ /Case
- c. [_{VP} John [_{v'} prefers [_{VP} prefers [_{TP1} John [_{T'}AGR [_{VP} John swimming]]]]]...
[2 θ /Case [~~Case~~_{AGR} ~~EPP/ ϕ~~ θ
- d. [_{TP2} John [_{T'} [_{VP} John [_{v'} prefers [_{VP} prefers [_{TP1} John [_{T'}AGR [_{VP} John
 ~~ϕ /Case/EPP~~ 2 θ ~~Case~~_{AGR} ~~EPP/ ϕ~~
swimming]]]]]...
 θ

Pires (2006) enfatiza que, dada esta numeração, a derivação apresentada acima, é a única alternativa que leva a um resultado convergente. Se no passo em (176c), o verbo *prefer* da matriz valorasse o Caso de AGR antes que *John* se movesse

⁶⁷ Essa questão é colocada pelo fato do CG poder atribuir Caso a um sujeito, e, para isso, deve ter seus traços completos, através da valoração de Caso por v. Outra alternativa posta por Pires é considerar que AGR é completo durante toda a derivação, mas por precisar de Caso, não pode valorar o Caso do DP antes de ter o seu próprio Caso valorado.

de [Spec,TP1], seria possível que AGR valorasse o Caso de *John* em [Spec,TP1] e esse DP não poderia mais se mover para a oração matriz. No entanto, a matriz tem um papel- θ de argumento externo para atribuir, bem como traços- ϕ e EPP em TP2. Devido à falta de outro DP disponível na numeração para satisfazer os requerimentos da matriz, essa derivação falharia. Portanto, a derivação em (165) é a única possível (que leva a um resultado convergente) para o CG, o que explica o controle obrigatório de sujeito.

No caso em que o CG apresenta um sujeito aberto distinto do sujeito matriz, a derivação procede de forma semelhante até o ponto em que o DP *I* é concatenado em [Spec,vP2] em (177) abaixo, dada a sua presença na numeração, em contraste com a numeração de (176), que não dispunha de outro DP além de *John*. É importante notar, portanto, que não há competição entre (176) e (177), visto que apresentam diferentes numerações.

Pires (2001: 64)

(177) *I prefer John swimming.*

[_{TP2} I [_{T'} [_{VP} [_{V'} I [_V prefer [_{VP} prefer [_{TP1} John [_{T'} AGR [_{VP} ~~John~~ [_V swimming]]]]]]...
 ϕ /Case/EPP θ Case_{AGR} ϕ /EPP/Case θ

Para a derivação em (177), o verbo *prefer* da matriz concorda com AGR do CG, valorando o seu Caso. Com seu próprio caso valorado, AGR pode valorar o Caso de *John*. Em seguida, o sujeito da matriz *I* entra na derivação em [Spec,vP], onde recebe papel temático e depois se move para receber Caso e checar traços- ϕ e EPP em [Spec,TP2]. A valoração de Caso no CG encaixado deve proceder nesta sequência (AGR depois *John*) para que a derivação convirja. Em outras palavras, se *John* não recebesse Caso dentro do CG encaixado e se movesse para [Spec,vP], o item lexical *I* não participaria da derivação, que terminaria não convergindo devido ao não-esgotamento da numeração⁶⁸.

Nesse sentido, a proposta de Pires é interessante, pois mostra que a necessidade de convergir define, dentro das possibilidades do sistema, a sequência das

⁶⁸ Um ponto que pode ser usado para argumentar a favor desta sequência de operações é a regra de economia *Merge over Move* (Chomsky 2000:104).

operações ao longo da computação (por exemplo, a sequência de checagem de Caso do DP e do CG). Por isso, não há opcionalidade em de cada uma das derivações em (176) e (177).

Como suporte para sua análise, Pires apresenta várias evidências das consequências da teoria de Hornstein (2001, 2007) no âmbito da ligação, como discutido na seção anterior: quando é permitido o movimento-A a partir de uma oração (não-finita), a oração matriz conta como um novo domínio de ligação, ou seja, um pronome ligado é proibido nesse domínio. Sendo assim é de se esperar que os CGs apresentem obviação similar ao que o subjuntivo do PB (e das outras línguas) mostra. A previsão se confirma, como vemos pelo exemplo em (178) abaixo:

(178) *John_i prefers him_i swimming

Pires (2006) comenta ainda que infinitivos em basco e em português se comportam de maneira similar aos CGs. Como discutimos na seção anterior, orações infinitivas do basco precisam ser marcadas estruturalmente (morfologicamente marcados com um afixo no verbo e a oração encaixada recebe marcação de Caso absolutivo) para licenciarem um sujeito lexical (cf. (166)). Esse mecanismo foi referido como Percolação de Caso ou Transmissão de Caso por Ortiz de Urbina (1989), ao notar que só quando a oração infinitiva tem Caso, ela pode atribuir Caso ao seu próprio sujeito. Deve ser lembrado que estas estruturas mostram o mesmo efeito de obviação que CGs, isto é, a impossibilidade de se obter a correferência entre um pronome na posição de sujeito da oração não-finita e o sujeito da oração matriz (ver seção 2.5.1 acima para exemplos relevantes).

Ortiz de Urbina (1989) aponta para a dificuldade de se encontrar uma análise apropriada para o fato de que um contexto não-finito pode licenciar tanto um sujeito lexical quando um sujeito nulo de controle obrigatório, já que, em geral, as teorias de Caso e controle argumentam que um sujeito lexical é sempre banido de um contexto de controle obrigatório. Pires (2006) aponta que sua abordagem dos CGs pode capturar os fatos do basco de maneira adequada: a oração infinitiva encaixada tem traços de Caso que precisam ser valorados. Após isso, a valoração do Caso do seu

sujeito é possível. Assim como os CGs do inglês, quando sem Caso, o sujeito da oração encaixada deve se mover, instanciando uma estrutura de controle obrigatório.

Pires estende essa análise ao infinitivo flexionado do português, que apresenta morfologia aberta de pessoa e número e pode licenciar sujeitos lexicais⁶⁹:

(179) O professor lamentou [os alunos terem perdido a aula]

Crucialmente, como argumentado por Raposo (1987), infinitivos flexionados podem aparecer somente em contextos em que recebam Caso, apesar de a oração infinitiva não receber uma marcação de Caso morfológico nessa língua, como ocorre no basco.

Novamente, se repete o mecanismo em que a oração não-finita precisa receber Caso para poder atribuir Caso ao seu próprio sujeito. Pires (2006) assume que infinitivos não-flexionados em português licenciam apenas sujeito nulo de controle obrigatório, em contraste com o sujeito dos infinitivos flexionados, que apresentam sujeitos explícitos ou *pro*.⁷⁰

Nessa perspectiva, os sujeitos nulos (e expressos) de infinitivos flexionados são sempre valorados no âmbito da oração encaixada, visto que o núcleo T nessas orações tem traços- ϕ completos e Caso (semelhantemente à proposta de Raposo 1987). Já o infinitivo não-flexionado recebe uma análise em termos de movimento-A para dar conta dos diferentes tipos de controle: de sujeito, de objeto e em adjuntos.

No entanto, como discutido por Nunes (2008, 2010, a sair), infinitivos flexionados podem apresentar traços- ϕ completos ou incompletos, de maneira semelhante aos tempos finitos no PB, possibilitando estruturas de hiperalçamento (cf. (180)), similarmente aos tempos finitos nessa língua:

Nunes (2008:104)

- (180) a. É difícil desses professores elogiarem os alunos.
b. [Esses professores]_i são difíceis de *t_i* elogiarem os alunos.

⁶⁹ Para mais detalhes sobre o infinitivo no português, vejam-se Raposo 1987, Ambar 1998, Martins 2001, Nunes 2010, a sair. Discutiremos os infinitivos em detalhes na seção 2.8.3.

⁷⁰ Ver Pires 2006:cap. 3 para uma análise unificada para infinitivos flexionados em PB padrão e PE.

Além disso, alguns infinitivos flexionados do PB exibem apenas sujeito nulo de controle obrigatório, não licenciando sujeitos foneticamente expressos:⁷¹

- (181) a. Os professores duvidam conseguirem participar do congresso.
b. *Os professores duvidam os alunos terem passado no exame.

- (182) a. As testemunhas negaram terem conversado com a vítima
b.* As testemunhas negaram o réu ter conversado com a vítima

Retomaremos a discussão dos infinitivos no PB na seção 2.8.3. Na seção seguinte, proporei uma análise para o ERD no subjuntivo.

2.6 Concordância de Tempo no subjuntivo

Para explicar o fenômeno do ERD em orações subjuntivas no PB e nas línguas que apresentam esse fenômeno, gostaria de propor uma análise nas linhas da abordagem feita por Pires (2001, 2006) para os gerundivos oracionais do inglês. Lembremos que os fatos são muito similares para ambos os contextos, como ilustrado abaixo:

- (183) a. O João_i quer [*t_i* ganhar a corrida]
b. *O João_i quer [que ele_i ganhe a corrida]

- (184) a. John_i prefers [*t_i* swimming]
b. *John_i prefers [him_i swimming]

Os contrastes acima mostram o ERD. A generalização a ser feita deste fenômeno é a mesma nos dois casos: de acordo com a abordagem de controle por movimento e análise dos fatos de ligação em termos de economia derivacional, como

⁷¹ Ver também Modesto 2010 a,b.

adotado aqui (Hornstein 2001, 2007), esses dados evidenciam que as sentenças em cada par, (183) e (184), competem derivacionalmente, isto é, se uma numeração pode gerar a estrutura em (a) por meio de movimento do DP sujeito, a pronominalização que leva à mesma interpretação indexical (exemplos em (b)) é proibida. Lembremos que, para isso, devemos assumir o pressuposto que pronomes ligados são formativos sintáticos e não estão presentes na numeração.

Como tratado na seção anterior, Pires (2001, 2006) propôs uma análise para os dados do inglês, mostrando que a mesma estrutura sintática dos CGs é responsável por gerar uma estrutura de controle obrigatório ou um CG com sujeito explícito (cf. (185)). Crucialmente, como detalhado pelo autor, estas duas derivações partem de numerações distintas e são as únicas alternativas convergentes a partir delas.

Pires (2006:39):

- (185) a. Sue prefers [John/him swimming]
b. John prefers [swimming]

Para os dados de obviação no subjuntivo do PB e nas línguas que a apresentam, gostaria de implementar a proposta de Hornstein (2001, 2007), discutida na seção 2.5.1, com uma análise semelhante à de Pires. As orações subjuntivas com sujeito explícito e as infinitivas análogas partem de uma mesma estrutura/configuração sintática não-finita. Nesse contexto sintático, as sentenças em (186) e (187) abaixo são as únicas alternativas convergentes a partir das diferentes numerações: se na numeração há apenas um DP para as posições de sujeito da matriz e na subordinada, estruturas de controle com o infinitivo como em (186) serão geradas; numerações com um DP para a cada posição de sujeito resultam numa oração subjuntiva⁷², como em (187) abaixo:

- (186) a. O João_i quer [t_i ganhar a corrida]

⁷² Como veremos a seguir, o controle obrigatório de objeto e a ausência de ERD em orações subjuntivas-R também recebem uma análise nesse cenário.

(187) O João quer [que a Ana ganhe a corrida]

Um fator que se impõe é a diferença morfológica das estruturas acima discutidas: em casos de controle obrigatório, obtemos o infinitivo, em casos de sujeito explícito, a morfologia subjuntiva é escolhida. Ao contrário, os CGs não diferem morfológicamente.⁷³ Portanto, como comparar as estruturas em (183a) e (183b) como “idênticas”? Observe que este é um problema geral para todas as propostas que tratam a obviação a partir da competição e complementariedade entre formas infinitivas e subjuntivas (Bouchard 1983, 1984, Farkas 1992 e Schlenker 2005).

Na seção XX ??, sugeri uma alternativa de análise para este ponto. Sem entrar em detalhes desse tópico por ora, gostaria de prosseguir com a proposta delineada até aqui, assumindo que os subjuntivos-R e os infinitivos partilham de uma mesma estrutura sintática. Seus diferentes resultados morfológicos correlacionam com as suas derivações (infinitivos no caso de movimento-A/um DP; subjuntivo no caso de dois DPs).

O suporte para essa proposta foi dado nas seções anteriores, em que mostramos que o comportamento dos subjuntivos-R, que instanciam obviação, difere em diversas propriedades do indicativo e do subjuntivo-L, não obviativos. Os subjuntivos-R tem as mesmas propriedades que seus infinitivos análogos, enquanto indicativos e subjuntivos-L se caracterizam como tempos finitos. Vamos retomar o quadro comparativo:

⁷³ No entanto, os dados do basco (San Martin 2004, Hornstein 2007) também mostram diferença morfológica, na medida em que a marcação de Caso estrutural só é possível nos infinitivos com sujeito explícito, que mostram obviação. Já os infinitivos que apresentam controle obrigatório não são marcados com Caso.

QUADRO 2.6

Propriedades	Subjuntivo-L	Subjuntivo-R
Seleção	Indicativo, Subjuntivo, Infinitivo não-flexionado, infinitivo flexionado de controle, infinitivo flexionado com sujeito lexical	Subjuntivo, Infinitivo não-flexionado
Controle obrigatório	+	-
ERD	-	+
Transparência aos IPs	-	+
Tempo semântico	Livre	<i>Futuro/irrealis</i>
SOT obrigatório	-	+
DAR	+	-
Eventivo	- /Aux: OK	+
Estrutura	TP	WollP

Como vimos nas seções anteriores, o comportamento temporal dos complementos subjuntivos foi tópico de bastante debate na literatura, tendo sido considerado por alguns, dentro do quadro teórico de GB então vigente, ingrediente fundamental no fenômeno do ERD (ver seção 2.2). Propostas de competição entre subjuntivos e infinitivos foram também alternativas dadas, considerando que o ERD é atestado em línguas que apresentam tal alternância, em especial tomando certos pressupostos de optimalidade e requerimentos de interface com a semântica.

Apesar da defectividade ter sido atribuída ao modo subjuntivo, as análises aqui citadas não caracterizaram em detalhes a distinção temporal entre o subjuntivo obviativo e não-obviativo, bem como não compararam o seu comportamento com as outras formas verbais das línguas, por exemplo, o infinitivo e indicativo. A proposta desenvolvida aqui utiliza as duas intuições já presentes na literatura, e, de certa

maneira, as une: por ser um contexto defectivo temporalmente, como mostrado nesse trabalho, a estrutura não-finita que dá origem a orações com sujeito explícito no subjuntivo e estruturas de controle em infinitivo é a mesma, e, em consequência disso, temos o que parece ser a competição entre essas formas e o ERD.

Vamos esclarecer alguns pontos sobre a deficiência dessas estruturas não-finitas. Boeckx, Hornstein e Nunes (2010)⁷⁴ propõem a generalização de que, na perspectiva de controle por movimento, um domínio sentencial é poroso ao movimento-A se ele apresenta uma deficiência de traços em T, sejam em traços- ϕ ou em seu valor temporal:

(adaptado de Boeckx, Hornstein e Nunes 2010:34)

(188)	Movimento-A: $\vee$	Movimento-A: *
	[T-, ϕ -] [T+, ϕ -] [T-, ϕ +]	[T+, ϕ +]

A proposta associa a possibilidade de movimento à atribuição de Caso. O Caso pode ser checado apenas por uma sonda completa em traços de T(empo) e traços- ϕ . Isso explica por que alguns contextos considerados “finitos” licenciam movimento (ver Boeckx 2003, 2008), a exemplo das orações indicativas do PB, potencialmente defectivas em traços- ϕ ⁷⁵.

Foram reduzidos os casos já reportados na literatura em que a defectividade temporal é detectada como responsável por licenciar movimento e controle⁷⁶, quando comparados à defectividade de traços- ϕ (infinitivos, participios, gerundivos). O controle obrigatório em orações subjuntivas em línguas balcânicas e românicas (romeno, salentino) são os casos mais transparentes, aos quais a literatura associa a possibilidade de movimento do DP à deficiência temporal desses complementos (ver nota 64). Kapetangianni & Seely (2007), por exemplo, propõem uma análise em termos de movimento para orações subjuntivas de controle obrigatório em grego, apesar de

⁷⁴ Ver também Boeckx 2003, 2008.

⁷⁵ Ver as discussões e referências relevantes na seção 1.2.2 .

⁷⁶ Estou considerando aqui análises dentro da perspectiva de controle por movimento. Como discutimos na seção 2.4, análises em termos de PRO observam distinções temporais entre infinitivos e propõem que [+tempo] instanciam controle (ver Martin 2001 e Landau 2004).

não haver distinção morfológica entre as formas verbais dos subjuntivos “com tempo”, que licenciam *pro*, e os subjuntivos “desprovidos de tempo” e que apresentam controle obrigatório⁷⁷.

O subjuntivo-R mostra-se semelhante ao subjuntivo de controle obrigatório nas línguas balcânicas, na medida em que também se apresenta com contexto temporal deficiente. Como vimos a partir dos diagnósticos de Wurmbrand (2006, 2008), os complementos de predicados-R - o infinitivo futuro/*irrealis* e o subjuntivo-R, - são desprovidos de conteúdo temporal. Por não apresentarem um Tempo valorado ou “forte” o suficiente para atribuir Caso ao DP em seu especificador, precisam concordar com o T da matriz antes de licenciar um sujeito em sua oração. Em outras palavras, podemos interpretar a defectividade de T considerando que um T defectivo/não-valorado só será capaz de atribuir Caso a partir do momento em que concordar com o tempo da matriz, adquirindo, assim, valores temporais sempre idênticos ao da matriz.

Antes de partir para os exemplos das derivações, devo comentar que essa proposta compreende o quadro geral das línguas que apresentam ERD, por atribuir o fenômeno a uma defectividade de Tempo, e não de traços- ϕ . Como tratado na seção 1.2, o PB apresenta, como propriedade ligada a todos os seus paradigmas verbais “finitos” (também o infinitivo flexionado), a ambiguidade em ter traços- ϕ completos e incompletos, o que explica o controle obrigatório nessas orações. Como mostrado nesse trabalho, o subjuntivo-L não foge à regra, possibilitando o movimento do sujeito e o controle obrigatório:

(189) Maria_i duvida [que t_i ganhe a corrida]

No entanto, os subjuntivos-R não permitem o mesmo:

(190) *Paulo_i quer [que t_i ganhe a corrida]

Portanto, pensando no conjunto de línguas que apresentam ERD, associar esse fenômeno (apenas) a traços- ϕ defectivos/incompletos não parece ser uma solução

⁷⁷ Lembremos que nessas línguas, não há distinção morfológica de modo no verbo. Os verbos, subjuntivos e indicativos, são flexionados em concordância com o sujeito e em tempo.

adequada, tendo em vista que orações subjuntivas do PB “concretizam” esse contexto, e ainda assim não licenciam o sujeito nulo de controle obrigatório⁷⁸. Nesse caso, nos resta o traço de Tempo defectivo/não-valorado como responsável por permitir o controle e sua consequência direta, o ERD. Daí, podemos justificar a inaceitabilidade de (190): de acordo com a proposta desenvolvida aqui, ela se deve ao fato de que a estrutura sintática de CO tem como resultado morfológico o infinitivo, como em (191) abaixo. Vejamos então os passos derivacionais de (191)^{79,80}:

(191) Paulo_i quer [t_i ganhar a corrida]

(192) Numeração: { Paulo₁, T₁^{T+/φ+}, quer₁, T₁^{T-/φ}, ganhar₁, a₁, corrida₁}

Aplicações de seleção e merge

a. [TP₁ T₁ [φ:u][T:u]/EPP [vP Paulo_{[Caso:u]/[φ:v]} ganhar a corrida]]

Cópia + merge de [Paulo] em TP₁

b. [TP₁ Paulo_{[Caso:u]/[φ:v]} T₁ [φ:v][T:u]/EPP [vP t ganhar a corrida]]

Aplicações de seleção e merge de [quer], cópia + merge de [Paulo] em vP

c. [vP Paulo_{[Caso:u]/[φ:v]} quer_[θ] [TP₁ t T₁ [φ:v][T:u]/EPP [vP t ganhar a corrida]]]

Aplicações de seleção e merge de [T^{T+/φ+}]

d. [TP₂ T₂ [φ:u][T:Pres]/EPP [vP Paulo_{[Caso:u]/[φ:v]} quer_[θ] [TP₁ t T₁ [φ:v][T:u]/EPP [vP t ganhar a corrida]]]]]

Agree entre T₁ e T₂

e. [TP₂ T₂ [φ:u][T:Pres]/EPP [vP Paulo_{[Caso:u]/[φ:v]} quer_[θ] [TP₁ t T₁ [φ:v][T:Pres]/EPP [vP t ganhar a corrida]]]]]

⁷⁸ Uma questão remanescente é se os contextos de subjuntivo-R apresentam traços-φ completos ou incompletos nas línguas. Esse ponto carece de mais investigação. Para os propósitos desse trabalho, basta considerar que Tempo seja defectivo para que o movimento-A seja permitido, como mostrado em (179). Como apontado para mim por Jairo Nunes (c. p.), a hipótese nula é que os subjuntivos-R deveriam funcionar com os indicativos e infinitivos flexionados, tendo um conjunto completo ou incompleto de traços-φ. Se T for incompleto e a numeração tiver dois DPs para a posição de sujeito, a derivação presumivelmente não converge. No entanto, a sentença relevante (cf. (i)) é aceitável devido à possibilidade de T ter um conjunto completo e ao mecanismo proposto aqui para estas estruturas.

(i) Pedro quer que Maria ganhe a corrida.

⁷⁹ Para fins de exposição, T₁ estará valorado apenas com traços-φ, sem marca de completude ou incompletude (+ ou-). Ver nota 78. Para os diacríticos subscritos: [v] = valorado/[u]; = não-interpretável/não-valorado.

⁸⁰ Como de praxe, o número subscrito na numeração reporta a quantidade dos itens lexicais na numeração.

Cópia + merge de [Paulo] em TP2

f. [TP₂ Paulo_{[Caso:Nom]/[φ:v]} T₂ [φ:v][T:Pres]/EPP [vP t quer_[θ] [TP t T₁ [φ:v][T:Pres]/EPP [vP t ganhar a corrida]]]

Em (192a), T₁ entra na derivação com traços-φ e Tempo não-valorados; sonda o vP e entra numa relação de concordância com o DP *Paulo*, que se move para [Spec,TP₁] no passo em (192b) para a satisfação de EPP. Porém, por ter seu traço de Tempo não-valorado, T₁ não pode atribuir Caso ao DP *Paulo* nesse ponto, que, por isso, permanece ativo para movimento-A na derivação. Em (192c), v matriz entra na derivação e o DP *Paulo* se move para seu especificador para receber papel temático de argumento externo. Os passos (192d) e (192e) mostram que T₂ entra na derivação e concorda com T₁, valorando o traço de Tempo deste como [+Presente], valor idêntico ao seu⁸¹. Finalmente, em (192f) o DP *Paulo* se move para [Spec,TP₂], onde concorda com T₂ em traços-φ, checa o EPP e valora seu traço de Caso.

Quero chamar atenção para o fato de que é crucial que T₁ e T₂ possam entrar em concordância no passo em (192e), apesar da fronteira oracional entre eles. Nesse ponto, ao ser considerada a existência de uma camada de CP nestes complementos, espera-se que ela não seja uma fase forte⁸² (Chomsky 2005, ver Boeckx, Hornstein e Nunes 2010 para mais discussões), e que não impossibilite movimento do DP sujeito e concordância temporal entre as orações matriz e encaixada.⁸³ vP matriz é uma fase forte. Se CP encaixado é uma fase fraca, T₁ pode concordar com T₂ mesmo que v matriz (fase forte) entre na derivação, já que a definição de PIC (*Phase Impenetrability Condition*)(Chomsky 2001) só se aplica para núcleos de fases fortes.

PIC (versão de Chomsky 2001: 14)

“(68) [ZP Z...[HP α [H YP]]]

⁸¹ Um problema que deve ser apontado é a relação de c-comando inversa entre sonda e alvo que há nesta operação de *Agree*. Para tal, deve-se também permitir *Probing Up* no sistema computacional, talvez como uma opção de último recurso. Para uma abordagem que se vale unicamente de *probing-up* (“*reverse Agree*”), ver Wurmbrand 2011.

⁸² O comportamento de itens de polaridade e a anaforicidade temporal dos subjuntivos-R são evidências de que esse CP não é uma fase forte.

⁸³ Isso é condizente com T encaixado ser (temporalmente) deficiente, como defendido aqui.

(69) *Phase Interpretability Condition* (alternative)

The domain of H is not accessible to operations at ZP [a phase]; only H and its edge are accessible to such operations.”

Nessa definição, quando uma fase HP está completa, seu domínio (YP) não mais é inacessível além daquele ponto (como era o caso da definição anterior em Chomsky 2000). Diferentemente, o domínio de uma fase só se torna inacessível quando o próximo núcleo de fase é concatenado à estrutura. Portanto essa versão de PIC não descarta a concordância entre Ts em (192e), repetido abaixo em (193). Como T2 não é fase forte, o complemento de *v* ainda está acessível para a computação⁸⁴, pois o próximo núcleo de fase forte é C1, ainda não presente na derivação.

(193) [_{TP2} T₂ [_{φ:u}][T:Pres]/EPP [_{VP} Paulo_{[Caso:u]/[φ:v]} quer_[θ] [_{TP} t T₁ [_{φ:v}][T:Pres]/EPP [_{VP} t ganhar a corrida]]]]

Vejamos agora a derivação em que há um sujeito explícito na oração encaixada, que resulta na morfologia do subjuntivo:

(194) Ana quer [que Paulo ganhe a corrida]

(195) Numeração: { Paulo₁, T₂^{T+/φ+}, quer₁, Ana₁, T₁^{T-/φ}, ganhar₁, a₁, corrida₁}

Aplicações de seleção e merge

a. [_{TP1} T₁ [_{φ:u}][T:u]/EPP [_{VP} Paulo_{[Caso:u]/[φ:v]} ganhar a corrida]]

Cópia + merge de [Paulo] em TP1

b. [_{TP1} Paulo_[Caso:u] T₁ [_{φ:v}][T:u]/EPP [_{VP} ~~Paulo~~ ganhar a corrida]]

Aplicações de seleção e merge de [quer], seleção + merge de [Ana] em vP

c. [_{VP} Ana_{[Caso:u]/[φ:v]} quer_[θ] [_{TP1} Paulo_{[Caso:u]/[φ:v]} T₁ [_{φ:v}][T:u]/EPP [_{VP} ~~Paulo~~ ganhar a corrida]]]]

Aplicações de seleção e merge de [T^{T+/φ+}]

⁸⁴ Uma possibilidade a se considerar é que essa concordância se dá via C encaixado (C2) (Jairo Nunes, c.p.). Veremos uma sugestão de análise nesses termos na seção seguinte.

d. [TP₂ T₂ [ϕ :u][T:Pres]/EPP [vP Ana [Caso:u]/(ϕ :v) quer_[θ] [TP Paulo [Caso:u]/(ϕ :v) T₁ [ϕ :v][T:u]/EPP- [vP Paulo ganhar a corrida]]]]

Agree entre T₁ e T₂

e. [TP₂ T₂ [ϕ :u][T:Pres]/EPP [vP Ana [Caso:u]/(ϕ :v) quer_[θ] [TP Paulo [Caso:u]/(ϕ :v) T₁ [ϕ :v][T:Pres]/EPP- [vP Paulo ganhar a corrida]]]]

Cópia + merge de [Ana] em TP₂

f. [TP₂ Ana [Caso:Nom]/(ϕ :v) T₁ [ϕ :v][T:Pres]/EPP [vP Ana quer_[θ] [TP Paulo [Caso:Nom] T₁ [ϕ :v][T:Pres]/EPP- [vP Paulo ganhar a corrida]]]]

A derivação de (195) segue idêntica à de (192) acima até o passo em (195c): após a introdução de *querer* na derivação, o item lexical *Ana*, ainda presente na numeração, é selecionado e sofre merge em [Spec,vP], recebendo o papel temático do verbo. Em (195d) e (195e), T₂ entra na derivação e concorda com *Ana* em traços- ϕ . Além disso, concorda com T₁, valorando seu traço temporal como [+Presente]. Em (195f), após ter sido valorado por T₂, T₁ pode valorar o traço de Caso de *Paulo*, que permanecia em seu especificador ainda sem Caso. Adicionalmente, o DP *Ana* se move para [Spec,T₂], onde checa EPP e recebe Caso nominativo da matriz.

Note que no ponto em (195c), a derivação tem duas possibilidades de para o preenchimento de [Spec,vP]: mover *Paulo* de [Spec,TP₁] ou inserir/concatenar *Ana*⁸⁵. Se, alternativamente, *Paulo* fosse copiado e concatenado com o verbo da matriz *querer*, a derivação falharia em qualquer das duas alternativas que se seguisse: se *Paulo* continuasse se movendo até TP₂, a derivação não esgotaria a sua numeração; se o DP *Ana* fosse concatenado apenas em [Spec,TP₂], esse item não teria uma interpretação apropriada na interface semântica, por não ter recebido nenhum papel temático na computação e, adicionalmente, o DP *Paulo* não teria seu traço de Caso valorado, permanecendo em [Spec,vP]. Portanto, a derivação acima é a única que leva a um resultado convergente a partir da numeração apontada para (184).

O mecanismo acima descrito se assemelha à Reestruturação parcial (Wurmbrand 2001, 2008) e pode explicar a anaforicidade temporal dos complementos

⁸⁵ Para discussão sobre economia derivacional, *Merge over Move* e regras de convergência que envolvem esse passo na derivação, também em de casos de controle de objeto, vejam-se Hornstein 2001, Pires 2006, Boeckx, Hornstein e Nunes 2010.

dos predicados-R, bem como as possibilidades interpretativas de futuro/*irrealis*, considerando que esses complementos apresentam WollP e são valorados ao longo da computação, com uma cópia dos traços temporais da matriz. Nesse sentido, a restrição morfológica observadas para o subjuntivo-R (ver seção 2.4.2.2) pode receber uma resposta direta. Essa restrição se mostra pela exigência sintática da marcação de valores idênticos via *Agree*.

(196) [_{TP2} DP_{[Caso:Nom]/[φ:v]} T_{[φ:v][T:Pres]/EPP} [_{VP} ~~DP~~ quer_[θ] [_{WOLLP} Woll [_{TP} DP_[Caso:Nom] T₁
[φ:v][T:Pres]/EPP [_{VP} ~~DP~~ ganhar a corrida]]]]

Na seção seguinte, veremos uma alternativa teórica para capturar a concordância de valor temporal entre orações subjuntivas-R e sua oração matriz. (próxima) Na seção seguinte, veremos uma alternativa para dar conta de estruturas de controle obrigatório de objeto em subjuntivos-R.

2.6.1 Agree Temporal: uma abordagem

Na seção anterior, vimos em linhas gerais como a derivação de sentenças subjuntivas-R e infinitivas podem ocorrer, de modo a explicar a obviação e a ausência de estruturas de controle obrigatório nas primeiras.

Exatamente como a concordância temporal entre Ts procede, no entanto, não parece tão óbvio e é uma questão em debate na literatura (Hornstein 1990, Thompson 2005). Embora uma análise detalhada das relações temporais escape dos limites desta dissertação, gostaria de desenvolver uma possível implementação para este ponto. Nesta seção, farei uma sugestão de como capturar os fatos observados a respeito do subjuntivo-R de acordo com o quadro teórico de Agree, tendo em vista reformulações mais recentes (Chomsky 2001, 2005, 2008, Pesetsky e Torrego 2007).

Vejamos, primeiramente, algumas noções semânticas relevantes para a discussão das restrições temporais e morfológicas observadas no contexto de Subjuntivo-R, assumindo com Hornstein (1990) e Thompson (2005) uma visão reichenbachiana da representação semântica do Tempo nas línguas, consideremos que

os tempos são compostos de três pontos de referência: o momento do Evento, o momento de Fala e o momento de Referência (Reichenbach 1947).

Para ilustrar estes pontos temporais, considere a sentença em (197):

(197) Às quatro da tarde, Maria tinha saído do trabalho

O momento do Evento é o momento em que Maria sai do trabalho, o momento de Referência é o momento até quando Maria já tinha deixado o trabalho (aqui, quatro da tarde) e o momento de Fala é o momento em que a sentença é proferida.

Segundo Hornstein (1990), os tempos básicos nas línguas são compostos pela ordenação linear dos momentos (Evento=E, Referência=R e Fala=S⁸⁶) como esquematizado abaixo, em que a vírgula codifica simultaneidade e nos tempos separados por um traço horizontal, o momento à esquerda é interpretado como temporalmente predecessor do momento à direita:

(198) S , R , E presente	E _ S , R presente perfeito
E , R _ S passado	E _ R _ S passado perfeito
S _ R , E futuro	S _ E _ R futuro perfeito

Vimos anteriormente que os complementos dos predicados-R, e. g. Subjuntivos-R e infinitivos não-flexionados, não possuem tempo independente. Essa observação se fez a partir da detecção de que estes contextos exigem uma interpretação temporal SOT e não podem ter DAR. Assumimos aqui que a oração encaixada, portanto, precisa concordar com a oração matriz, o que leva à anaforicidade morfológica observada nesses subjuntivos. Pensando-se em termos neo-recheinchachianos, a regra SOT promove um ancoramento temporal entre o ponto S da oração encaixada e o tempo E da oração matriz, de forma que a oração encaixada deixa de ter seu ponto de referência de fala independente. Segundo (Hornstein 1990), vejamos um exemplo da regra SOT:

⁸⁶ Para manter a uniformidade com os trabalhos aqui discutidos, mantereí S como símbolo do momento de fala, derivado de *Speech*, do inglês.

Hornstein (1990:137):

“SOT rule: Associate S_n with E_{n-1} ”

(199) João disse₁ que a Maria estava₂ grávida.

A leitura SOT pode ser parafraseada como “João disse ‘Maria está grávida’”, enquanto na leitura em que o S_2 é independente da matriz, a gravidez de Maria pode ter acontecido anos antes da fala do João, por exemplo.

Para resumir os pontos principais notados por Hornstein (1990), a regra SOT só pode se aplicar localmente, entre orações fronteiras/vizinhas. Ela se aplica opcionalmente entre orações “livres”, no entanto, como o autor nota, ela é obrigatória para os infinitivos. Lembremos que esse também é o caso dos Subjuntivos-R (ver seção 2.3.2 e 2.4.3.2). Numa sentença como (200), por exemplo, a gravidez de Ana é interpretada como concomitante ao momento do desejo de Pedro.

(200) Pedro queria que Ana estivesse grávida.

Em termos interpretativos, o resultado da computação temporal em LF ou no componente semântico deve ser, portanto, o mesmo para subjuntivos-R e infinitivos, por terem ambos os mesmos traços temporais. No entanto, como vimos neste trabalho, apesar de interpretações temporais semelhantes, os diferentes resultados morfológicos (infinitivo ou subjuntivo) e suas propriedades sintáticas (e. g. a capacidade de licenciar um sujeito lexical, ou seja, atribuir ou não Caso) carecem de uma explicação. Vejamos a seguir como uma visão derivacional destas relações temporais pode oferecer uma saída para esta questão.

Trabalhos recentes mostram a relação próxima entre a interpretação temporal codificação sintática do tempo na estrutura das sentenças (e.g. Hornstein 1977, 1981, 1990; Gueron e Hoekstra 1988; Zagana 1988,1990; Giorgi e Pianesi 1991, 1998, 2005;

Stowell 1993, Thompson 2005, Pesetsky e Torrego 2007, Wurmbrand 2011). Thompson (2005), por exemplo, propõe que os momentos relevantes para a interpretação temporal (S, R e E) são representados como traços semânticos na sintaxe, da seguinte forma:

(201)

É de consenso na literatura há algum tempo que são codificadas no domínio do CP informações relevantes que vão determinar o modo verbal, bem como outros elementos da interpretação da proposição (Laka 1990, Rizzi 1997, Zanuttini 1997). Assumindo essa visão, Chomsky (2005, 2008) propõe especificamente que os traços- ϕ e traços de tempo estejam alojados em núcleos do sistema de CP:

“In the lexicon, T lacks these features. T manifests the basic tense features if and only if it is selected by C (default agreement aside); if not, it is a raising (or ECM) infinitival, lacking ϕ -features and basic tense. So it makes sense to assume

that Agree- and Tense-features are inherited from C, the phase head.”

[Chomsky 2005, 10]

Na reformulação de Chomsky (2005, 2008), T não tem traços de concordância ou tempo, mas os herda de C, o núcleo de fase, selecionado pelo verbo. C é, portanto, o núcleo relevante para concordância e atribuição de Caso para o sujeito DP.

Em consonância com a proposta de Chomsky (2001, 2005, 2008), gostaria de reinterpretar a proposta de Thompson (2005) e propor que os traços sintáticos de tempo sejam alocados nos núcleos de fase C e v^{87} . Isso, por sua vez, me leva a uma reinterpretação da concordância temporal entre T matriz e T encaixado sugerida na seção 2.6. A partir do quadro teórico delineado acima, uma possibilidade a se considerar é que a dependência entre os tempos da oração subordinante e completiva se dá por meio de um ancoramento/*linking* entre E subordinante e C encaixado.

Em termos sintáticos, esse ancoramento pode ocorrer antes ou depois de *Spell-Out*. Se ocorrer depois, T encaixado não vai poder atribuir Caso ao sujeito da encaixada por não ter seus traços temporais licenciados e o verbo encaixado vai assumir uma forma temporal *default*, a saber, o infinitivo. Se, por outro lado, o ancoramento entre C encaixado e v subordinante ocorrer antes de *Spell-Out*, T encaixado vai poder atribuir Caso ao seu sujeito e o verbo encaixado vai ser realizado no subjuntivo. Mais especificamente, gostaria de propor que C é a posição que abriga um traço de tempo t interpretável, associado com o valor $[+T]$ ($C_{t:[+T]}$), enquanto v possui um traço de tempo interpretável, porém não-valorado ($v_{t:?}$).^{88,89} Suponha que o fato de v não ter traço t

⁸⁷ Não comentarei aqui nos exemplos a valoração temporal de Asp, para manter o foco da discussão na relação C/ v . Podemos supor nesse quadro que Asp concorde com C diretamente ou venha a herdar seus traços de C, como a relação entre C e T proposta por Chomsky (2008).

⁸⁸ Como discutido na nota ???, o conjunto de traços- ϕ associado a C-T pode ser completo ou incompleto em PB. Para facilitar a exposição, deixarei de lado nas próximas representações a especificação de traços- ϕ em C, assumindo que somente quando C envolver um conjunto completo, a valoração de Caso pode ocorrer.

⁸⁹ Como me foi apontado por Norbert Hornstein (c.p.), se v_2 estiver ancorado temporalmente em C_2 , este pode estabelecer uma relação indireta com C_1 , já que v_2 está acessível para C_1 . É essa intuição que a presente proposta busca capturar. Se isso for verdade, o mecanismo de ancoramento temporal proposto aqui funciona, independentemente dos traços semânticos S, R e E propostos por Thompson (2005).

valorado o torne uma sonda, permitindo que *v* inspecione seu domínio de complemento e licencie uma relação de ancoramento temporal com um C encaixado.⁹⁰ Vejamos então como se dá a derivação de um subjuntivo-R, assumindo que é uma propriedade lexical dos predicados-R o fato de selecionarem complementos CPs sem valor temporal, i. e., CPs nucleados por um $C_{t:?}$:

(202) Ana quer que o Paulo ganhe a corrida.

- (203) a. [_{VP} ~~Ana~~ v_2 [_{t:?}] [V [_{CP1} $C_{1[t:?]}$ [Paulo_[Caso:u] [_{AspP} Asp_1 [_{tR}] [_{VP} ~~Paulo~~ v_1 a corrida]]]]]]]]
- b. [_{CP2} C_2 [_{t:+T}] [Ana [_{AspP2} Asp_2 [_{tR}] [_{VP} ~~Ana~~ v_2 [_{t:+T}] V [_{CP1} $C_{1[t:?]}$ [Paulo [_{AspP} Asp_1 [_{tR}] [_{VP} ~~Paulo~~ v_1 a corrida]]]]]]]]]]
- c. [_{CP2} C_2 [_{t:+T}] [Ana [_{AspP2} Asp_2 [_{tR}] [_{VP} ~~Ana~~ v_2 [_{t:+T}] V [_{CP1} $C_{1[t:?]}$ [Paulo [_{AspP} Asp_1 [_{tR}] [_{VP} ~~Paulo~~ v_1 a corrida]]]]]]]]]]
- d. [_{CP2} C_2 [_{t:+T}] [Ana [_{AspP2} Asp_2 [_{tR}] [_{VP} ~~Ana~~ v_2 [_{t:+T}] V [_{CP1} $C_{1[t:+T]}$ [Paulo [_{AspP} Asp_1 [_{tR}] [_{VP} ~~Paulo~~ v_1 a corrida]]]]]]]]]]

No ponto derivacional em (203a), v_2 não pode valorar o traço temporal de C_1 , pois precisa adquirir seu valor a partir de C_2 . Traremos evidência na seção seguinte que nos faz acreditar que essa valoração só ocorre no passo em (203b)⁹¹. Vejamos baixo isoladamente como a concordância temporal pode se estabelecer:

Em (203) acima, C_2 apresenta traço de tempo valorado. Ele valora o traço de tempo de v_2 , que, por sua vez, pode valorar o traço de C_1 . Para isso, temos que assumir que v_2 ainda pode funcionar como uma sonda, já que só teve seus traços valorados

⁹⁰ Essa alternativa me foi apontada por Jairo Nunes (c. p.).

⁹¹ Considerando a proposta de *Agree* (Chomsky 2005, 2008), a sonda C pode concordar com elementos do seu domínio até que encontra um alvo com todos os seus traços valorados (este se constitui um interventor). Observando a estrutura em (i), C_2 pode concordar com v_2 e DP, pois ambos são alvos em potencial: apresentam traços não valorados. Assim, neste ponto, C_2 valora seus traços- ϕ e valora o traço de Caso do DP e o traço de Tempo de v_2 , como apontado em (ii):

- (i) [_{CP2} C_2 [_{T:+T}] [$\phi:u$] [_{TP2} T_2 [_{VP} DP [$\phi:v$][Caso:u] v_2 [_{T:?}] [$\phi:v$] . . .]] [_{CP1} C_1 [_{T:?}] [_{TP} T [_{T:?}] [_{VP} v . . .]]]]]]
- (ii) [_{CP2} C_2 [_{T:+T}] [$\phi:v$] [_{TP2} T_2 [_{VP} DP [$\phi:v$][Caso:v] v_2 [_{T:?}] [$\phi:v$] . . .]] [_{CP1} C_1 [_{T:?}] [_{TP} T [_{T:?}] [_{VP} v . . .]]]]]]

nesse ponto derivacional. A sondagem de v_2 e consequente ancoragem de C_1 é sujeita a último recurso (*Last Resort*), que, nesse caso, se aplica, já que a valoração de C_1 é a única forma de licenciar o sujeito em $[Spec, TP_1]$.

Portanto, se *Agree* entre v_2 e C_1 ocorrer no componente sintático, como mostrado no passo (203d), podemos considerar que C_1 encaixado torna-se um núcleo com traços completos e pode checar o Caso de seu DP sujeito. No *Spell-Out*, o CP encaixado leva então a informação de Tempo e licencia seu DP sujeito, o que resulta na morfologia do modo subjuntivo. Note que para que isso seja possível, é crucial que C_1 não se constitua fase forte, como assumido por mim nesta dissertação. O complemento de C_1 sofre *Transfer* também nesse mesmo passo (203d), o que pode explicar os efeitos morfológicos resultantes dessa ancoragem na sintaxe, i. e., morfologia de subjuntivo em TP_1 , sujeito lexical em $[Spec, TP_1]$. De outra forma (C_1 se constituindo fase forte), TP_1 já teria sofrido em (203a) e os efeitos morfológicos da concordância não seriam devidamente capturados.

Essa perspectiva é compatível com o quadro teórico da Morfologia Distribuída (MD) (Halle & Marantz 1993; ver também Embick & Noyer 2004), em que os elementos de uma computação sintática são os traços abstratos que aparecem agrupados em nós terminais na morfologia.

No quadro da MD, as estruturas hierárquicas construídas ao longo da derivação, após o *Spell-Out* sintático, vão alimentar os componentes morfológico e fonológico e o componente interpretativo da gramática. Além disso, a MD admite o mecanismo de Inserção Tardia dos itens de vocabulário, em que informações fonológicas são pareadas a um morfema abstrato. O Princípio do Subconjunto (Lumsden 1987, Halle 1997) regula a inserção dos itens de vocabulário e resolve as situações de competição. Esse princípio, em resumo, diz que o expoente fonológico a ser inserido em uma posição deve concordar com todos ou com o maior subconjunto dos traços especificados neste morfema. Nesse ponto de vista, formas *default* são aquelas pouco ou menos especificadas em determinado paradigma, e é inserida, entre outros motivos, em situações em que outras formas são bloqueadas pelo Princípio do Subconjunto.

Vejamos então as informações de (203) acima que chegam no componente morfológico^{92,93}:

(204)

Itens lexicais: [Raiz] : infinitivo *ganhar*
 [Raiz] [t:+T]: subjuntivo *ganhe* $\Rightarrow$ forma escolhida

Como a concordância entre v e C não é obrigatória/necessária (ou pelo menos antes de *Transfer*), já que os traços temporais são interpretáveis, essa alternativa é mais custosa para o sistema computacional, e só ocorrerá caso precise para salvar a derivação. Por isso, a opção de estruturas de controle com o modo subjuntivo é inaceitável: o infinitivo sempre será mais econômico em termos derivacionais.

(205) *Pedro quer que t_i ganhe a corrida.

⁹² Informações irrelevantes serão suprimidas.

⁹³ Estou assumindo aqui que C encaixado não se constitui fase forte (ver seção 2.6), por isso, o complemento de v também sofre *Transfer* nesse ponto.

Vejamos então como se dá a formação do infinitivo, seguindo a derivação em (207). Lembremos que a estrutura de controle abaixo é a única alternativa de derivação convergente quando há um DP para a posição de sujeito na numeração:

(206) Ana quer ganhar a corrida.

(207) a. [_{VP} Ana v₂ [t: ?] [V [_{CP1} C₁ [t: ?] [~~Ana~~ [_{AspP} Asp₁ [tR] [_{VP} ~~Ana~~ v₁ [tE] a corrida]]]]]
 b. [_{CP2} C₂ [t: +T] [Ana [_{AspP2} Asp₂ [tR] [_{VP} ~~Ana~~ v₂ [t: +T] V [_{CP1} C₁ [t: ?] [~~Ana~~ [_{AspP} Asp₁ [tR] [_{VP} ~~Ana~~ v₁ [tE] a corrida]]]]]]]

No passo derivacional em (207a), v₂ ainda não teve seu traço de tempo valorado e C₁ vem da numeração sem traço de Tempo, satisfazendo um requerimento de seleção da matriz. Por possuir um conjunto de traços incompletos, C₁ não atribui Caso para o DP *Ana*. Por não haver outro DP disponível na numeração, *Ana* se move para a oração matriz, gerando uma estrutura de controle obrigatório.

No passo em (207b), com a inserção do núcleo de fase C₂, v₂ é valorado. Como nada força o ancoramento entre v₂ e C₁, o complemento de v₂ sofre *Transfer*. No componente morfológico, o verbo encaixado recebe morfologia *default* de infinitivo, por ser menos especificado.

O esquema abaixo ilustra o resultado do *Spell-Out* em (207d):

(208) Informações que chegam no componente morfológico

Itens lexicais: [Raiz]: infinitivo *ganhar* $\Rightarrow$ forma escolhida
 [Raiz] [t:+T]: subjuntivo *ganhe*

Isso também pode explicar os efeitos de em relação ao desencadeamento do subjuntivo-R, como trataremos na seção a seguir⁹⁴.

3.6.1 Localidade

Como discutido por Raposo (1986), uma das dificuldades enfrentadas pelas propostas que se baseiam na extensão da Teoria de Ligação para explicar o ERD vem de sentenças com duplo encaixamento, como (209) abaixo:

(209) [_{CP1}Pedro_i desejava [_{CP2}que Maria quisesse [_{CP3} que ele_{i/j} fosse no baile com ela]]]

⁹⁴ Essa alternativa eliminaria a necessidade de Probing Up no sistema.

Para teorias que baseiam a extensão do domínio de ligação para o domínio indicativo, por apresentar Tempo ou um operador que licencie a interpretação dos pronomes, seria esperado que o DP *ele* mais encaixado fosse também disjunto em referência com o sujeito da matriz em (209), contrário aos fatos.

Raposo propõe um princípio de ligação dividido em duas cláusulas, de maneira a escapar deste problema. A satisfação de uma ou outra das duas propriedades que são consideradas como definidoras de categoria de regência delimita o domínio de ligação nas línguas românicas. A saber, essas propriedades são um operador verbal ([+TENSE]) e um sujeito acessível. Em (209), apesar de CP₂ não ter um operador temporal disponível, apresenta um sujeito acessível - *Maria* - ao pronome *ele*, em CP₃, o que é suficiente para determinar CP₂ como domínio de ligação desse pronome. Por isso, *ele* pode ser correferente ao sujeito de CP₁, *Pedro*.

Para este mesmo ponto, a proposta de Picallo (1985) encontra também uma saída. De acordo com sua definição⁹⁵, o domínio de ligação do pronome *ele* em (209) é a oração intermediária (CP₂), já que é a mínima subcadeia do regente Tempo que apresenta um sujeito acessível para o pronome. Assim, *ele* está livre para ser correferente à *Pedro*, sujeito da matriz.

Dentro da perspectiva de controle abordada aqui, a interpretação do pronome em (209) recebe uma explicação direta. O pronome pode ter como antecedente o sujeito mais alto *Pedro*, já que essa estrutura não é gerada por movimento sintático, e por isso não envolve controle. O movimento da posição de sujeito mais encaixado para a posição de sujeito da oração indicativa mais alta violaria minimalidade, pois existe outro sujeito, *Maria*, intervindo.

Há na literatura outros casos que mostram efeito de localidade similar. Stowell (1993) e Quer (1998) mostram algumas diferenças entre o que chamam de subjuntivos *intensionais* e subjuntivos *polares*, que, grosso modo, correspondem respectivamente aos complementos subjuntivos selecionados “imediatamente” pelos predicados matriz

⁹⁵ (29) *Binding domain (version 2)* (Picallo 1985)

β is a binding domain for α iff β is the minimal subchain of the T-governor of α containing an argument accessible to α , if there is one. If there is no accessible argument, the T-governor is the binding domain.

e aqueles subjuntivos licenciados por um operador, como negação e traço interrogativo.

Os autores apontam que, em grande parte das línguas, o Subjuntivo Intensional só pode ser selecionado pela oração superior mais próxima (cf. (210a)), não alterna com o indicativo (cf. (210b)), apresenta restrições temporais (cf. (210c)) e o Efeito de Referência Disjunta (cf. (210d)); em contraste, o Subjuntivo Polar pode ser condicionado não localmente (cf. (211a)), alterna com o indicativo (cf. (211b)) e não apresenta grandes restrições temporais (cf. (211c)) nem o Efeito de Referência Disjunta (cf. (211d)):

Espanhol (Quer:2009):

(210) a. Quieres que creamos que tienes/*tengas razón. (Spanish)

‘You want us to believe-SUB that you are-IND/*SUB right.’

b. Quieres que creamos/*creemos que tienes razón.

‘You want us to believe-SUB/*IND that you are-IND right.’

c. Quieres que creamos/*creyéramos que tienes razón.

‘You want us to believe-SUB.PRS/*PST that you are-IND right.’

d. Quieres que creamos/*creas que tienes razón

‘You want us/*you to believe-SUB.1PL/*2SG that you are-IND right.’

(211) a. No piensa que creas que tienes/tengas razón.

‘S/he does not think you believe-SUB that you are-IND/SUB right.’

b. No piensa que creamos/creemos que tienes razón.

‘S/he does not think you believe -SUB/IND that you are-IND right.’

c. No piensa que creamos/creyéramos que tienes razón.

‘S/he does not think you believe/d-SUB.PRS/PST that you are-IND right.’

d. No piensa que crea realmente que tienes razón

‘S/he_i does not think s/he_{i/j} really believes-SUB that you are-IND right.’

Esta divisão parece corresponder aproximadamente aos resultados obtidos aqui ao verificar as propriedades temporais e o comportamento de itens de polaridade positiva e negativa no modo subjuntivo. Os predicados de volição e os desiderativos

selecionam invariavelmente o modo subjuntivo (Subjuntivo-R). Eles corresponderiam à classe do Subjuntivo Intensional, que apresenta maiores restrições temporais e uma interpretação particular dos itens de polaridade.

Outros verbos podem selecionar o subjuntivo quando negados. Este é o caso típico do Subjuntivo Polar, que aqui estamos tratando como casos de Subjuntivo-L. Verbos epistêmicos e factivos-emotivos, que selecionam, além do indicativo, complementos também no modo subjuntivo, são mais controversos e apresentam maior variação de comportamento nas línguas (Farkas 1992, Quer 1998, Kempchinsky 2009); por isso não são classificados na divisão de Stowell (1986) e Quer (1998). De qualquer maneira, aqui estamos considerando que estes casos também se acomodam na categoria de Subjuntivos-L, por apresentarem comportamento semelhante: a sua interpretação temporal e o comportamento dos itens de polaridade são semelhantes ao do modo indicativo, como vimos nas seções anteriores.

Posto isso, nos resta comentar um contraste interessante observado pelos autores: os Subjuntivos Polares podem licenciar orações subjuntivas encaixadas adjacentes (cf. (211a)), em contraste com os Subjuntivos Intensionais, que não licenciam subjuntivos como seus complementos e aparecem exclusivamente como complementos imediatos dos predicados que os selecionam (cf. (210b)):

- (212) a. Pedro não acredita que Ana pense que ele esteja/está mentindo
b. Pedro quer que Ana pense que ele tem/*tenha razão

Ao testarmos o comportamento de complementos no subjuntivo dos grupos de verbos que vimos discutindo aqui, notamos que a assimetria apontada acima se mantém: crucialmente, os predicados-R são licenciadores “locais”, que se comportam como os subjuntivos *intensionais*, enquanto os predicados-L possibilitam duplo encaixamento de orações subjuntivas, como o contraste abaixo ilustra:

Subjuntivo-R:

- (213) a. Pedro quer que Ana pense que ele tem/*tenha razão
b. Pedro recomendou que Ana dissesse que ela ia/*fosse participar do congresso

Subjuntivo-L:

- (214) a. Pedro lamentou que Ana pensasse que ele estivesse/estava mentindo
b. Pedro duvida que Ana pense que ele esteja/estivesse mentindo

Esses fatos evidenciam que os complementos subjuntivos selecionados por predicados-R são restritos em termos de localidade, o que é compatível com a proposta de que estes complementos estabelecem concordância temporal com a matriz na sintaxe. Como vimos na seção anterior, um complemento subjuntivo-R precisa concordar localmente à sua matriz (condição de localidade para a regra SOT, (Hornstein 1990),) isto é, ter o seu C acessível em uma mesma fase para estabelecer a concordância com v subordinante. Se isso é correto, outras orações subjuntivas-R não podem ser licenciadas como seus complementos (cf. (213)), já que não teriam seus traços de C checados no ponto derivacional relevante, como representado abaixo:

- (215) *Pedro quer que Ana pense que ele tenha razão.

- (216) a. $v_3 [t:?] V [CP_2 C_2 [t:?] [Ana [AspP_2 Asp_2 [tR] [vP v_2 [t:?] V [CP_1 C_1 [t:?] [ele [AspP Asp_1 [tR] [vP v_1 razão]]]]]]]]]$
b. $[CP_2 C_3 [t:v] [Ana [AspP_3 Asp_3 [tR] [vP v_3 [t:?] V [CP_2 C_2 [t:?] [Ana [AspP_2 Asp_2 [tR] [vP v_2 [t:?] V [CP_1 C_1 [t:?] [ele [AspP Asp_1 [tR] [vP v_1 razão]]]]]]]]]]]]]$

Em (216a), v_3 ainda poderia concordar com C_2 , possibilitando a valoração dos traços entre vs e Cs de todas as orações. Como vimos na seção 2.6, de acordo com PIC (Chomsky 2001), v_3 é núcleo de fase, mas ainda tem acesso a C_2 (e v_2). Nesse passo derivacional, v_2 , sendo uma sonda ($v [t:?]$), ainda pode valorar traços de seu complemento C_1 (fase fraca), como um mecanismo de último recurso, como assumido por mim na seção anterior. No entanto, somente no passo em (216b), o valor de v_2 é atribuído. Nesse passo, C_3 concorda com v_3 , que por sua vez ainda pode valor C_2 (e v_2 , portanto), nos termos especificados na seção anterior. Nessa estrutura, o complemento de v_2 já sofreu *Transfer* e está inerte para a computação:

(217)

Assim, não há como C₁ receber o valor que C₃ atribui para seu complemento imediato (C₂), por meio de v₁, no componente sintático. Como a estrutura (sentença mais encaixada) não teve seus traços valorados na sintaxe, ela só pode convergir como infinitivo:

- (218) a. Pedro quer que Ana pense **ter** razão/ **estar** com a razão
 b. Os professores não querem que os alunos pensem em **faltar** aula.
 c. O professor exigiu que alguém aceitasse **organizar** o congresso

Esses dados reforçam a proposta aqui de que subjuntivos-R, ao contrário de infinitivos, devem ter seus traços licenciados localmente na sintaxe. O infinitivo é a forma que pode carregar traços *default* em termos morfológicos quando estes não são valorados/licenciados na sintaxe.

Em contraste com os subjuntivos-L e indicativos, permitidos no mesmo contexto (ver exemplo (212) acima) livremente, por não terem traços dependentes com respeito à matriz. Assim, qualquer que seja o condicionamento ou seleção do

modo subjuntivo nas orações encaixadas em (214), elas não estão sujeitas a mesma natureza de licenciamento do subjuntivo-R⁹⁶. Como vimos ao longo deste trabalho, o subjuntivo-L não mostra os mesmos efeitos de transparência e o mesmo grau de deficiência temporal dos subjuntivos-R, o que parece confirmar a diferente natureza desses complementos.

Na seção seguinte, veremos uma alternativa para dar conta de estruturas de controle obrigatório de objeto em subjuntivos-R.

3.7 Controle de Objeto

Havíamos apontado para uma assimetria interessante com respeito ao subjuntivo-R: apesar de não licenciar o controle obrigatório de sujeito (com morfologia de subjuntivo, como já explicado), o controle obrigatório de objeto é possível, como o contraste abaixo mostra:

(219) *Paulo_i quer [t_i que ganhe a corrida]

(220) a. Pedro sugeriu pro Luis_i que [t_i participasse da organização do evento]
b. Pedro recomendou pro Luis_i [t_i que participasse do congresso]

A estrutura abstrata de (220) está abaixo em (221):

(221) [DP₁ [sugerir [DP₂ [PRO*_{1/2} participar da organização ...]]]]

De acordo com a teoria de controle por movimento, o movimento a partir da posição de PRO (entendido como cópia) para a posição DP₁ deve ser banido por DP₂ causar um efeito de minimalidade (Rosenbaum 1970). DP₂ pode intervir entre DP₁ e PRO se ele c-comandar PRO e DP₁ c-comandar DP₂ e PRO. Uma vez que os complementos relevantes em (220) são preposicionados⁹⁷, devemos primeiramente

⁹⁶ Ver seção XX sobre possíveis abordagens para esse condicionamento/seleção.

⁹⁷ Para o mesmo contexto em espanhol, a preposição *a* é em geral selecionada para verbos directivos como *forçar*, *obrigar* e *animar*, (Kempchinsky 1986). Essa preposição foi analisada como marcadora de

confirmar se DP₂ nessas estruturas de subjuntivo-R se comporta como objetos diretos, satisfazendo os requerimentos de localidade e minimalidade previstos em estruturas de controle. Vejamos alguns argumentos de que esse é, de fato, o caso.

Retomo aqui Boeckx, Hornstein e Nunes (2010), ao tratarem de controle de objeto e minimalidade. Os autores mostram comportamentos diferentes no inglês entre verbos bitransitivos que requerem o controle de objeto (cf. (222)), verbos que requerem o controle do sujeito (cf. (223)) e aqueles que possibilitam *Control Shift*, em que o sujeito encaixado pode ser controlado tanto pelo sujeito quanto pelo objeto da oração matriz, a depender da estrutura (cf. (224)). No que segue, resumirei apenas os dois primeiros casos, relevantes para a discussão do controle de objeto no PB. No final desta seção, retomaremos os casos de *Control Shift*.

Boeckx, Hornstein e Nunes (2010:145):

(222) John persuaded Mary [PRO to wash herself/*himself]

(223) John promised Mary [PRO to wash himself]

(224) a. John asked Mary [PRO to shave herself/*himself]

b. John asked Mary [PRO to be allowed to shave himself/*herself]

Para os casos como (222), a teoria de controle por movimento captura diretamente a obrigatoriedade dessa estrutura em licenciar apenas controle de objeto, já que *Mary* é o DP c-comandante mais próximo de PRO e impossibilita a leitura de controle do sujeito *John* por considerações de minimalidade. Para mostrar que em (223), o DP *Mary* não conta como um interventor para o controle de sujeito (i. e., para o movimento da posição de sujeito da oração encaixada para sujeito da oração matriz) e, portanto, não viola minimalidade, os autores consideram que a estrutura em (223), diferentemente de (222), envolve um verdadeiro PP como complemento, sendo [DP *Mary*] o complemento de um núcleo P nulo:

Caso inerente atribuída por alguns verbos transitivos aos seus objetos, não sendo, portanto, um verdadeiro PP (Torrego 1998; Zagana 2002). Ver Kemchinsky (2009) para argumentos adicionais de que há c-comando entre os objetos (acusativos e dativos) e o complemento sentencial em estruturas do espanhol.

Boeckx, Hornstein e Nunes (2010:145):

(225) [John promised [_{XP} X Mary] [t to wash himself]]

↑-----OK-----m

Entre outros argumentos, os autores mostram que o complemento *Mary* se comporta como o alvo de estruturas de duplo objeto do inglês, que quando fronteado, aparece sem sua preposição, como em (223) acima e (226b) abaixo, visíveis na ordem inversa, como em (226) e (227a) abaixo:

Boeckx, Hornstein e Nunes (2010:145):

(226) I didn't promise this to Mary.

(227) a. John gave a present to Mary.

b. John gave Mary a present.

Além disso, o objeto de *promise* se comporta da mesma maneira que os complementos alvo de estruturas de duplo objeto (respectivamente sentenças em (b) e (c) nos exemplos de (228)-(230) abaixo) e diferente dos complementos diretos dos verbos como *persuade* (sentenças em (a)), na medida em que os primeiros impossibilitam movimento QU (cf. (228)), deslocamento de NPs pesados (cf. (229)) e predicados secundários (cf. (230)):

Boeckx, Hornstein e Nunes (2010:148):

(228) a. Who_i did you persuade t_i to leave the party?

b. *Who_i did you promise t_i to leave the party?

c. *Who_i did you give t_i a book?

(229) a. You persuaded t_i to leave [the party every man that you met]_i

b. *You promised t_i to leave [the party every man that you met]_i

c. *You gave t_i a book [every man that you met]_i

- (230) a. John persuaded Mary_i to go to the party undressed_i
 b. *John promised Mary_i to go to the party undressed_i
 c. *John gave Mary₁ a book undressed₁

Diferentemente do complemento alvo de estruturas de complementos indiretos de verbos como *promise*, do inglês, casos de subjuntivo-R como em (199), repetido abaixo em (231), exibem controle obrigatório de objeto, apesar da preposição que aparece nestes constituintes, se aproximando do comportamento de verbos como *persuade*. Para explicar esses dados, procurarei argumentar aqui que a preposição observada em (231) é uma marca de Caso inerente (ver Chomsky 1986) e que o objeto *Luis*, portanto, interfere na computação de minimalidade nesses casos, estando em relação de c-comando com a oração subjuntiva. Desta forma, podemos explicar a leitura de controle obrigatório de objeto que estas sentenças apresentam.

- (231) a. Pedro sugeriu [pro Luis_i] [que t_i participasse da organização do evento]
 b. Pedro recomendou [pro Luis_i] [t_i que participasse do congresso]

Em primeiro lugar, vemos que o PP induz a um efeito de violação do Princípio C com respeito ao sujeito da oração completiva, mostrando que deve haver uma relação de c-comando entre esses elementos. A má-formação de (232) mostra que epítetos não são permitidos nesta configuração:

- (232) a. *Maria recomendou pro Pedro_i que o idiota_i faltasse no dia da prova
 b. *Maria sugeriu pro Pedro_i que o imbecil_i roubasse um banco

Para confirmar o estatuto da relação do CP subjuntivo encaixado e do verbo matriz, testamos o padrão de extração de elementos-QU da oração encaixada (ver Rodrigues 2004 e Nunes 2008). Como resultado, vemos que estas se comportam como verdadeiros complementos dos verbos matriz, não induzindo a efeitos de ilha⁹⁸:

⁹⁸ Note que orações correspondentes a (233) melhoram em aceitabilidade, pelo menos para certos dialetos do PB, quando apresentam uma segunda preposição encabeçando a oração completiva:

- (i) a. Quem o João sugeriu pro Pedro **pra** que ajudasse na organização do evento?

- (233) a. Quem o João sugeriu pro Pedro que ajudasse na organização do evento?
b. Quem você recomendou pro Pedro que ficasse na organização do evento?
- (234) a. O que o João sugeriu pro Pedro que a mãe dele devesse comprar pra festa?
b. O que o João recomendou pro Pedro que a mãe dele devesse comprar para a festa?
- (235) a. Com que ferramenta o mecânico sugeriu pra Maria que o marido dela devesse consertar o carro?
b. Como o professor recomendou pros alunos que fizessem a redação?

Além destes testes, vejamos como se comportam estas sentenças do PB quando comparadas com os diagnósticos similares aos de duplo-objeto do inglês. Em PB, podemos comparar o comportamento dos complementos preposicionados em questão com o de outros objetos indiretos na língua. Abaixo, notamos um contraste entre estes grupos: apenas os primeiros permitem geração na base na periferia esquerda, o que vemos respectivamente pelo contraste entre (236) e (237):

- (236) a. Ana_i, o João recomendou pra [ela]_i que assumisse a bilheteria
b. Pedro_i, o professor sugeriu pra [ele]_i que estudasse bem mais para a prova
- (237) a. João_i, Pedro não deu presente *(pra ele)_i

-
- b. Quem o João recomendou pro Pedro **pra** que organizasse o evento?

Esses dados parecem estar replicando os fatos discutidos por Nunes (2008) a respeito do estatuto dos complementos sentenciais do verbo *convencer* em PB. *Convencer* pode ter com orações completivas ou orações adjuntas. Nunes mostra que a preposição espúria *de* sempre antecede orações completivas, neste contexto, sendo uma marca de Caso inerente; já orações sem preposições são ambíguas. Ou seja, para os casos em discussão aqui, pode ser que certos dialetos estejam interpretando a presença ou não da preposição *pra* como estatuto de complemento ou adjunto dessas orações. Nesse sentido, falantes para quem (210) são marginalmente aceitáveis se tornam piores na presença de uma segunda preposição:

- (ii) a. *Maria recomendou pro Pedro_i **pra** que o idiota_i faltasse no dia da prova
b. *Maria sugeriu pro Pedro_i **pra** que o imbecil_i roubasse um banco

- b. Pedro_i, o professor falou *(pra ele_i) que foi mal na prova.

Observe que em (238), a extração do complemento em forma de elemento QU não necessita da preposição *e*, ainda mais forte, o *pied-pipping* da preposição nesses casos parece piorar a aceitabilidade das sentenças:

- (238) a. ?? Pra quem você recomendou que participasse da corrida?
b. *Pra quem você sugeriu que organizasse o evento?

Seguindo Kato e Nunes (2009) (ver também Kato (2010)), esse contraste pode ser evidência adicional de que essas preposições são realizações morfológicas de Caso inerente⁹⁹. Os autores mostram que verbos como *gostar* e *rir* selecionam por complementos nucleados pela preposição *de*.

- (239) a. Ela não riu *(d)o palhaço.
b. Ela não gostou *(d)o palhaço.

No entanto, apenas complementos do verbo *gostar* podem estar associados a um elemento deslocado à esquerda com um pronome resumptivo nulo e também apenas *gostar* admite uma sentença relativa livre com um resumptivo nulo. Esses dados são ilustrados abaixo em (240) e (241) respectivamente:

- (240) a. *[aquele palhaço]_i, ela não riu *pro_i*
b. [aquele palhaço]_i, ela não gostou *pro_i*

- (241) a. *O João sempre critica quem ele ri
b. O João sempre critica quem ele gosta

Kato e Nunes (2009) propõem que a diferença de comportamento desses predicados pode ser explicada pelos diferentes estatutos das preposições dos complementos desses verbos. Sem entrar em detalhes da análise aqui, os autores

⁹⁹ Observação feita por Jairo Nunes (c. p.).

mostram que a preposição *de* do verbo *gostar* é a realização de Caso inerente, e por isso pode ser apagada em (240b) e (241b). Já a preposição *de* faz parte das propriedades seletivas de verbos como *rir*, e por isso devem sempre estar presentes.

Como o licenciamento de Caso inerente é uma propriedade idiossincrática dos predicados, não é implausível que os verbos directivos como *sugerir*, *recomendar*, *exigir* possam licenciar um complemento interno via Caso inerente. Esta posição, quando não realizada abertamente, parece funcionar como um argumento implícito que intervém na estrutura de forma a impossibilitar o controle de sujeito, como representado na estrutura Larsoniana para bitransitivos abaixo:

(242) *Pedro_i sugeriu que t_i participasse do congresso.

(243) [_{VP} Pedro_i [_{V'} sugeriu_k + v [_{VP} pro t_k [_{CP} que t_i participasse ...congresso]]]
 ↑-----*-----m

Assumindo essa análise, temos uma explicação para a ausência de controle de sujeito nessas estruturas. O argumento implícito induz um efeito de minimalidade para o movimento do sujeito da encaixada e, além disso, o Caso inerente deve congelar qualquer DP que se mova até a posição de [Spec, VP] na matriz.

Vejamos então como a derivação de casos de controle de objeto se dá¹⁰⁰:

(244) Paulo recomendou a Ana_i [que t_i participasse do congresso]

(245) Numeração: {Paulo₁, T₁^{T+/φ+}, recomendar₁, v₁, Ana₁, T₁^{T-/φ}, participar₁, o₁, congresso₁}

Aplicações de seleção e merge

a. [_{TP1} T₁ [_{φ:u}][_{T:u}]/EPP [_{VP} Ana [_{Caso:u}]/[_{φ:v}] participar do congresso]]

Cópia + merge de [Ana] em TP1

¹⁰⁰ Para facilitar a exposição, manterei a concordância entre Ts nos exemplos. Como vimos na seção 2.6.1, essa concordância ocorre entre v da oração matriz e C da oração subjuntiva.

b. [TP₁ Ana_{[Caso:u]/[φ:v]} T₁ [φ:v][T:u]/EPP [VP ~~Ana~~ participar do congresso]]

Aplicações de seleção e merge de [recomendar], cópia + merge de [Ana] em VP

c. [VP Ana_{[Caso:Inerente]/[φ:v]} recomendar_[θObj] [TP₁ ~~Ana~~ T₁ [φ:v][T:u]/EPP [VP ~~Ana~~ participar do congresso]]]]

Aplicações de seleção e merge de [v]

d. [VP v_[θSuj] [VP Ana_{[Caso:Inerente]/[φ:v]} recomendar_[θObj] [TP₁ ~~Ana~~ T₁ [φ:v][T:u]/EPP [VP ~~Ana~~ participar do congresso]]]]

Aplicações de seleção e merge de [Paulo]

e. [VP Paulo_{[Caso:u]/[φ:v]} v_[θSuj] [VP Ana_{[Caso:Inerente]/[φ:v]} recomendar_[θObj] [TP₁ ~~Ana~~ T₁ [φ:v][T:u]/EPP [VP ~~Ana~~ participar do congresso]]]]

Aplicações de seleção e merge de [T^{T+/φ+}]

f. [TP₂ T₂ [φ:u][T:Pres]/EPP [VP Paulo_{[Caso:u]/[φ:v]} v_[θSuj] [VP Ana_{[Caso:Inerente]/[φ:v]} recomendar_[θObj] [TP₁ ~~Ana~~ T₁ [φ:v][T:u]/EPP [VP ~~Ana~~ participar do congresso]]]]]

Agrée entre T₁ e T₂

g. [TP₂ T₂ [φ:u][T:Pres]/EPP [VP Paulo_{[Caso:u]/[φ:v]} v_[θSuj] [VP Ana_{[Caso:Inerente]/[φ:v]} recomendar_[θObj] [TP₁ ~~Ana~~ T₁ [φ:v][T:Pass]/EPP [VP ~~Ana~~ participar do congresso]]]]]

Cópia + merge de [Paulo] em TP₂

h. [TP₂ Paulo_{[Caso:Nom]/[φ:v]} T₂ [φ:v][T:Pass]/EPP [VP Paulo_{[Caso:u]/[φ:v]} v_[θSuj] [VP Ana_{[Caso:DAT]/[φ:v]} recomendar_[θObj] [TP₁ ~~Ana~~ T₁ [φ:v][T:Pass]/EPP [VP ~~Ana~~ participar do congresso]]]]]

Nos passos (245a) e (245b), o sujeito Ana se move até TP₁, onde concorda com T₁ e checa EPP, mas não pode receber Caso, pois TP₁ não tem traços de Tempo. Em (245c), o verbo recomendar entra na derivação e o DP Ana se move para o VP da matriz, onde recebe papel temático e recebe Caso inerente¹⁰¹. A partir desse momento, esse DP fica indisponível para outras operações sintáticas. O passo (245d) mostra a entrada de v na derivação. Em (245e), Paulo se concatena em [Spec,vP] e checa o papel temático de argumento externo de v. Em (245f) e (245g), T₂ entra na derivação e concorda em traços-φ com o DP Paulo, e com T₁, valorando o traço de

¹⁰¹ Por ser uma marca de Caso inerente e não uma preposição verdadeira, a preposição *para* não consta na numeração, de forma que o DP *Ana* c-comande o sujeito da oração subordinada em (214), como discutido no texto. Veja-se Kato e Nunes 2009 e Kato 2010 para este ponto.

Tempo deste como [+Passado]. Por fim, em (245h), Paulo se move para o especificador de T2, onde checa EPP e valora seu Caso nominativo.

A possibilidade de controle de objeto em estruturas de Subjuntivo-R, portanto, se deve ao fato que, no passo derivacional relevante, isso é, (245c), a posição argumental disponível funciona como uma válvula de escape (*scape hatch*) para o DP Ana na posição de sujeito da oração encaixada. A disponibilidade do Caso licencia esse DP em posição de objeto, levando a uma construção de controle obrigatório.

Uma pergunta que se segue a partir destes fatos é por que não temos infinitivos não-flexionados neste contexto, concorrendo com os subjuntivos-R e, como seria previsto pela análise do capítulo anterior, aparecendo em contextos de controle obrigatório, como o de (245)? Concretamente, por que as sentenças em (246) abaixo não são bem formadas¹⁰²?

- (246) a. *O professor sugeriu pros alunos [participar do congresso]
b. Pedro recomendou pros torcedores [sentar perto da saída de emergência]

Embora não disponha de uma resposta para essa pergunta, gostaria de apontar uma propriedade dessas construções que indubitavelmente está associada à impossibilidade de infinitivos não-flexionados. Uma vez que o subjuntivo não está competindo com o infinitivo não-flexionado, o efeito de ERD é neutralizado, como ilustrado em (247):

- (247) Pedro_i recomendou pro Luis_j que ele_{i/j/g} participasse da organização do evento.

Vemos nas sentenças de (248) a (250) que, apesar de não possibilitar o infinitivo simples (sentenças em (a)), estes verbos selecionam por infinitivos flexionados (sentenças em (b)) que, opcionalmente, podem também aparecer com

¹⁰² Deve-se notar, no entanto, que as sentenças em (a) em (248) a (250) melhoram em aceitabilidade com uma pausa entre o sujeito e oração infinitiva, entonação que pode sugerir que o PP [pros alunos] e o infinitivo [participar do congresso] estejam desempenhando funções discursivas, em relação de Tópico e Foco, respectivamente, e por isso em posição especiais da periferia de vP.

dupla preposição em estruturas infinitivas de controle obrigatório (sentenças em (c))¹⁰³:

- (248) a. *O professor sugeriu pros alunos participar do máximo de palestras
b. O professor sugeriu [pros alunos participarem do máximo de palestras]
c. O professor sugeriu [pros alunos] [pra participarem do máximo de palestras]
- (249) a. *O professor pediu pros estudantes revisar a lista de exercícios.
b. O professor pediu [pros estudantes revisarem a lista de exercício]
c. O professor pediu [pros estudantes] [pra revisarem a lista de exercícios]
- (250) a. *O professor recomendou pros alunos reler o material visto em aula
b. O professor recomendou [pros alunos relerem o material visto em aula]
c. O professor recomendou [pros alunos] [pra relerem o material visto em aula]

Esse padrão pode ser explicado se considerarmos, seguindo Nunes (2010), que os infinitivos flexionados em PB podem também ser defectivos e ter só traço de número. Assim, as sentenças em (b) acima ilustram o caso quando o infinitivo tem número e pessoa, e portanto pode atribuir Caso para seu sujeito; já os casos em (c) são aqueles que em que o infinitivo tem apenas traços de número e, portanto, possibilita o movimento do sujeito, instanciando estruturas de controle.

Nas seções que seguem, veremos como a proposta de concordância temporal pode dar conta de algumas questões relacionadas ao subjuntivo e à obviação.

2.8 Outros fatos: mais evidências

Nesta seção, vamos comentar duas propriedades relacionadas ao Subjuntivo-R e como eles podem ser acomodados dentro da proposta aqui desenvolvida. Mais

¹⁰³ É interessante notar que também essas estruturas de controle com infinitivo flexionado (exemplos em (b) em (229)-(231) acima) não instanciam obviação, como ilustrado em (i):

(i) Pedro_i sugeriu pra Maria pra ela/ele/Ana participar da organização do evento.

especificamente, falaremos sobre a interpretação de itens de polaridade e a relação entre o ERD e as interpretações *de se* e *não-de se* dos pronomes em complementos-R.

2.8.1 Itens de polaridade

Na seção 2.3.1, vimos que a interpretação de itens de polaridade em complementos do Subjuntivo-R se assemelha aos padrões de interpretação dos infinitivos, mostrando transparência à negação da oração matriz, diferentemente do indicativo e subjuntivo-L, que são contextos opacos. Algumas propostas na literatura tratam que NegP é uma projeção funcional que está acima de TP, e, portanto, se uma oração pode ser negada, ela tem ao menos um TP. Wurmbrand (2001) mostra que os infinitivos de reestruturação nas línguas germânicas, por exemplo, não apresentam negação, evidência para considerar essas estruturas com simples VPs. As línguas românicas, no entanto, possibilitam negação da oração infinitiva, mesmo aquelas mais reduzidas:

- (251) a. Maria tentou não se atrasar.
b. Maria conseguiu não conversar durante a aula.

Italiano (Cinque, 2004)

- (252) a. La potrebbe anche non rivedere mai più
(He) he could even not see ever again
b. Non ci si può non pensare
One cannot not think about it

Note ainda que complementos subjuntivos e infinitivos podem ser negados no PB, independentemente de se tratar de complementos-R ou complementos-L, como respectivamente mostrado nos exemplos abaixo:

- (253) a. Pedro quer que Maria não participe da reunião.
b. Pedro preferiu não atrapalhar a reunião em andamento

- (234) a. Pedro lamentou que Maria não tenha participado da reunião.
b. Pedro lamentou não ter viajado ontem.

Aparentemente, a possibilidade de se ter uma categoria funcional de Negação nestas estruturas não é determinante para explicar o comportamento dos diferentes subjuntivos quanto ao licenciamento de IPs. Vejamos ainda mais um contraste abaixo:

- (255) a. O Pedro não quer fazer nada.
b. *O Pedro não lamenta ter feito nada
- (256) a. Ana não pediu pro Pedro falar com ninguém.
b. *Pedro não supõe ter atrapalhado ninguém durante a reunião

Nas sentenças em (a) temos complementos infinitivos de predicados-R, e como os complementos subjuntivos-R, são transparentes à negação das orações matrizes. Já as sentenças em (b) apresentam complementos infinitivos de predicados-L, que, igualmente aos seus pares subjuntivos-L, mostram-se opacos no mesmo quesito.

Dentro da abordagem desse trabalho, esses dados parecem corroborar a idéia de que predicados-L e predicados-R selecionam diferentes tipos de complemento. Lembremos que, segundo a proposta por Wurmbrand (2006, 2008), os complementos de predicados-L, apesar de possuírem um tempo semântico zero/nulo, são estruturas mais complexas e com domínio temporal independente (sem opção de reestruturação), enquanto complementos de predicados-R apresentam uma projeção modal WollP, porém não carrega traço temporal.

Nesse cenário, a necessidade de concordância temporal entre T da oração matriz e T dos complementos-R pode elucidar o contraste se assumirmos que, com a concordância, os elementos de INFL das orações são “aproximados” de forma que a oração encaixada tem acesso às informações do INFL na matriz. Podemos comparar a concordância temporal a uma reestruturação indireta, que induz efeitos semelhantes ao de infinitivos de reestruturação, que presumivelmente estão sob o escopo de um único domínio flexional, o da matriz, como já discutido. Assim, a interpretação dos

itens de polaridade é similar em complementos-R e em infinitivos de reestruturação, isto é, seus domínios são estendidos à oração matriz.

2.8.2 Interpretação *de se* e *não-de se*

A interpretação de pronomes encaixados em verbos de atitude pode variar em sua interpretação no que diz respeito às possibilidades de se expressar um pensamento de primeira pessoa ou não. Esta noção, originalmente discutida por Castañeda 1966 (ver Higginbotham 1992), é tomada pela teoria de controle por movimento como argumento para mostrar as diferentes interpretações que estruturas de controle obrigatório e coindexação pronominal podem gerar.

Constantini (2005) aponta um contraste interessante do italiano, que diz respeito às possibilidades de leitura de diferentes pronomes em contextos obviativos. Reproduzo o contexto que o autor usa, retomando Castañeda (1966) e Higginbotham (1992):

Cenário-1: Um herói de guerra sofre de amnésia e não se lembra de nenhum dos seus feitos no período de luta. Suponha que esse infeliz lê um livro sobre a guerra em que participou. Ele também lê sobre um soldado da guerra que teve atos muito importantes e de bravura. O infeliz, por sofrer de amnésia, não sabe que esse soldado sobre quem lê é ele mesmo. Ele finalmente chega à conclusão que aquele soldado da guerra é um herói.

Para descrever este cenário, seguem as seguintes sentenças:

- (257) a. **Falsa**: #O infeliz acredita ser um herói.
b. **Verdadeira**: O infeliz acredita que ele é um herói.

A sentença em (257a) é falsa, pois ela só suporta a leitura *de se*, em que o infeliz teria conhecimento a respeito do fato de ser o herói ele mesmo, o que não é o caso do cenário descrito. Já a sentença em (257b) é verdadeira neste cenário, já que

ela é ambígua entre a interpretação de primeira pessoa, *de se*, e também é compatível com uma crença (*de re*) do infeliz a respeito de outro soldado ser um herói, que, sem que seja do seu conhecimento, é ele mesmo. Essa última leitura é chamada não-*de se*.

O contraste acima reproduz um diagnóstico recorrente na literatura de controle, já que PRO controlado suporta apenas uma leitura *de se*, como é o caso do infinitivo em (257a); ao contrário, pronomes capturam a leitura non-*de se*, além da leitura *de se*, como em (245b) (Hornstein 2001, Hornstein e Pietroski 2010).

Constantini (2005) testa também a possibilidade dessas leituras com sentenças subjuntivas de obviação. Antes, devo apontar que o italiano apresenta ERD em complementos subjuntivos de verbos epistêmicos, além dos contextos canônicos de complementos de verbos volitivos e desiderativos, como o autor mostra:

Constantini (2005:75):

(258) a. Gianni₁ pensa che *pro**_{1/2} legga il libro.

Gianni₁ thinks that *pro**_{1/2} reads (SUBJ) the book

‘Gianni₁ thinks he*_{1/2}/she is reading the book’.

Retomando o *cenário-1* descrito acima, a leitura *de se* não é apropriada para a sua descrição, por isso, a inaceitabilidade do infinitivo na sentença em (259) abaixo. Por ser uma estrutura de CO, o sujeito do infinitivo de (259) só pode ser interpretada como primeira pessoa, ou seja, descrever o caso em que o soldado tem consciência de ser ele mesmo o herói de guerra. A sentença com complemento subjuntivo em (260) abaixo, com sujeito expreso (*lui*), suporta uma interpretação non-*de se*, sendo, portanto, verdadeira para descrever do cenário¹⁰⁴:

Italiano (Constantini, 2005:120)

(259) **Falsa:** #Lo sfortunato sostiene di essere un eroe di guerra.

The unfortunate claims of be (INF) a hero of war

‘The unfortunate claims to be a war hero’.

¹⁰⁴ A sentença em (248), no entanto, não suporta a leitura *de se*, ou seja, não poderia ser usada para descrever a situação do pensamento ou atitude de primeira pessoa.

Italiano (Constantini, 2005:119)

(260) **Verdadeira:** Lo sfortunato pensa che lui sia l'eroe di guerra.

The unfortunate thinks that he is (SUBJ) the hero of war

'The unfortunate man thinks he is the war hero'.

O autor observa um contraste entre a sentença em (260) e a sentença abaixo em (261), que diferem minimamente na realização do sujeito pronominal: o sujeito da oração subjuntiva abaixo é *pro*, em contraste com o sujeito *lui* em (260). Em (261), a leitura *non-de se* não é possível (ver nota 120), a sentença só é verdadeira para o contexto em que o infeliz tem uma crença *de re* sobre outra pessoa que não ele, por exemplo. Portanto, não poderia ser usada para descrever o *cenário-1*.

Italiano (Constantini, 2005:119)

(261) **Falsa:** #Lo sfortunato pensa che *pro* sia l'eroe di guerra.

The unfortunate thinks that *pro* is (subj) the hero of war

'The unfortunate man thinks he/she is the war hero'

Constantini chega à conclusão de que contextos obviativos são aqueles que impossibilitam a leitura *de se* e *non-de se*, e só podem ser interpretado como *de re*, em que a referência entre os pronomes não é idêntica. Este é o caso de pronomes nulos em contextos obviativos (cf. (261)).

Vamos observar o comportamento de sentenças obviativas do PB a esse respeito. Para isso, reproduzirei o cenário descrito por Schlenker (2002):

Cenário-2: Paulo está tão bêbado que ele esqueceu que é um candidato nas eleições.

Ele vê alguém na TV e acha que aquele é um excelente candidato, que definitivamente deveria ganhar as eleições. Paulo não tem conhecimento, no entanto, de que aquele candidato é ele próprio.

Para descrever esse cenário, temos as seguintes sentenças:

(262) a. **Falsa:** #Paulo quer ganhar as eleições.

b. **Verdadeira:** Paulo quer que ele ganhe as eleições.

A sentença em (262a) é falsa. Ela envolve uma estrutura de CO, que, como já vimos, só suporta a leitura *de se*, em que o desejo do Paulo teria sido na forma *Eu quero ser eleito*. Já a sentença em (262b) pode ser verdadeira para estes casos, por ser compatível com uma crença *de re* de Paulo a respeito de uma pessoa, que, sem o seu conhecimento, é Paulo ele mesmo.

Nesses casos, os contextos obviativos (i. e. (263b)) permitem uma leitura não-*de se* no PB. Mas note que (263b) não é ambígua entre a interpretação não-*de se* e *de se*, como os pronomes em sentenças indicativas (ver contraste em de (257) acima). Ou seja, para o PB, o ERD parece restringir apenas o licenciamento de uma leitura *de se* para a sentença.

Compare ainda o contraste com o complemento subjuntivo de orações não-obviativas no PB¹⁰⁵:

- (263) a. Paulo_i espera que [_i ganhe as eleições]
b. Paulo_i espera que ele_{i/j} ganhe as eleições.

Lembremos que o verbo *esperar* não é obviativo no PB, e, como já explicado, esses verbos possibilitam o controle obrigatório com subjuntivo, como em (263a). A sentença em (263a) não poderia descrever o cenário acima, por se tratar de controle obrigatório e ter uma interpretação necessariamente *de se*. Ao contrário, (263b) permite uma leitura não-*de se*. Em contraste com (262b), essa sentença é também compatível com uma leitura *de se*, em que o *Paulo* faz uma observação sobre si mesmo, do tipo: *Eu espero ganhar a eleição*. Parece, portanto, que o efeito obviativo pode ser refinado em termos interpretativos, e incide sob a leitura *de se* dos pronomes.

Comparando as possíveis interpretações do PB com os exemplos acima descritos do Italiano, vemos que o italiano apresenta um contexto “fortemente obviativo”, em que a correferência é banida em qualquer leitura (*de se* ou non-*de se*).

¹⁰⁵ De acordo com Constantini 2005, complementos subjuntivos do verbo *esperar* mostram ERD no italiano.

Esse é o caso do uso do pronome nulo, *pro*. Já um pronome pronunciado permite o mesmo tipo de obviação que o PB, isto é, a interpretação *non-de se* é permitida.

Para atualizar esses dados dentro da proposta desenvolvida nesse trabalho, é válido fazer algumas observações sobre a interpretação e distribuição pronominal. Hornstein e Pietroski (2010) consideram uma organização tripartida das relações entre pares de constituintes sentenciais que estão associados a um mesmo conteúdo referencial: expressões referenciais semanticamente independentes que são usadas para se referir a um mesmo conteúdo; um pronome passível de ser ligado e seu antecedente; e cópias de uma mesma expressão, em que as cópias podem ser pronunciadas em determinadas circunstâncias¹⁰⁶. Cópias requerem a identificação dos mesmos conceitos e dos mesmos índices, enquanto a correferência entre pronomes requer apenas partilhamento de índices referenciais¹⁰⁷:

Hornstein e Pietroski (2010:76)

(264) He₁ expects ~~he~~₁ to win

(265) John₂ expects he₁ will win
(coindexação)

Lembremos que o uso de pronomes ligados, ou seja, a ligação pronominal enquanto uma operação gramatical é mais custosa em termos derivacionais que a cópia e movimento. Por isso, instâncias de pronomes ligados, que funcionam como variáveis ligadas, à semelhança de anáforas e PRO, são aquelas “banidas” em contextos em que o movimento é possível.

A partir disso, voltemos aos casos de obviação. O efeito obviativo nos padrões do PB pode ser visto como uma consequência direta da proposta aqui desenvolvida: em termos de competição derivacional, os pronomes ligados são banidos em contextos em que o movimento é licenciado, ambos levam necessariamente a uma leitura *de se*. Ao testar um contexto relevante, isto é, o *Cenário-2*, em que essas

¹⁰⁶ Hornstein 2007, Hornstein e Pietroski 2010 consideram as anáforas do inglês, como *himself/herself*, como cópias associadas a uma pronúncia anafórica.

¹⁰⁷ Ver Hornstein e Pietroski 2010 para detalhes da distinção semântica que cada possibilidade implica e como isso implica que cópias tenham uma interpretação exclusivamente *de se*.

alternativas são falsas/inapropriadas, a oração subjuntiva em (262b) é verdadeira e pode capturar a leitura *non-de se*, já que nada impede que um pronome sofra co-indexação “arbitraria” (ver representação em (265) acima) nesse contexto.

O contraste apontado por Constantini (2005), no entanto, parece um tanto inesperado: pronomes nulos (*pros*) em orações subjuntivas obviativas devem ter leitura disjunta do sujeito da matriz para todos os casos, não aceitando leitura *de se* nem *non-de se*, enquanto pronomes realizados foneticamente aceitam uma leitura *non-de se* no mesmo contexto. Interpretando essa assimetria em termos de uma visão tripartida dos pronomes, como a proposta por Cardinaletti e Starke (1999), podemos propor uma explicação para os fatos do italiano. Em geral, os pronomes nulos nas línguas *pro-drop* são considerados como proformas fracas, e contrastam em várias propriedades com os proformas fortes (os pronomes nominativos com realização fonológica). Os últimos são considerados pronomes autônomos, que podem introduzir nova referência no discurso, são passíveis de topicalização, isolamento e podem receber foco contrastivo, por exemplo. Por outro lado, as proformas fracas, além de serem banidas nesses contextos citados, são interpretadas como pronomes ligados, adquirindo a referência relevante mais próxima ou saliente no discurso; são elas também que funcionam como variáveis ligadas em casos de antecedentes quantificados¹⁰⁸.

A partir disso, a impossibilidade de (266) abaixo de ter uma leitura *non-de se* (e *de se*) advém possivelmente do seu estatuto de pronome fraco no italiano, proforma “especializada” para contextos de leitura ligada e que aparentemente não suporta a coindexação “arbitrária” neste caso. Já o pronome forte *lui* em (267) licencia a leitura *non-de se*, mostrando-se um item lexical autônomo (em contraste com a pronominalização como operação gramatical, nos termos de Hornstein (2007)) e compatível com a coindexação no âmbito de atribuição de referências idênticas.

Italiano (Constantini, 2005:119)

(266) Lo sfortunato pensa che *pro* sia l'eroe di guerra. (**non-de se*/ **de se*)

The unfortunate thinks that *pro* is (SUBJ) the hero of war

¹⁰⁸ Ver Montalbetti 1984 para discussão semelhante e a formulação do *Avoid Pronoun Principle*.

(267) Lo sfortunato pensa che lui sia l'eroe di guerra. **(não-de se/ *de se)**

The unfortunate thinks that he is (SUBJ) the hero of war

'The unfortunate man thinks he is the war hero'.

Assim, devido à distinção morfológica que as formas pronominais apresentam no italiano, somos capazes de separar contextos radicalmente obviativos (ocorrências de *pro* e ausência de leitura *de se* e *não-de se*) e contextos obviativos que permitem a coindexação livre entre pronome (forte) e antecedente, que leva à leitura *non-de se*.

O fato de PB apresentar formas homófonas para as versões fortes e fracas de seus pronomes (ver Kato 1999) não possibilita separar esses contextos em sentenças como em (268), já que a versão forte, "independente" do pronome é sempre uma alternativa nesses casos, e por isso permite a leitura *non-de se*. A versão "ligada", aquela que compete com estruturas de controle via movimento-A, no entanto, é banida, o que resulta no ERD¹⁰⁹.

(268) Paulo quer que ele ganhe as eleições.

Portanto, diferentes graus de efeito obviação podem corroborar a proposta de que PRO e pronomes ligados competem, por gerarem leituras *de se*, nos termos de

¹⁰⁹ De acordo com essa proposta, a previsão é que os contextos em que apenas pronomes fortes são licenciados em PB possibilitem a leitura *não-de se*, como (206) do italiano. Portanto, em caso de modificação, coordenação e focalização, apenas a leitura *de se* deve ser banida, como respectivamente ilustrado abaixo. Os julgamentos para essas sentenças, no entanto, não são tão claros.

(i)	O infeliz quer que só ele ganhe uma medalha	(não-de se/ *de se)
(ii)	Paulo quer que ele e Maria ganhem as eleições	(não-de se/ *de se)
(iii)	Paulo quer que ELE ganhe as eleições	(não-de se/ *de se)

Já para contextos em que apenas pronomes fracos são possíveis, a expectativa é que ambas as leituras *de se* e *não-de se* sejam banidas, como no exemplo radicalmente obviativo em (205) do italiano. Para o PB, no entanto, é difícil serem isolados contextos que permitam exclusivamente pronomes fracos e que possam servir de teste aqui: os pronomes fracos *ele* não-animado/não-humano e *cê*, por exemplo, não podem ser usados no teste relevante para a captura de interpretações *de se*. Ainda assim, a leitura de pronome fraco em (iv) abaixo é a mais saliente em PB em contexto que não induza a uma leitura de pronome forte, como acentuação e foco contrastivo. Por isso, as sentenças obviativas como em (iv) abaixo foram marcadas como agramaticais ao longo desse trabalho. Para a indução de uma leitura *não-de se*, quando disponível em (iv) (cf. (201)), presume-se que se trata da versão forte homófona do pronome *ele*.

- (iv) *Pedro_i quer que ele_i ganhe a corrida.

Honstein (2007) e Hornstein e Pietroski (2010). Considerando a tripartição pronominal de Cardinaletti e Starke (1999), vimos que pronomes fortes levam a um efeito obviativo fraco, por serem passíveis de coindexação livre. Em contraste, os pronomes fracos deflagram efeito obviativo forte, já que funcionam necessariamente como pronomes ligados e são mais custosos, em termos derivacionais, que a alternativa de movimento, isso é, uma construção de controle (PRO).

Na seção seguinte, faremos algumas observações sobre o infinitivo no PB.

2.8.3 Infinitivos

As diferenças entre infinitivos não-flexionados e flexionados no português são tópico de grande discussão na literatura (Raposo 1987, Ambar 1998, Martins 2001, Pires 2006, Nunes 2010). Grosso modo, os infinitivos flexionados licenciam um sujeito lexical com Caso nominativo (cf. (269)) e concordam em número e pessoa com estes sujeitos (apesar de nem sempre apresentarem flexão)¹¹⁰, enquanto os infinitivos não-flexionados não licenciam sujeito lexical e formam construções de controle obrigatório com o verbo da matriz, como mostrado respectivamente por (260a) e (270b):

(269) a. Pedro saiu antes de *Ana chegar*.

b. *O treinador ficou satisfeito depois dos jogadores treinar por horas seguidas

(270) a. *Os professores tentaram os alunos viajarem para o congresso.

b. Pedro tentou ligar para Maria

A distribuição dos complementos infinitivos é sujeita à seleção dos predicados matriz. Infinitivos flexionados, por exemplo, podem ser selecionados por predicados de verbos de percepção, como em (271a) abaixo, predicados impessoais, como em (271b), orações adjuntas (cf. (269a) acima) e o já comentado *esperar* ('aguardar') (ver nota 81):

¹¹⁰ Ver seção 1.2 para paradigmas das formas infinitivas no PB e PE.

- (271) a. Os professores viram os alunos conversarem durante a prova.
b. É necessário participarmos das reuniões do grupo

Já o infinitivo não-flexionado ocorre como complemento de verbos variados, como *tentar* (cf. (270)) e o já comentado *esperar* ('ter esperança').

No que concerne aos grupos de verbos que selecionam o modo subjuntivo discutidos neste trabalho, isto é, predicados-R e predicados-L, vemos que apenas predicados-L licenciam complementos infinitivos flexionados verdadeiros:

Predicados-L

- (272) a. O professor lamentou os alunos terem colado no exame.
b. Eu acho uma pena os políticos serem tão corruptos nesse país.

Predicados-R

- (273) a. *Os políticos querem **(eles/seus candidatos) ganharem** as eleições
b. O professor prefere **(ele/seus alunos) organizarem** o grupo de estudos

Tanto predicados-R quanto predicados-L licenciam complementos infinitivos não-flexionados, ou seja, casos de controle obrigatório, em que, como argumentado por Pires (2006) e Nunes (2008, 2009, a sair), o sujeito da oração infinitiva não recebe caso por se tratar de estruturas defectivas em traços- ϕ , e por isso podem se mover para a oração matriz:

Predicados-R

- (274) Os professores querem **participar** da reunião

Predicados-L

- (275) Os alunos duvidam ter atrapalhado a aula

Há, no entanto, um contraste com relação aos complementos infinitivos desses predicados: apesar de ambos levarem ao controle obrigatório, ou seja, esses infinitivos

não licenciam com Caso um sujeito lexical, os complementos dos predicados-L, mas não dos predicados-R, possibilitam versões dos infinitivos com morfologia flexionada, como vemos pelo contraste abaixo:

Predicados-L

- (276) a. Os advogados suspeitam terem sido enganados na audiência
b. Os trabalhadores não acreditam terem sido demitidos
c. As garotas duvidam estarem grávidas
d. As garotas duvidam se falarem antes do início do show.

Predicados-R

- (277) a. *Os alunos preferem conversarem com o professor depois da aula
b. *Os professores querem participarem da reunião
c. *Os pais dos alunos desejam se reunirem com os professores

Notadamente, os casos de infinitivos com flexão em (276) remetem a proposta de Nunes (2008, 2009, a sair). O autor argumenta que o infinitivo flexionado do PB é ambíguo em versões com traços- ϕ completas e incompletas, da mesma maneira que os tempos finitos, e possibilitam o movimento do sujeito para orações matrizes e instanciando casos de controle obrigatório:

- (278) Os convidados saíram antes de ver/verem o vídeo

Os dados de hiperalçamento confirmam esse fato:

(Nunes 2008: 104)

- (279) a. É fácil/difícil desses professores elogiarem os alunos.
b. Esses professores são fáceis/difíceis de elogiarem os alunos.

Como mostrado por Nunes (2008, 2010), o caso em (279b) envolve alçamento do sujeito da oração encaixada para a posição de sujeito da oração matriz. Além da

concordância exibida em (279), o autor mostra que essas construções podem envolver expressões idiomáticas e pronomes fracos, como ilustrado em (280) e (281) abaixo:

(Nunes, 2008: 103)

(280) a. Tá bem fácil da vaca ir pro brejo.

b. A vaca tá bem fácil de ir pro brejo.

(281) a. É difícil de você elogiar alguém.

b. Cê é bem difícil de elogiar alguém

Voltemos então os dados dos predicados-L. Foi mostrado que eles não selecionam ~~per~~ complementos infinitivos flexionados (com traços- ϕ completos), já que não licenciam sujeitos com Caso Nominativo em seus complementos. Apesar disso, as formas infinitivas apresentam flexão.

Esta é mais uma evidência de que os infinitivos com flexão/concordância morfológica podem também estar associados a traços- ϕ incompletos. Temos dois pontos em que esses infinitivos se comportam de maneira atípica. Primeiro, dentro de uma perspectiva tradicional dos infinitivos no português, o fato de infinitivos canonicamente considerados não-flexionados possibilitarem complementos infinitivos com flexão parece ser inesperado, já que, somente infinitivos flexionados com traços- ϕ completos e atribuidor de Caso apresentam concordância morfológica. Em segundo lugar, quando comparados com a perspectiva de Nunes (2008, 2009, a sair), notamos que os predicados-L selecionam apenas ~~per~~ complementos infinitivos com traços- ϕ incompletos e que podem vir a ser realizados morfológicamente¹¹¹, diferentemente dos casos em (278) a (279), em que os complementos infinitivos podem sempre ter traços- ϕ completos e licenciar um sujeito com Caso.

2.9 Conclusão do capítulo

Neste capítulo, investigamos o licenciamento do sujeito nulo em orações subjuntivas do português brasileiro. Observamos que o controle obrigatório é atestado

¹¹¹ Esses fatos corroboram a proposta da ambiguidade dos Ts do PB, como argumentado por Ferreira 2000, 2009 e reinterpretado por Nunes, 2008, a sair (ver Capítulo 1).

em caso de subjuntivos-L e subjuntivos-A, porém o controle obrigatório não é possível em subjuntivos-R. Além disso, comportamentos opostos quanto a diferentes propriedades sintáticas diferem o subjuntivo-R dos subjuntivos-L e subjuntivos-A, como o quadro abaixo resume:

QUADRO 2.7

Propriedades	Subjuntivo-A	Subjuntivo-L	Subjuntivo-R
Seleção	*	Indicativo, Subjuntivo, Infinitivo não-flexionado, Infinitivo flexionado de controle e infinitivo flexionado	Subjuntivo, Infinitivo não-flexionado
Controle obrigatório	+	+	-
ERD	-	-	+
Transparência em relação aos IPs	-	-	+
Tempo morfológico	Livre	Livre	Anafórico
DAR	+	+	-

Para dar conta desses contrastes, propomos que os subjuntivos-R e infinitivos competem derivacionalmente em contextos como em (282), considerando que eles compartilham de uma mesma numeração por serem ambos defectivos em Tempo. Isso explica a inaceitabilidade de (282b), já que estruturas de controle obrigatório nesse domínio são geradas como infinitivos.

- (282) a. João_i quer $t_i/*_j$ ganhar a corrida
 b. *João quer que t ganhe a corrida

Foi proposto também que ausência de traço temporal e a possibilidade de comparar as estruturas em (282) podem também explicar o efeito de obviação pronominal observado exclusivamente em Subjuntivos-R:

(283) *João_i quer que *e/e_i* leia um livro por semana

3.0 O SUBJUNTIVO LICENCIADO POR ADVÉRBIOS

3.1 O sujeito nulo

Partindo do quadro teórico exposto no Capítulo 1, me deterei aqui em examinar um contexto particular que envolve o uso do subjuntivo como oração complemento: orações subjuntivas licenciadas por um advérbio modal, como *talvez/possivelmente*, o caso dos Subjuntivos-A. Como vimos no capítulo anterior, o subjuntivo-A tem as propriedades de um domínio finito, apresentando controle obrigatório de sujeito (cf. (1)), bem como orações subjuntivas-L e indicativas do PB, ilustrados em (2a) e (2b), respectivamente, e em contraste com os contextos obviativos formados em subjuntivos-R, resistentes ao controle (cf. (3)).

(1) O João_i acha que talvez *t_i* vá no cinema hoje

(2) a. João_i não acredita que *t_i* vá no cinema hoje
b. Pedro_i disse que *t_i* perdeu as chaves de casa.

(3) *João_i quer/deseja que *t_i* ganhe a corrida

Ao serem aplicados os testes relevantes (cf. Ferreira 2000, 2009, Hornstein 2001, Rodrigues 2004) comentados na seção 2.1.1, observamos também que o sujeito nulo de sentenças subjuntivas encaixadas licenciadas por *talvez* exibe os mesmos diagnósticos que PRO controlado, podendo ser analisado como uma cópia apagada deixada por um movimento-A.

De acordo com estes resultados, podemos considerar que o sujeito nulo das orações subjuntivas licenciadas por advérbios apresenta o mesmo estatuto teórico do sujeito nulo das orações indicativas no PB, ou seja, é uma cópia apagada resultante de um movimento sintático. Nessa perspectiva, a derivação da sentença em (4) abaixo se dá de acordo com a estrutura em (5):

- (5) a. João acha que talvez vá no cinema hoje.
 b. [TP João T [VP ~~João~~ acha [CP que [TP ~~João~~ T talvez [VP ~~João~~ vá no cinema hoje]]]]]

Levando em conta o comportamento destes complementos subjuntivos, veremos nas próximas seções algumas restrições impostas ao seu licenciamento, que merecem um olhar diferenciado dos casos de complementos subjuntivos lexicalmente selecionados pelo verbo subordinador. Os complementos subjuntivos quando licenciado por advérbios não foram discutidos nos estudos do modo subjuntivo aqui comentados. Faz-se necessário, portanto, também caracterizar o modo subjuntivo que aparece neste contexto, principalmente a partir do seu comportamento quanto ao licenciamento de um sujeito nulo¹¹².

Dentro das perspectivas até aqui observadas, é possível separar o modo subjuntivo acompanhado de advérbios dos demais casos de subjuntivo (Restrito e Livre), já que o primeiro não envolve seleção de predicado nem a presença de nenhum tipo de gatilho ou licenciador que esteja fora da oração subjuntiva. Apesar de as orações subjuntivas com advérbios seguirem o comportamento do Subjuntivo-L quanto às propriedades aqui referidas, há uma importante diferença entre estes dois tipos de subjuntivo: enquanto o Subjuntivo-L se apresenta em contextos de alternância com o modo indicativo, o mesmo não ocorre com o subjuntivo licenciado por

¹¹² Há também outros elementos que podem desencadear efeitos semelhantes aos advérbios *talvez*, *possivelmente* e *provavelmente*. São advérbios que introduzem orações adverbiais adversativas (cf. (ia)) e expressões de esperança que introduzem sentenças, como *tomara*, *oxalá*, *Deus ajude* (cf. (ib)), já que exigem o uso no modo subjuntivo em sua presença:

- (i) a. Maria vai viajar, mesmo que/ainda que/ embora João não **concorde** com isso.
 b. Tomara que Maria **consiga** entrar na faculdade esse ano.

advérbios; a morfologia de subjuntivo é a única possível neste ambiente, como ilustrado no contraste abaixo¹¹³:

(6) João não acredita que Maria venha (SUBJ)/vem(IND)

(7) João disse que Maria talvez venha (SUBJ)/*vem(IND)

Na próxima seção, trago evidências independentes para tratar diferentemente os dois casos de subjuntivo discutidos aqui.

3.2 O advérbio: consequências e seleção

Os advérbios modais, e.g. *talvez*, *possivelmente* e *provavelmente*, são os licenciadores da morfologia de subjuntivo nas orações como em (8) abaixo. Seguindo propostas recentes na literatura de que no domínio do CP são codificadas informações relevantes que vão determinar o modo verbal, bem como outros elementos da interpretação da proposição (Laka 1990, Rizzi 1997, Zanuttini 1997, Chomsky 2008)¹¹⁴, explorarei aqui a possibilidade de que o advérbio modal se concatena a um sintagma proposicional, licenciando o uso do modo subjuntivo nestas orações¹¹⁵ por requerimentos seletivos desse advérbio. Vamos assumir, para efeito de apresentação desse trabalho, que os advérbios modifiquem *MoodP*.

(8) João_i disse que talvez/possivelmente *t_i* **vá** no cinema hoje

Com esta proposta em mente, trago a seguir evidências de restrições sintáticas na determinação do modo nesse tipo de sentença.

¹¹³ Embora alguns dialetos do PB pareçam aceitar também o indicativo neste contexto. Este ponto fica em aberto para investigação futura.

¹¹⁴ Veja-se, sobre isso, a seção 2.2.2, bem como referências adicionais.

¹¹⁵ Sigo sugestão de abordagem feita por Marcelo Ferreira (c. p.).

Em primeiro lugar, é importante mencionar que o predicado da matriz seleciona complementos no modo indicativo. O contraste entre as sentenças em (9) e (10) abaixo indica a estrita necessidade da presença de um advérbio modal para que o verbo se apresente no subjuntivo (ver nota 1); de forma contrária, só o modo indicativo é possível (cf. (10)):

(9) *João disse que (ele) **vá** no cinema hoje (**SUBJUNTIVO**)

(10) João disse que (ele) **vai** no cinema hoje (**INDICATIVO**)

Além disso, vejamos que os pares de sentença em (11) abaixo mostram uma restrição de localidade entre *talvez* e o verbo na determinação do modo verbal: quando o advérbio *talvez* modifica MoodP, o verbo aparece exclusivamente no modo subjuntivo.

(11) a.* O candidato disse que **talvez viaja** pra São Paulo (hoje) (**INDICATIVO**)

b. O candidato disse que **talvez viaje** pra São Paulo (hoje) (**SUBJUNTIVO**)

Em contraste, quando o advérbio *talvez* é concatenado em outro ponto da estrutura – presumivelmente, não modificando a proposição encaixada –, como nas sentenças em (12), obtemos o padrão oposto e apenas a forma indicativa do verbo é licenciada.

(12) a. O candidato disse que **viaja talvez** pra São Paulo (hoje) (**INDICATIVO**)

b. *O candidato disse que **viaje talvez** pra São Paulo (hoje) (**SUBJUNTIVO**)

Em (12), *talvez* é concatenado a uma posição abaixo de TP, possivelmente logo acima do sintagma locativo, posição em que não c-comanda o TP. Isso pode ser evidenciado pelas diferentes interpretações que as sentenças (11b) e (12a) acima podem exibir. Em (11b), quando TP está sob escopo do advérbio, a dúvida resultante da semântica modal de *talvez* pode incidir sobre a realização da viagem e/ou sobre o lugar-alvo do evento. Portanto, pode-se interpretar em (11b) que não é certo se o

candidato viajaria e/ou também não há certeza quanto ao fato da viagem ter como destino São Paulo.

Já na sentença (12a), a dúvida modal conferida pelo advérbio incide apenas sobre o destino na viagem, a viagem em si é tomada como um evento futuro certo/programado. *Talvez* não tem escopo sobre o TP, e por isso não induz ao uso do subjuntivo. Se isso for correto, podemos dar conta da morfologia do indicativo e da interpretação desta sentença.

Vejamos mais alguns exemplos que evidenciam que o uso do modo subjuntivo está associado à modificação de uma estrutura proposicional pelo do advérbio epistêmico. O contraste em orações raiz em (13) repete o padrão esperado: o indicativo não é licenciado sob escopo do advérbio.

- (13) a. *João ***talvez deu*** esse livro pra Maria (**INDICATIVO**)
b. João ***talvez tenha*** dado esse livro pra Maria (**SUBJUNTIVO**)

Curiosamente, o par em (14) abaixo parece fugir ao padrão esperado:

- (14) a. ***Talvez*** pra Maria João ***deu*** esse livro (**INDICATIVO**)
b. ***Talvez*** pra Maria João ***tenha*** dado esse livro (**SUBJUNTIVO**)

A sentença (14a) apresenta o verbo no modo indicativo após o advérbio e é bem-formada, contrário ao esperado pela nossa proposta. Observando em mais detalhes, vemos que esse caso de exceção é apenas aparente. O advérbio, aqui, está concatenado a um tópico/foco sentencial na periferia esquerda da sentença e tem escopo somente sobre esse elemento. Por isso, enquanto em (14b), a dúvida causada por *talvez* pode incidir sobre o evento e/ou qualquer um dos seus complementos, em (14a), a dúvida recai sobre o constituinte topicalizado, no caso, o objeto indireto da sentença.

Podemos considerar que, em (14a), *talvez* esteja dentro do PP topicalizado *Talvez pra Maria* e não tenha escopo fora dele, não intervindo no estabelecimento do modo verbal da oração, nesse caso estabelecida pelo verbo *dar*, resultando na

morfologia de indicativo. A sentença abaixo com o verbo indicativo reforça esta possibilidade:

(15) Pedro disse [_C que [**talvez** pra Maria] [_{MoodP} [_{TP} **deu** esse livro]]]

Para explicar a boa-formação da sentença em (14b) com o modo subjuntivo, podemos imaginar que *talvez* esteja fora do PP topicalizado [pra Maria] e c-comande todo o TP, instanciando o modo subjuntivo. Outra alternativa é considerar que o tópico/foco aparece em diferentes posições em (14a) e (14b), como respectivamente representado em (16a) e (16b):

- (16) a. [_{CP} [_{MoodP} [_{FocusP} **Talvez** pra Maria *Foc* [_{TP} João **deu** esse livro]]]]
(INDICATIVO)
 b. [_{TopP} **Talvez** pra Maria *Top* [_{CP} [_{MoodP} [_{TP} João **tenha** dado esse livro]]]] **(SUBJ)**

O advérbio em (16b) tem escopo sobre toda a proposição, incluindo MoodP, o que justifica o uso do subjuntivo para estes casos. Retomaremos configurações semelhantes na seção seguinte. Independentemente da posição específica do tópico/foco, o crucial aqui para esta proposta é que *talvez* possa se concatenar a diferentes estruturas nas sentenças, de forma a determinar o uso do modo subjuntivo (ou não) a depender do nível frasal que este elemento modifica.

Os dados em (13)/(14) nos mostram duas coisas: em primeiro lugar, não é uma relação de ordem entre verbo-*talvez* que determina o modo verbal nestes casos, como os contrastes de (11) a (12) podem sugerir à primeira vista; em segundo, a posição do advérbio na estrutura sintática define a escolha dos modos, mais especificamente, qual estrutura está sendo modificada e fica sob o escopo do advérbio é fundamental para se determinar o modo das sentenças aqui.

Fatos do espanhol¹¹⁶ corroboram esta análise. No espanhol, uma oração com *tal vez* pode apresentar um verbo tanto no modo indicativo quanto no modo subjuntivo (cf. (17)). Mas, no caso de haver uma inversão entre *tal vez* e o verbo, apenas o modo indicativo é permitido, como ilustrado no contraste em (18) abaixo:

¹¹⁶ Estes dados me foram apontados por Josep Quer (c. p.).

- (17) a. Juan dice/ha dicho que ***tal vez*** se *compre* um coche nuevo (**SUBJUNTIVO**)
 b. Juan dice/ha dicho que ***tal vez*** se *comprará* um coche nuevo (**INDICATIVO**)
- (18) a. *Juan dice/ha dicho que se *compre* ***tal vez*** um coche nuevo (**SUBJUNTIVO**)
 b. Juan dice/ha dicho que se *comprará* ***tal vez*** um coche nuevo (**INDICATIVO**)

Para o espanhol¹¹⁷, portanto, há uma alomorfia entre os modos quando seguem o advérbio. No contexto pré-adverbial, no entanto, a forma verbal subjuntiva nunca é licenciada, assim como no PB. Esquemáticamente, temos:

- (19) a. V(Indicativo)/ *V(Subjuntivo) ***talvez***
 b. ***talvez*** V(Indicativo)/ V(Subjuntivo)

Como discutido, parece claro que advérbios modais do tipo *talvez* intervenham na escolha de traços morfossintáticos relevantes para a determinação do modo verbal no PB. Para o espanhol, podemos considerar que o advérbio pode ou não instanciar o subjuntivo, quando mantém escopo sobre a proposição. É crucial, no entanto, observar que também no espanhol, no contexto pré-adverbial (cf. (17a)) (ausência de c-comando e escopo da proposição), a forma verbal subjuntiva nunca é licenciada, uma vez que não há contexto para a inserção do modo subjuntivo pelo advérbio não ter escopo sobre o MoodP do complemento/proposição .

3.3 Outro Subjuntivo: mas qual?

Posto isso, passo para um último conjunto de contrastes que corroboram a hipótese de que a presença (na sintaxe) de um advérbio modifica a proposição encaixada, de forma a requerer o modo subjuntivo nessas sentenças.

¹¹⁷ Há dialetos no PB que apresentam os mesmos julgamentos que o espanhol.

(20) ***Talvez** os professores confirmam(**INDIC**) que os alunos participem(**SUBJ**)do congresso.

(21) **Talvez** os professores confirmem(**SUBJ**) que os alunos(**SUBJ**) participem do congresso.

A inaceitabilidade de (20) mostra que a presença de um advérbio na oração matriz não licencia o modo subjuntivo na oração subordinada. Em contraste, em (21), o advérbio nesta mesma posição deflagra verbos no subjuntivo em ambas as orações: na principal e na subordinada.

Esses dados reforçam que a modificação do advérbio em qualquer oração (matriz, subordinada, raiz, como visto anteriormente) tem o mesmo efeito, como exposto acima, resultando obrigatoriamente no modo subjuntivo. Assim, em (20), uma vez que o advérbio é concatenado a uma categoria proposicional e tem escopo sobre a sentença matriz, o modo subjuntivo é que deveria ser selecionado, o que explica a agramaticalidade da sentença. Além disso, (21) mostra que o efeito do advérbio pode se aplicar ciclicamente na estrutura. Como vemos pela aceitabilidade em (22) abaixo, também a morfologia de indicativo é licenciada na oração subordinada:

(22) **Talvez** os professores confirmem(**SUBJ**) que os alunos viajam(**INDIC**) ainda hoje.

Podemos pensar em uma alternativa para dar conta da ação cíclica que *talvez* admite. Em primeiro lugar, deve estar claro que o advérbio tem este efeito quando está em posição de escopo relevante na oração matriz. Desta posição, intervém na seleção do modo na oração matriz (instanciando o subjuntivo). Podemos supor que a opcionalidade do efeito cascata se dá em consequência de uma modificação no predicado matriz causado pela concatenação do advérbio nesse domínio. Suponha que, sobre o escopo do advérbio modal epistêmico, o predicado matriz, que, na ausência do advérbio, só pode ter complementos no indicativo, possa então selecionar complementos subjuntivos, devido à modificação sofrida nesse contexto.

Se este for o caso, devemos testar as propriedades desses complementos subjuntivos para verificar que tipo de subjuntivo está sendo licenciado nesse contexto:

subjuntivos-R ou subjuntivos-L. Em primeiro lugar, vejamos se sujeitos nulos são permitidos aqui:

- (23) a. *Talvez [os professores]_i confirmem que t_i participem (**SUBJ**) do congresso.
b. Talvez [os professores]_i confirmem que t_i participaram/participarão (**INDIC**) do congresso.
- (24) a. *Talvez [os professores]_i digam que t_i viajem(**SUBJ**) ainda hoje.
b. Talvez [os professores]_i digam que t_i viajam(**INDIC**) ainda hoje.
- (26) a. *Talvez [Felipe Massa]_i estivesse apostando que t_i ganhasse(**SUBJ**) a corrida desse sábado
b. Talvez [Felipe Massa]_i estivesse apostando que t_i ganhava(**INDIC**) a corrida desse sábado

Como os contrastes entre as sentenças em (a) e (b) em (23) a (25) deixam claro, o sujeito nulo só é permitido quando o indicativo é usado nas orações encaixadas. Como vemos pelos exemplos em (a) contrastam com a sentença bem formada em (21), repetida abaixo em (27), quando o subjuntivo aparece na oração encaixada, juntamente com um sujeito lexical.

- (27) Talvez os professores confirmem(**SUBJ**) que os alunos(**SUBJ**) participem do congresso.

Sabemos que os subjuntivos-R não licenciam sujeitos nulos de controle obrigatório, como argumentado no capítulo 2. Se de fato os complementos acima forem subjuntivos-R, esperamos que eles mostrem restrições temporais características desse grupo. Vejamos se isso se mantém.

Como vimos em vários pontos dessa dissertação, a regra SOT¹¹⁸ necessariamente se aplica em subjuntivos-R. Esta regra foi proposta para dar conta da interpretação temporal que tempos iguais encaixados podem ter: o C encaixado pode

¹¹⁸ A observação de que a regra SOT poderia estar em jogo me foi sugerida por Jairo Nunes (c. p.).

ter seu valor temporal independente, ancorando-se no momento da fala (tempo dêitico, leitura *Shifted*) ou pode ter seus traços ancorados no tempo do evento da matriz (quando a regra SOT se aplica). A partir disso, retomemos a opcionalidade entre complementos indicativos e subjuntivos como complementos de predicado com advérbios. Podemos observar que a morfologia de subjuntivo é exclusivamente compatível com a leitura temporal de SOT, enquanto o indicativo mostra-se independente temporalmente da oração matriz. Veja-se, por exemplo, o contraste abaixo:

(28) Pedro **talvez** tenha (**SUBJ**) dito que Maria estava (**INDIC**) dormindo.

- i. Maria dormiu por um período anterior ao momento da fala de Pedro. [**Passado**]
- ii. Maria dormia no momento da fala de Pedro. [**não-Passado – SOT**]

[Pedro PASS dizer [Maria PASS estar dormindo]] T [**passado**]

(29) Pedro **talvez** tenha (**SUBJ**) dito que Maria estivesse (**SUBJ**) dormindo.

- i. *Maria dormiu por um período anterior ao momento da fala de Pedro.
[**Passado**]

i'. * [Pedro PASS dizer [Maria PASS estar dormindo]] T [**passado**]

- ii. Maria dormia no momento da fala de Pedro. [**não-Passado – SOT**]

ii'. [Pedro PASS dizer [Maria ~~PASS~~ estar dormindo]] **SOT** = [Pedro PASS dizer λ0 [Maria 0-estar dormindo]] 0 = relativo 'agora' a partir de T matriz

Em (28), o verbo subordinado indicativo permite que o tempo PASSADO seja avaliado independentemente, ligado ao momento da fala (tempo dêitico). Desta forma, é possível se chegar a ambas as interpretações temporais (i) e (ii) para a oração encaixada, como apontado acima. Já o complemento subjuntivo em (29) é licenciado quando a regra SOT se aplica e os traços temporais da oração encaixada são avaliados

a partir da matriz. Por isso, a interpretação temporal em (i) não está disponível neste caso.

Se subjuntivos desencadeados por advérbios são subjuntivos-R, deveríamos esperar que estes complementos mostrassem efeito obviativo. No entanto, essa previsão não se confirma¹¹⁹:

- (30) a. Talvez Pedro_i diga que ele_i estivesse dormindo.
b. Talvez os [professores]_i confirmem que eles_i participem do congresso.
c. Talvez [os professores]_i digam que eles_i viajem ainda hoje

Com um comportamento misto, pode ser que o modo subjuntivo nesses casos esteja desempenhando uma função distinta das que previamente analisamos, tendo propriedades inconsistentes com os grupos classificados no capítulo anterior. De qualquer forma, de acordo com a perspectiva explorada aqui para o desencadeamento do subjuntivo-A, o contraste repetido abaixo pode ser explicado se considerarmos que ambos os TPs matriz e encaixado podem estar sob o escopo do advérbio modal quando este está em posição “alta” o bastante na estrutura, e por isso ele pode licenciar o modo subjuntivo na oração encaixada e matriz.

- (31) Pedro **talvez** tenha (**SUBJ**) dito que Maria estava (**INDIC**) dormindo.
(32) Pedro **talvez** tenha (**SUBJ**) dito que Maria estivesse (**SUBJ**) dormindo.

Além de efeitos morfológicos, obtemos diferentes ancoragem temporais, possivelmente relacionados às restrições temporais que a morfologia do subjuntivo pode carregar, como discutido na seção 2.4.

Adicionalmente, é interessante notar que também para esta alternância modal, observamos que há diferentes leituras de escopo: na sentença em (32) que apresenta subjuntivo como complemento, tanto o evento da matriz quanto o evento

¹¹⁹ Quando testamos a interpretação de Itens de Polaridade, as sentenças parecem pragmaticamente estranhas pelo acúmulo da negação e do advérbio epistêmico. Além disso, como não entrarei em profundidade no desempenho semântico desses **elementos**, prefiro não comentar esse diagnóstico aqui.

subordinado são postos em dúvida por estarem (direta ou indiretamente) sob escopo do advérbio. Em contraste, quando a sentença completiva está no indicativo (cf. (31) acima), apenas o evento da matriz é posto em dúvida, o sono de Maria (proposição encaixada) é dado como certo/pressuposto¹²⁰.

3.4 Conclusão do capítulo

Neste capítulo, apontamos que advérbios (*talvez, possivelmente*) apresentam traços incompatíveis com o modo indicativo, exigindo o uso de verbos subjuntivos quando sob seu escopo. Evidências de localidade apresentadas aqui confirmam a proposta de que esses subjuntivos são licenciados localmente por advérbios. Evidências independentes para diferenciar contextos de subjuntivo selecionados pela matriz (subjuntivos-L e subjuntivos-R) e subjuntivos-A também foram aqui trazidas.

3. CONCLUSÃO GERAL

Vimos neste capítulo que existem dois tipos diferentes de complementos subjuntivos: aqueles que se mostram dependentes quanto à oração matriz, comportando-se como os complementos indicativos, que chamamos de Subjuntivos-L(ivres) e aqueles que mostram dependência quanto à oração matriz e se comporta como complementos infinitivos, que chamamos estes de Subjuntivos-R(estritos). Abaixo segue o quadro comparativo que resume as propriedades tratadas neste trabalho para diferenciá-los:

¹²⁰ Essa assimetria de leituras de escopo é percebida também entre os pares (40) e (41).

Propriedades	Subjuntivo-L	Subjuntivo-R
Seleção	Indicativo, Subjuntivo, Infinitivo flexionado com controle obrigatório, infinitivo flexionado com sujeito lexical	Subjuntivo, Infinitivo não-flexionado
Controle obrigatório	+	-
ERD	-	+
Transparência aos IPs	-	+
Tempo semântico	Livre	Futuro/ <i>irrealis</i>
SOT obrigatório	-	+
DAR	+	-
Eventivo	- /Aux: OK	+
Estrutura	CP/TP	WolIP/CP

Foi proposto que subjuntivos-R precisam concordar em Tempo com a matriz e competem com complementos infinitivos dos predicados que os selecionam, esses complementos. Sua interpretação temporal de futuro/*irrealis*, bem como a possibilidade de licenciarem leituras eventivas foi atribuída à presença da projeção WolIP (Wurmbrand 2006, 2008). A possibilidade de movimento do sujeito depende da numeração inicial de cada estrutura, que implica resultados distintos entre si: o infinitivo, quando há movimento de sujeito e controle obrigatório, ou subjuntivo, quando mais de um DP participa da derivação.

Com isso, foi possível mostrar que o ERD nas línguas é uma consequência direta desta competição. O ERD traz uma evidência de que o domínio de ligação dos pronomes foi estendido para a oração superior. Adotando a reinterpretação dos princípios A e B em termos de competição e movimento, como proposto por Hornstein (2001, 2007), excluimos corretamente a formação de estruturas como em (1) com o

uso de pronomes ligados, tendo em vista a possibilidade de uma construção análoga que utiliza apenas em movimento, como é o caso da sentença infinitiva em (2).

(1) O João_i quer [que ele_{*i/j} ganhe a corrida]

(2) O João_i quer [*t*_i ganhar a corrida]

Referências

- ABNEY, S. **The Noun Phrase in Its Sentential Aspect**. Tese de doutorado. MIT, Cambridge, 1987.
- ABUSCH, D. **On verbs and time**. Ph.D. Dissertation. University of Massachusetts, Amherst, 1985.
- ABUSCH, D. On the temporal composition of infinitives. In **The syntax of time**. Cambridge, Mass: MIT Press, 2004. 27-53 p. Edited by Jacqueline Guéron and Jacqueline Lecarme.
- ALBOIU, G. Moving forward with Romanian backward control and raising. In **New horizons in the analysis of control and raising**. Dordrecht: Springer, 2007. 187-212 p. Edited by W. Davis & S. Dubinsky.
- ALVES NETA, A. **O uso de formas do indicativo por formas do subjuntivo no português brasileiro**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2000.
- AMBAR, M. Inflected Infinitives Revisited: Genericity and Single Event. **Canadian Journal of Linguistics/Revue Canadienne de Linguistique**, v. 43, p.5-36, 1998.
- AOUN, J. **A Grammar of Anaphora**. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts. 1985.
- AOUN, J. **Generalized Bindin**. Foris, Dordrecht. 1986.
- AVRUTIN, S. e M. Babyonyshev. Obviation in subjunctive clauses and Agr: evidence from Russian. **Natural Language and Linguistic Theory**, v. 15, p. 229-267, 1997.
- BELLETTI, A. **Generalized Verb Movement**. Turin, Rosenberg e Sellier. 1990.
- BOECKX, C. **Islands and Chains**. Amsterdam: John Benjamins. 2003.
- BOECKX, C. *Bare Syntax*. Oxford University Press. 2008.
- BOECKX, C., N. Hornstein, e J. Nunes. **Control as Movement**. Cambridge: Cambridge University Press. 2010.
- BOŠKOVIĆ, Ž. Selection and the categorial status of Infinitival Complements. **Natural Language and Linguistic Theory**, v. 14, p.269-304, 1996.
- BOŠKOVIĆ, Ž. **The syntax of nonfinite complementation: An economy approach**. Cambridge, Mass: MIT Press. 1997.

- BOUCHARD, D. The Avoid Pronoun Principle and the Elsewhere Principle. In **Proceedings of ALNE 13/NELS 13**. Amherst (Mass.): GLSA, 1983. 29-36 p. Edited by Peter Sells, Charles Jones.
- BOUCHARD, Denis. **On the Content of Empty Categories**. Dordrecht: Foris. 1984.
- Bouchard, D.** The *Binding* Theory and the Notion of Accessible SUBJECT. **Linguistic Inquiry**, v. 16, p. 117-133, **1985**.
- BRUGGER, G. e D'Angelo, M. Movement at LF triggered by mood and tense. **Folia Linguistica**, v. 29 (3-4), p. 195-221, 1995.
- CARDINALETTI, A. e M. Starke. The Typology of Structural Deficiency. A Case Study of Three Classes of Pronouns. In **Clitics in the Languages of Europe, EALT-EUROTYP 20-5**. Berlin-New York: Mouton de Gruyter, 1999. 145-233 p. Edited by Henk van Riemsdijk.
- CASTAÑEDA, Hector-Neri. He*: a Study in the Logic of Self-Consciousness. **Ratio**, v. 8, p. 130-157, 1966.
- CINQUE, G. "Restructuring" and functional structure. **University of Venice Working Papers in Linguistics**, v. 11, 2001, 45-127 p. Edited by Brugè, L.
- CINQUE, G. Restructuring and Functional Structure. In **Structures and Beyond. The Cartography of Syntactic Structures**, v. 3. New York, Oxford University Press, 2004. 132-191 p. Edited by Belletti, A.
- CHAO, W. The interpretation of null subjects: Brazilian Portuguese. **Cahiers Linguistiques d'Ottawa**, v. 11, p. 69-74, 1983.
- CHOMSKY, Noam. **Lectures on Government and Binding**. Foris. Dordrecht. 1981.
- CHOMSKY, Noam. **Knolwedge of Language**. Praeger. New York. 1986.
- CHOMSKY, Noam. Minimalist inquiries: The framework. In **Step by step: Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik**. MIT Press, Cambridge, 2000. 89-155 p. Edited by Roger Martin, David Michaels, and Juan Uriagereka.
- CHOMSKY, Noam. Derivation by phase. In **Ken Hale: A life in language**. MIT Press, Cambridge, 2001. 1-52 p. Edited by Michael Kenstowicz.
- CHOMSKY, N. **On phases**. Ms.,MIT. 2005.
- CONDORAVDI, C. Temporal interpretation of modals: Modals for the present and for the past. In **Stanford Papers on Semantics**. Stanford, Calif, CSLI Publications, 2001. Edited by David Beaver, Stefan Kaufmann, Brady Clark, and Luis Casillas.

- COPLEY, Bridget. **The semantics of the future**. Tese de doutorado. MIT, Cambridge, Mass, 2002.
- COSTANTINI, Francesco. **Subjunctive obviation: an interface perspective**. Dissertação de doutorado. Università Ca' Foscari Venezia, 2005.
- DUARTE, Maria Eugenia. **A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro**. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- EMBICK, D.; NOYER, R. Distributed Morphology and the Syntax/Morphology Interface. In **The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces**. Oxford University Press, 2004. Edited by Ramchand G. and Reiss C.
- ENÇ, M. Anchoring Conditions for Tense. **Linguistic Inquiry**, v. 18, p.633-657, 1987.
- ENÇ, M. **On the absence of the present tense morpheme in English**. Ms., University of Wisconsin, Madison, Wisconsin, 1991.
- FARKAS, D. On Obligatory Control. **Linguistics and Philosophy**, v. 11, p. 27-58, 1988.
- FARKAS, D. On obviation. In: **Lexical Matters**. CSLI Publications, Stanford, 1992. 85–109 p. Edited by Sag, I. A., Szabolsci, A.
- FARKAS, D. Assertion, belief and mood choice. Trabalho apresentado no **Workshop on Conditional and Unconditional Modality**, ESSLLI, Vienna, 2003.
- FERREIRA, M. **Argumentos nulos em português brasileiro**. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.
- FERREIRA, M. Null subjects and finite control in Brazilian Portuguese. In **Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax**. John Benjamins, Amsterdam/Philadelphia, 2009. 17-49 p. Edited by Jairo Nunes.
- FIGUEIREDO Silva, M. C. **A Posição do Sujeito no Português Brasileiro: Frases Finitas e Infinitivas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- GALVES, C. **Ensaio sobre as Gramáticas do Português**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- GIANNAKIDOU, A. **Polarity Sensitivity as (Non) veridical Dependency**. John Benjamins, Amsterdam/Philadelphia, 1998.
- GIANNAKIDOU, A. Affective dependencies. **Linguistics and Philosophy**, v. 22, p. 367–421, 1999.
- GIANNAKIDOU, A. The dependency of the subjunctive revisited: Temporal semantics and polarity. **Lingua**, v. 119, p. 1883-1908, 2009.

- GIORGI, A.; F. Pianesi. Tense, Attitudes, and Subjects. In **SALT XI: Proceedings from Semantics and Linguistic Theory XI**. Cornell University: CLC Publications, 2001. Edited by Rachel Hastings, Brendan Jackson, Zsolia Zvolenszky.
- GIORGI, A. & Pianesi, F. Complementizer deletion in Italian. In **The Structure of CP and IP**. Oxford University Press, Oxford, 2004. 190–210 p. Edited by Rizzi, L.
- GIORGI, A. A Syntactic Way to Subjunctive. **UVWPL**, v. 16, p. 66-125, 2006.
- GIORGI, A. Toward a syntax of the subjunctive mood. **Lingua**, v. 119, p. 1837-1858, 2009.
- HAEGEMAN, L. **The Syntax of Negation** (Cambridge Studies in Linguistics 75), Cambridge University Press, 1995.
- GROHMANN, K. **Prolific Domains**. John Benjamins, Amsterdam, 2003.
- HAIDER, H. **Deutsche Syntax Generativ**. Tübingen: Narr, 1993.
- HALLE, M. e A. Marantz. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In K. Hale and S. Keyser, eds., **The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger**, MIT Press, Cambridge, MA, p. 111–176, 1993.
- HALLE, M. Distributed morphology: Impoverishment and Fission, **MIT Working Papers in Linguistics**, v. 30, p. 425–449, 1997.
- HIGGINBOTHAM, J. Reference and Control. In **Control and Grammar**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1992. 79-108 p. Edited by Richard K. Larson, Sabine Iatridu, Utpal Lahiri, James Higginbotham.
- HIGGINBOTHAM, J. A Plea for Implicit Anaphora. In **Atomism and Binding**. Dordrecht: Foris, 1997. 182-203 p. Edited by Hans Bennis, Pierre Pica, Johan Rooryck.
- HORNSTEIN, N. **As time goes by: tense and universal grammar**. MIT Press, Cambridge, MA, 1990.
- HORNSTEIN, N. **Move! A Minimalist Theory of Construal**. Blackwell Publishers Inc, p. 24-71, 2001.
- HORNSTEIN, N. Pronouns in a minimalist setting. In **The Copy Theory of Movement**, Corver, N., Nunes, J. (orgs.). Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2007.
- HORNSTEIN, N e Pietroski, P. Obligatory control and local reflexives: copies as vehicles for *de se* readings. In **Movement Theory of Control**. John Benjamins Publishing

- Company, **Linguistik Aktuell/Linguistics Today**. Amsterdam/Philadelphia, 2010. 67–88 p. Edited by Hornstein, N e Polinsky, M.
- IATRIDOU, S. On nominative case assignment and a few related things. **MIT Working Papers in Linguistics** v. 19, p. 175-196, 1993.
- KAPETANGIANNI, K. e Seely, T.D. Control in Modern Greek: it's another good move. In: **New Horizons in the Grammar of Raising and Control**. Springer, The Netherlands, 2007. 111–131 p. Edited by Davies, W. D., Dubinsky, S.
- KATO, M. Strong pronouns, weak pronominals and the null subject parameter. **Probus**, v. 11, p. 1-37, 1999.
- KATO, M. e Negrão, E., editors, 2000. *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Madrid & Frankfurt am Main: Iberoamericana & Vervuert.
- Kato, M., A. M. Martins e J. Nunes (em preparação). Agreement. *The Syntax of Portuguese*, Chapter 3.
- KAUFMANN, S., 2005. Conditional truth and future reference. **Journal of Semantics**, v. 22.3, p. 231-280.
- KAYNE, R. Italian negative infinitival imperatives and clitic climbing. In **Hommages á Nicolas Ruwet, Tasmowsky**. Ghent: Communication and Cognition, 1992. 300–312 p. Edited by L. and A. Zribi-Hertz.
- KEMPCHINSKY, P. M. **Romance Subjunctive Clauses and Logical Form**. Tese de doutorado. University of California. Los Angeles, 1986.
- KEMPCHINSKY, P. What can the subjunctive disjoint reference effect tell us about the subjunctive? **Lingua**, v. 119, p. 1788-1810, 2009.
- KRAPOVA, I. Subjunctives in Bulgarian and Modern Greek. In **Comparative Syntax of Balkan Languages**. Oxford University Press, Oxford, 2001. 105–126 p. Edited by María Luisa Rivero e Angela Ralli.
- KRATZER, A. More structural analogies between pronouns and tenses. In **Proceedings from Semantics and Linguistic Theory VIII (SALT VIII)**. Ithaca, N.Y.: Cornell University, CLC Publications, 1998. Edited by D. Strolovitch e A. Lawson.
- LAKA, I. **Negation in Syntax: On the Nature of Functional Categories and Projections**. Tese de doutorado. MIT, Cambridge, 1990.
- LANDAU, I. **Elements of control: Structure and meaning in infinitival constructions**. Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers, 2000.

- LANDAU, I. The scale of finiteness and the calculus of control. **Natural Language and Linguistic Theory**, v. 22, p. 811-877, 2004.
- LEES, R.B. e E. Klima. Rules for English Pronominalization. **Language**, v. 39, p. 17-28, 1963.
- LIDZ, J. e W. Idsardi. Chains and Phon-Logical Form. In **Proceedings of the 22nd Annual Penn Linguistics Colloquium. University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics**, v. 5.1, p. 109-125, 1998.
- LUMSDEN, J. **Syntactic features: Parametric variation in the history of English**. Tese de doutorado. MIT, Cambridge, 1987.
- MANZINI, M. R. Sentential complementation. The subjunctive. In **Lexical Specification and Insertion**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000. Edited by Peter Coopmans, Martin Everaert, Jane Grimshaw.
- MARQUES, R. *Sobre o valor dos modos conjuntivo e indicativo em português*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995.
- MARTIN, R. A. **A minimalist theory of PRO and control**. Tese de doutorado. University of Connecticut, Storrs, 1996.
- MARTIN, R. A. Null case and the distribution of PRO. **Linguistic Inquiry**, v. 32.1, p. 141-166, 2001.
- MARTINS, A. M. On the origin of the Portuguese inflected infinitive: a new perspective on an enduring debate. In **Historical Linguistics 1999: Selected Papers from the 14th International Conference on Historical Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins, 2001. 207–222 p. Edited by L. J. Brinton.
- MARTINS, A. M. & J. Nunes. Raising issues in European and Brazilian Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 4, p. 53-77, 2005.
- MARTINS, A. M. & J. Nunes. Syntactic change as chain reaction: The emergence of hyper-raising in Brazilian Portuguese. In **Historical Syntax and Linguistic Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2009. 144-157 p. Edited by P. Crisma & G. Longobardi.
- MIOTO, Carlos. **Negação Sentencial no Português Brasileiro e Teoria da Gramática**. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, 1992.

- MODESTO, M. **On the Identification of Null Arguments**. Tese de doutorado, University of Southern California, 2000.
- MODESTO, M. What Brazilian Portuguese Says about Control: Remarks on Boeckx & Hornstein. **Syntax**, v. 13, p. 78-96, 2010a.
- MODESTO, M. Inflected infinitives in obligatory control structures in Brazilian Portuguese. Trabalho apresentado no **VIII Workshop on Formal Linguistics**, USP, São Paulo, 2010b.
- MONTALBETTI, M. **After Binding**. Tese de doutorado, MIT, 1984.
- MOREIRA da Silva, S. **Etudes sur la symetrie et l'assymetrie sujet/objet dans le portugais du Bresil**. Tese de doutorado, University of Paris VIII, 1983.
- NEGRÃO, E. **Anaphora in Brazilian Portuguese complement structures**. Tese de doutorado. University of Wisconsin, Madison, 1986.
- NEGRÃO, E. **O português brasileiro: Uma língua voltada para o discurso**. Tese de livre-docência, Universidade de São Paulo, 1999.
- NEGRÃO, E. & E. Viotti. Brazilian Portuguese as a discourse-oriented language. In **Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter**. Frankfurt am Main, Vervuert, 2000. 105-125 p. Edited by M. Kato & E. Negrão.
- Nunes, J. **O famigerado se: Uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- Nunes, J. **The Copy theory of movement and linearization of chains in the Minimalist Program**. Tese de doutorado. University of Maryland, College Park, 1995.
- NUNES, J. A-over-A, inherent Case, and relativized probing. **GLOW Newsletter** 58, 2007.
- NUNES, J. Inherent Case as a Licensing Condition for A-movement: The Case of Hyper-raising Constructions in Brazilian Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 7(2), p. 83-108, 2008.
- NUNES, J. Relativizing Minimality for A-movement: θ -and π -relations?. **Probus**, v. 22, p. 1-25, 2010.
- NUNES, J. (a sair). On the diachronic reanalysis of null subjects and null objects in Brazilian Portuguese: Triggers and consequences? In **The Development of**

- Grammar: Language Acquisition and Diachronic Change** - Volume in Honor of Jürgen M. Meisel. John Benjamins. Edited by E. Rinke e T. Kupish.
- NUNES, J. **Coerced Inflected Infinitives in Portuguese**. Manuscrito. Universidade de São Paulo, 2010.
- OGIHARA, T. **Tense, attitude, and scope**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1996.
- ORTIZ de Urbina, J. **Some Parameters in the grammar of Basque**. Dordrecht: Foris, 1989.
- PALMER, F. R. **Mood and Modality**, 2nd ed., Cambridge University Press, 2001.
- PESETSKY, D. **Zero syntax II: An essay on infinitives**. Ms., MIT, Cambridge, Mass, 1992.
- PESETSKY, D. e E. Torrego. Tense, case, and the nature of syntactic categories. In **The syntax of time**. Cambridge, Mass: MIT Press, 2004. 495-537 p. Edited by J. Guéron e J. Lecarme.
- PESETSKY, D. and E. Torrego. Probes, Goals and Syntactic Categories. In **Proceedings of the 7th annual Tokyo Conference on Psycholinguistics**. Keio University, Japan, 2006.
- PICALLO, M. C. **Opaque domains**. Tese de doutorado. CUNY, New York, 1985.
- Pimpão, T. S. **Variação no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.
- POLLOCK, J.-Y. Verb Movement, UG, and the Structure of IP. **Linguistic Inquiry**, v. 20, p. 365- 424, 1989.
- WURMBRAND, S. **Infinitives: Restructuring and clause structure**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2001.
- PORTNER, P. The semantics of mood, complementation, and conversational force. **Natural Language Semantics**, v. 5, p. 167–212, 1997.
- PROGOVAC, L. Negative polarity: Entailment and binding. **Linguistics and Philosophy**, v. 16, p. 149–180 1993.
- QUER, J. **Mood at the Interface**. Tese de doutorado, Utrecht Institute of Linguistics OTS. Utrecht, 1998.
- QUER, J. Interpreting mood. **Probus**, v. 13, p. 81–111, 2001.

- RAPOSO, E., 1985. Some asymmetries in the binding theory in Romance. **The Linguistic Review**, v. 5, p. 75-110.
- RAPOSO, E. Case theory and Infl-to-Comp: The inflected infinitive in European Portuguese. **Linguistic Inquiry**, v. 18, p. 85–109, 1987.
- REULAND, E. Governing *-ing*. **Linguistic Inquiry**, v. 14.1, p. 101-136, 1983.
- RIZZI, L. The Fine Structure of the Left Periphery. In **Elements of Grammar**. Kluwer, Dordrecht, 1997. Edited by L. Haegeman.
- ROCHETTE, A. **Semantic and syntactic aspects of Romance sentential complementation**. Tese de doutorado. MIT, Cambridge, Mass, 1988.
- RODRIGUES, C. **Impoverished morphology and A-movement out of Case domains**. Tese de doutorado, University of Maryland, College Park, 2004.
- SAN MARTIN, I. **On subordination and the distribution of PRO**. Tese de doutorado. University of Maryland, College Park, 2004.
- SANTOS, J. S. **Ligação não-Seletiva de Subjuntivos: suas implicações na gramática**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1996.
- SCHLENKER, P. **Propositional attitudes and indexicality: A cross-categorical approach**. Tese de Doutorado. MIT, Cambridge, 1999.
- SCHLENKER, P. The lazy Frenchman's approach to the subjunctive: speculations on reference to worlds and semantic defaults in the analysis of mood. In **Romance Languages and Linguistic Theory**. Selected Papers from "Going Romance" 2003. John Benjamins, Amsterdam/Philadelphia, 2005. 269–309 p. Edited by Geerts, T., van Ginneken, I., Jacobs, H.
- SIEGEL, L. **Issues in the Morphosyntax and Semantics of Subjunctive Mood**. Ms., University of Pennsylvania, 2006.
- SIEGEL, L. Mood selection in Romance and Balkan. **Lingua**, v. 119, p. 1859-1882, 2009.
- SILVA-CORVALÁN, C. **Language Contact and Change: Spanish in Los Angeles**. Oxford University Press, Oxford, 1994.
- STOWELL, T. The tense of infinitives. **Linguistic Inquiry**, v. 13, p. 561-570, 1982.
- SUÑER, Margarita. On the referential properties of embedded finite clause subjects. In **Generative Studies in Spanish Syntax**. Dordrecht: Foris, 1986. 183-196 p. Edited by Ivonne Bordelois, Helas Contreras, Karen Zagana.

- SUÑER, M. e J. Padilla-Rivera. Sequence of tenses and the subjunctive, Again. **Hispania**, v. 70, p. 634–642, 1987.
- SZABOLCSI, A. **Infinitives vs. subjunctives: What do we learn from obviation and from exemptions from obviation**. Ms. New York University, 2010.
- TERZI, A. **PRO in finite clauses: a study of the inflectional heads of the Balkan languages**. Tese de doutorado, CUNY, 1992.
- TERZI, A. PRO and null Case in finite clauses. *The Linguistic Review*, v. 14, p. 335-360, 1997.
- THOMASON, R., 1970. Indeterminist time and truth-value gaps. **Theoria**, v. 36, p. 264-281.
- TSOULAS, G. The nature of the subjunctive and the formal grammar of obviation. In **Grammatical Theory and Romamnce Languages**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1996. 293-306 p. Edited by Karen Zagona.
- VARLOKOSTA, S. Control in Modern Greek. In **University of Maryland Working Papers in Linguistics**, v. 1, 1993, 144–163 p. Edited by Carol A. Mason, Susan M. Powers and Cristina Schmitt.
- WILLIAMS, E. Implicit Arguments, the Binding Theory, and Control. **Natural Language and Linguistic Theory**, v. 5, p. 151-180, 1987.
- WILLIAMS, E. The Anaphoric Nature of θ -roles. **Linguistic Inquiry**, v. 20, p. 425- 456, 1989.
- WURMBRAND, S. **Infinitives: Restructuring and clause structure**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2001.
- WURMBRAND, S. Infinitives are Tenseless. Proceedings of the 30th Annual Penn Linguistics Colloquium. **UPenn Working Papers in Linguistics**, v. 13.1, p. 407-420, 2007.
- WURMBRAND, S. **Thoughts on the syntax and semantics of infinitival tense**. Handout de comunicação na University Of Massachusetts, Amherst, 2008.
- ZANUTTINI, R. **Syntactic properties of sentential negation**. Tese de doutorado, University of Pennsylvania, 1991.
- ZANUTTINI, R. On the Relevance of Tense for Sentential Negation. In **Parameters and Functional Heads**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1996. 181-207 p. Edited by A. Belletti & L. Rizzi.

ZANUTTINI, R. **Negation and Clausal Structure: A Comparative Study of Romance Languages.** Oxford University Press, 1997.

ZWART, J.W. Issues Related to a Derivational Theory of Binding. In **Derivation and Explanation in the Minimalist Program.** Blackwell. Oxford, 2002. 269-304 p.

Edited by S.D. Epstein and T. D. Seely.